



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO GERENCIAL

2º TRIMESTRE DE 2017

Brasília-DF, outubro de 2017

SUMÁRIO

1	COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	7
1.1	ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:.....	7
1.1.1	CENÁRIO ECONÔMICO	7
1.1.2	DESTAQUES INTERNACIONAIS	10
1.2	COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:.....	11
1.2.1	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC	11
1.2.2	TAXA REAL DE JURO – 2017.....	12
1.2.3	TAXAS DE INFLAÇÃO	13
1.2.4	TAXA DE CÂMBIO.....	14
1.2.5	INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS – 2017.....	15
1.3	PERFORMANCE DA INDÚSTRIA DE FUNDOS DE PENSÃO – 1995 A JUNHO DE 2017 – CONSOLIDADO	15
1.4	RETORNO BRUTO DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PGBL / VGBL – PERÍODO: JUNHO DE 2013 A JUNHO DE 2017 – 48 MESES	19
1.4.1	ATIVO TOTAL SOB GESTÃO DA SÃO FRANCISCO	20
1.4.1.1	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO.....	20
2	PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD.....	21
2.1	PREVIDENCIAL.....	21
2.1.1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	24
2.1.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	29
2.2	ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	30
2.2.1	PERFORMANCE DO PLANO I – BD – DESCONTADA DA META ATUARIAL – 1994 AO 2º TRIMESTRE/2017.....	30
2.2.2	ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO	31
2.2.3	RENTABILIDADE.....	32
2.2.3.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	33
2.2.3.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	34
2.2.3.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	34
2.2.3.4	SEGMENTO DE IMÓVEIS.....	34
2.2.3.5	SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES.....	35
2.2.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	36
2.2.4.1	RENDA FIXA.....	36
2.2.4.2	RENDA VARIÁVEL	39
2.2.4.3	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - FIA'S.....	40
2.2.4.4	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	47
2.2.4.5	IMÓVEIS	50
2.2.4.6	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS.....	52
2.2.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	55
2.2.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	55
2.2.5.2	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE IMÓVEIS	56
2.2.5.3	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	56
2.2.5.4	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	57
2.2.6	OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2017:	59
2.2.7	DURATION DO PLANO.....	60
2.2.8	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO:.....	62
2.3	CONTÁBIL	65
2.3.1	ASPECTOS GERAIS.....	65
3	PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	75
3.1	PREVIDENCIAL.....	75
3.1.1	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS	77
3.2	ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	78
3.2.1	PERFORMANCE DA INDÚSTRIA DE FUNDOS DE PENSÃO – PLANOS CD'S – 2014 A JUNHO DE 2017	78
3.2.2	PERFORMANCE DO CODEPREV - DESCONTADA DA TAXA INDICATIVA - 2014 AO 2º TRIMESTRE/2017	81
3.2.3	ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO	82
3.2.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	84
3.2.5	RENTABILIDADE.....	84
3.2.5.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	84
3.2.5.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	85
3.2.5.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	85
3.2.6	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	86
3.2.6.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	86
3.2.7	OPERAÇÕES CURSADAS	87
3.2.8	DURATION	88
3.2.9	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	89

3.3	CONTÁBIL	90
4	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	94
4.1	ADMINISTRAÇÃO	94
4.2	INVESTIMENTO	99
4.2.1	ENQUADRAMENTO	99
4.2.2	RENTABILIDADE	100
4.2.2.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	101
4.2.2.2	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	101
4.2.3	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	102
4.2.3.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	102
4.2.3.2	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	103
4.2.4	OPERAÇÕES CURSADAS	103
4.2.5	DURATION	103
4.2.6	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	104
4.3	CONTÁBIL	105
4.3.1	ENQUADRAMENTO	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	INDICADORES INDUSTRIAIS – JUNHO DE 2017	10
TABELA 2.	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2017	15
TABELA 3.	RENTAB. X META ATUARIAL DOS FUNDOS DE PENSÃO - ACUMULADA - PERÍODO: 1995 A JUN./2017 - CONSOLIDADO	17
TABELA 4.	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DOS FUNDOS DE PENSÃO X PERCENTUAL DO PIB	18
TABELA 1.	FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – PGBL/VGBL – RENTABILIDADE NOMINAL ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 48 MESES X CODEPREV	19
TABELA 2.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE DO PLANO I/BD - ACUMULADA	31
TABELA 3.	ENQUADRAMENTO LEGAL	32
TABELA 4.	RENTABILIDADE	33
TABELA 5.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA	36
TABELA 6.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL	39
TABELA 7.	RENTABILIDADES NOMINAIS OBTIDAS:	40
TABELA 8.	FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA	44
TABELA 9.	CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE	45
TABELA 10.	CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR	46
TABELA 11.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	47
TABELA 12.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO – PCH/FIP	48
TABELA 13.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS	50
TABELA 14.	TAXA DE OCUPAÇÃO E OCORRÊNCIAS	51
TABELA 15.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	52
TABELA 16.	CONCESSÕES	52
TABELA 17.	SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS	53
TABELA 18.	COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DOS EMPRÉSTIMOS	53
TABELA 19.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO	54
TABELA 20.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	56
TABELA 21.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	59
TABELA 22.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	62
TABELA 23.	RENTABILIDADE DOS PLANOS CD'S FECHADOS – ABRAPP X RENTABILIDADE CODEPREV ACIMA DA TAXA INDICATIVA - ACUMULADA - PERÍODO: 2014 A JUNHO 2017	80
TABELA 24.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE CODEPREV - ACUMULADA	82
TABELA 25.	ENQUADRAMENTO LEGAL	83
TABELA 26.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	84
TABELA 27.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	86
TABELA 28.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP - CODEPREV	87
TABELA 29.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017	87
TABELA 30.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	89
TABELA 31.	EVOLUÇÃO DA COTA	93
TABELA 32.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	99
TABELA 33.	ENQUADRAMENTO LEGAL	100
TABELA 34.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	101
TABELA 35.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	102
TABELA 36.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017	103
TABELA 37.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	65
QUADRO 2.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	66
QUADRO 3.	DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	68
QUADRO 4.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	69
QUADRO 5.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	69
QUADRO 6.	DETALHAMENTO CARTEIRA DE IMÓVEIS.....	72
QUADRO 7.	DETALHAMENTO CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS.....	72
QUADRO 8.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS.....	73
QUADRO 9.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	74
QUADRO 10.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	90
QUADRO 11.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	90
QUADRO 12.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	91
QUADRO 13.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS.....	92
QUADRO 14.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	92
QUADRO 15.	ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO.....	95
QUADRO 16.	CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS.....	98
QUADRO 17.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	98
QUADRO 18.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	105
QUADRO 19.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA BD.....	106
QUADRO 20.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CODEPREV.....	107
QUADRO 21.	PROVISÃO PARA PERDA.....	107
QUADRO 22.	IMÓVEL DE USO PRÓPRIO.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.	ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL – JUNHO DE 2017.....	8
GRÁFICO 2.	COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB.....	8
GRÁFICO 3.	DESEMPREGO EM 2017.....	9
GRÁFICO 4.	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2016 X 2017.....	12
GRÁFICO 5.	TAXA DE JURO REAL.....	12
GRÁFICO 6.	IPCA.....	13
GRÁFICO 7.	ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2017.....	13
GRÁFICO 8.	COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2016 X 2017.....	14
GRÁFICO 9.	RENTABILIDADE X META ATUARIAL.....	15
GRÁFICO 10.	RENTAB. DOS FUNDOS DE PENSÃO SOBRE A META ATUARIAL X PLANO BD - 1995 A 2º TRIM./17.....	16
GRÁFICO 11.	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC'S COM RELAÇÃO PIB – CONSOLIDADO - 1995 A ABRIL/17.....	18
GRÁFICO 12.	RETORNO BRUTO ACUMULADO PGBL/VGBL – 48 MESES X CODEPREV - %.....	19
GRÁFICO 13.	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL.....	20
GRÁFICO 14.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES.....	21
GRÁFICO 15.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES.....	21
GRÁFICO 16.	SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS.....	22
GRÁFICO 17.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS.....	22
GRÁFICO 18.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS.....	22
GRÁFICO 19.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA.....	23
GRÁFICO 20.	ASSISTIDOS POR LOCALIDADE.....	23
GRÁFICO 21.	PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL.....	24
GRÁFICO 22.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS TOTAIS (ATIVOS E ASSISTIDOS) – EM MIL REAIS.....	24
GRÁFICO 23.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS CONTRATADAS – EM MIL REAIS.....	25
GRÁFICO 24.	CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS.....	25
GRÁFICO 25.	CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS.....	26
GRÁFICO 26.	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS.....	26
GRÁFICO 27.	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS.....	27
GRÁFICO 28.	COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS.....	27
GRÁFICO 29.	COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTIC. ATIVOS X PATROCINADORA – EM MIL REAIS.....	28
GRÁFICO 30.	COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS.....	28
GRÁFICO 31.	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO.....	29
GRÁFICO 32.	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS.....	29

GRÁFICO 33.	RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	30
GRÁFICO 34.	DESEMPENHO ACUMULADO.....	31
GRÁFICO 35.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	32
GRÁFICO 36.	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO.....	33
GRÁFICO 37.	RENTABILIDADE NOMINAL - SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	37
GRÁFICO 38.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	39
GRÁFICO 39.	DISPERÇÃO RISCO X RETORNO	41
GRÁFICO 40.	DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES OBTIDAS.....	41
GRÁFICO 41.	DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL	42
GRÁFICO 42.	TRACKING ERROR X RETORNO	42
GRÁFICO 43.	DESEMPENHO FIA SAGA SF	43
GRÁFICO 44.	DESEMPENHO MAPFRE SF	43
GRÁFICO 45.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	47
GRÁFICO 46.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO – PCH/FIP	48
GRÁFICO 47.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS	50
GRÁFICO 48.	ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS - IMÓVEIS.....	51
GRÁFICO 49.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO	53
GRÁFICO 50.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE	54
GRÁFICO 51.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	54
GRÁFICO 52.	EVOLUÇÃO DA DURATION	60
GRÁFICO 53.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - REALIZADO X PROJETADO	63
GRÁFICO 54.	CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVEST. E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO	63
GRÁFICO 55.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	75
GRÁFICO 56.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	75
GRÁFICO 57.	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO – CODEPREV X PARTICIPANTES	76
GRÁFICO 58.	CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES X PATRONAIS – EM MIL REAIS	76
GRÁFICO 59.	ADESÃO	77
GRÁFICO 60.	PARTICIPANTES POR LOCALIDADE – EM MIL REAIS.....	77
GRÁFICO 61.	RENTABILIDADE X META ATUARIAL.....	78
GRÁFICO 62.	RENTAB. DOS FUNDOS DE PENSÃO S/ A META ATUARIAL X CODEPREV - PERÍODO: 2014 A JUNHO 2017	79
GRÁFICO 63.	DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA.....	81
GRÁFICO 64.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	82
GRÁFICO 65.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	85
GRÁFICO 66.	EVOLUÇÃO DA DURATION	88
GRÁFICO 67.	DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA.....	93
GRÁFICO 68.	RECURSOS RECEBIDOS.....	94
GRÁFICO 69.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS	94
GRÁFICO 70.	DESPESAS REALIZADAS	95
GRÁFICO 71.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA.....	95
GRÁFICO 72.	INDICADORES DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO	96
GRÁFICO 73.	PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	97
GRÁFICO 74.	ENQUADRAMENTO LEGAL	100
GRÁFICO 75.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	101
GRÁFICO 76.	EVOLUÇÃO DA DURATION	103

APRESENTAÇÃO

Os dados apresentados estão acumulados até o **2º Trimestre de 2017**. Elaborado por determinação da Diretoria Executiva foi produzido pelas áreas administrativas gerenciais da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, subordinadas diretamente a cada Diretoria. Objetiva dar conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas, e ainda, permitir comparar os resultados com outros de exercícios anteriores, relativamente ao mesmo período de tempos. Há também a análise e apresentação dos indicadores projetados linearmente, na tentativa de antever desvios a tempo de, em sendo necessário, proceder a ajustes necessários, que cotejados com as expectativas levantadas nas peças orçamentárias servem de balizadores aos gestores da entidade.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

***Art. 7º:** A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.*

***Parágrafo único.** A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.*

***Art. 16.** Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.*

***§ 1º** O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.*

***Art. 17.** Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.*

***Parágrafo único.** A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.*

O material dele constante permite aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios, sob a gestão da Fundação. Foca também o confronto das realizações com as projeções orçamentárias. Assim procedendo fornece subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos, dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, e também, demonstra o comportamento atual comparativamente aos trimestres de iguais períodos dos exercícios anteriores.

A estrutura do relatório está ajustada a incluir o Plano de Benefício Saldado, assim que ele for colocado em funcionamento, o que representará um novo plano sob a gestão da São Francisco. Dessa forma a sua estrutura segue a seguinte ordem: **(i)** Apresentação; **(ii)** Aspectos gerais; **(iii)** Os Planos de Benefícios BD e CODEPREV; e, **(iv)** PGA - Plano de Gestão Administrativo.

1 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

1.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

1.1.1 Cenário Econômico

Em meio à crise política, o Brasil encerrou o **2º Trimestre de 2017** presenciando elevada instabilidade e irregularidade na economia. O principal fato ocorrido nesse trimestre foi a delação do Grupo JBS no dia 17 de maio de 2017, quando a imprensa divulgou que o Presidente Michel Temer fora gravado em uma conversa em sua Residência Oficial, com possíveis sinais de acusação ao chefe do Executivo Brasileiro por prevaricação.

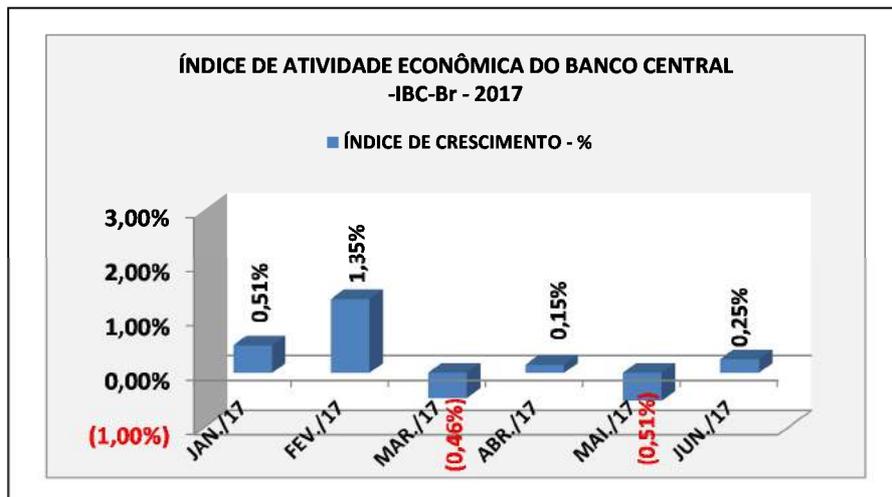
O anúncio dessa delação abalou fortemente mercado financeiro e de capitais, com queda de 8,75% em um único dia (18-5-17) da Bolsa de Valores de São Paulo, medida pelo IBrX-50, após operar o dia com várias paradas via “*Circuit Breaker*” (mecanismo utilizado pela BOVESPA que permite, na ocorrência de movimentos bruscos de mercado, o amortecimento e o rebalanceamento brasileiro das ordens de compra e venda de ações), além de alta acentuada nas taxas de juros praticadas pelo mercado secundário, englobando aí as NTN-B's.

Com a gravidade desses fatos políticos, a aprovação da Reforma Previdenciária proposta pelo Governo, de grande importância para o mercado financeiro e de capitais, para a retomada da confiança do investidor e o início da recuperação econômica do país, tornou-se praticamente impossível de avançar no Congresso Nacional, ausentando-se praticamente dos debates nas casas legislativas. Assim, a crise política atrasa o processo de recuperação da economia, pois afasta as decisões de investimentos, não só interno, mas, principalmente dos investidores estrangeiros, o que torna pessimista as previsões de crescimento para o ano de 2017 e 2018.

Em que pese esse quadro de instabilidade, no decorrer primeiro semestre, houve breve parada no acirramento da crise econômica. A reforma trabalhista foi aprovada pelo Congresso e a economia voltou a crescer, ainda que timidamente. Cresceu razoavelmente no 1º trimestre, o que não se consolidou no 2º, mas em junho registrou novo avanço.

Esta assertiva encontra-se espelhada no **Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil (IBC-Br)**, nos seis primeiros meses do ano, conforme gráfico abaixo - “indicador criado com objetivo de antecipar o resultado do **Produto Interno Bruto - PIB** do país, constituindo-se em um parâmetro preliminar da evolução da atividade econômica brasileira. O cálculo do IBC-Br também auxilia a Autoridade Monetária a definir a meta da Taxa Básica de Juros da Economia - Selic” – (Fonte: **BACEN**).

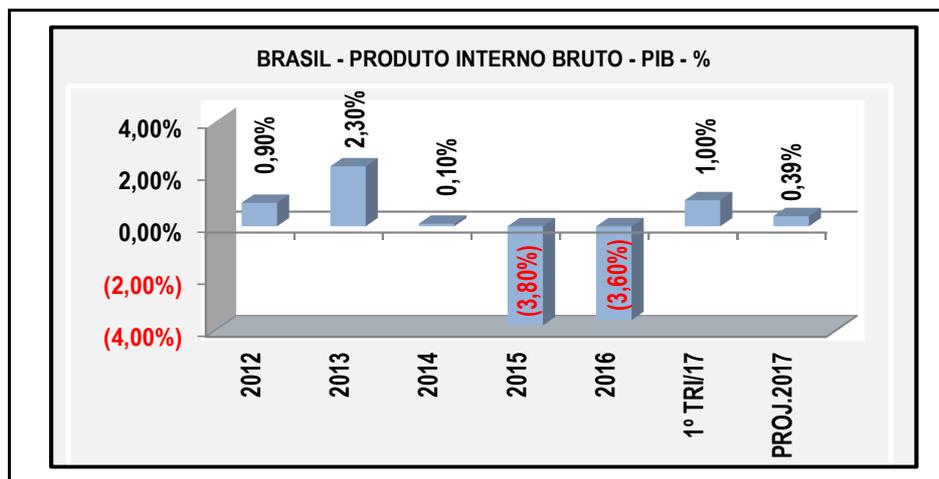
GRÁFICO 1. ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL – JUNHO DE 2017



No Gráfico acima, observa-se que o nível de atividade da economia brasileira, medida mensalmente pelo **Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil - IBC-Br** caiu 0,51% em maio, na comparação com o mês anterior. Nos primeiros cinco meses do ano, esta foi à segunda queda mensal registrada na economia brasileira.

Segundo o **Banco Central do Brasil - BACEN**, conforme Relatório Focus divulgado em 23.06.2017, a estimativa é que o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB em 2017 será de apenas 0,39%, contra 0,48% projetada no primeiro trimestre, essa expectativa está baseada na recuperação dos investimentos e na estabilização do consumo, além da Reforma Previdenciária com a implementação do teto de gastos para o setor público.

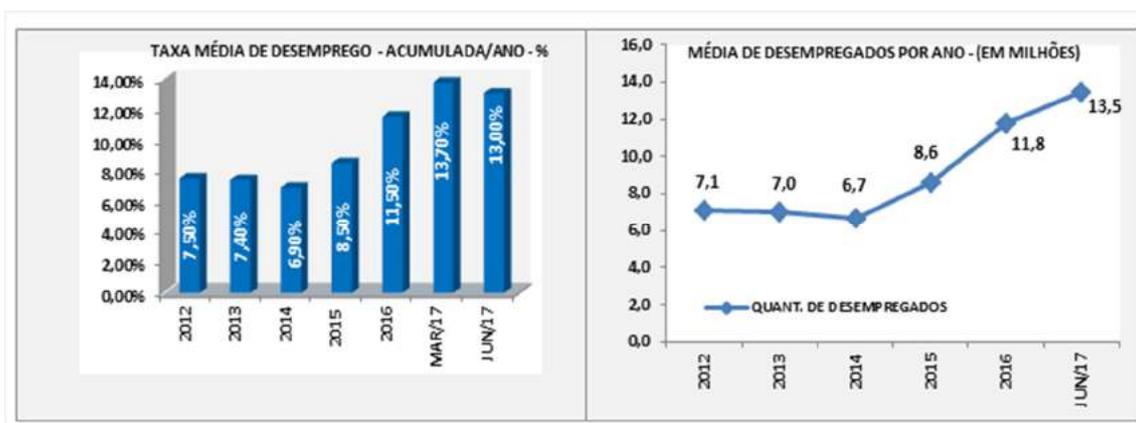
GRÁFICO 2. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB



Os números a seguir demonstrados buscam apontar sistematicamente uma economia doméstica em recuperação lenta e passível de retrocessos, dependente fundamentalmente da aprovação no Congresso Nacional das reformas estruturais encaminhadas. Chamam a atenção os comportamentos verificados pelos indicadores a seguir:

- **Inflação:** o comportamento dos preços no segundo trimestre de 2017 continuou a surpreender positivamente todas as expectativas do mercado, pressionando a Autoridade Monetária (BACEN) a acelerar o processo de queda da Taxa Básica de Juros - Selic. A queda da inflação no 2º trimestre, medida pelo IPCA, registrou variação de 0,22% - contra 1,75% registrada no mesmo período de 2016, acumulando nos seis primeiros meses alta de 1,18%, contra 4,42% em igual período do ano anterior, com baixa de 3,24 p.p.;
- **Taxa de Desemprego:** Segundo o IBGE, encerrado o 2º trimestre de 2017 a taxa de desemprego ficou em 13,00%, contra 13,70% registrada no 1º trimestre de 2017. Trata-se de um recuo de 0,70 ponto percentual. Para o IBGE, esta foi à primeira queda estatisticamente importante desde o trimestre terminado em dezembro de 2014. Mas, quando comparado ao mesmo trimestre de 2016, a taxa continua 1,70 ponto percentual maior, quando o desemprego encontrava-se em 11,3%.

GRÁFICO 3. DESEMPREGO EM 2017



- **Política:** No âmbito da política interna, a atenção do mercado encerrou o 2º trimestre focada na finalização do Relatório da CCJ da Câmara dos Deputados, com objetivo final de recomendar ou não a aceitação da denúncia contra o Presidente Michel Temer por corrupção passiva, e
- **Mercado Financeiro e de Capitais:** (i) Dada às condições macro, a taxa Básica de Juros-Selic caiu, saindo de 13,75% a.a. em dezembro/16 para 10,25% a.a. em junho/17, registrando 3,50 ponto percentual de queda acumulada no ano e (ii) A alta volatilidade registrada na Bolsa de Valores, medida pelo IBOVESPA - com baixa 3,21% no 2º trimestre, contra alta de 7,90% no 1º trimestre/17, motivada diretamente pela denúncia contra o Presidente Michel Temer, comprometendo a Agenda Política do governo, onde navegava com certa facilidade as reformas Fiscal e Previdenciária pretendidas pelo Executivo, como já comentada, tornou-se praticamente impossível de avançar no Congresso Nacional, ausentando-se praticamente dos debates nas casas legislativas.

O importante das movimentações do Governo residiu na observação dos investidores, quando começaram a verbalizar que a economia do país reagiu positivamente em vários setores, mas a recuperação é extremamente lenta.

Este processo de recuperação lenta encontra-se estampada nos números publicados pela **Confederação Nacional da Indústria - CNI** - “A indústria segue em um período de transição. Embora o prolongado período de queda da atividade e de piora do mercado de trabalho tenha ficado para trás, os Indicadores Industriais ainda não mostram recuperação. O trimestre foi caracterizado pela oscilação da atividade e do emprego. Em abril, os dados foram majoritariamente negativos; maio havia revertido esse desempenho; e junho encerra o trimestre com queda do faturamento, horas trabalhadas, utilização da capacidade instalada e do emprego”.

TABELA 1. INDICADORES INDUSTRIAIS – JUNHO DE 2017

INDICADORES INDUSTRIAIS - JUNHO DE 2017		
<i>Variação frente a maio de 2017 - C/ ajuste sazonal</i>		
Faturamento Real	↓	Queda de : 2,4%
Horas Trabalhadas na Produção	↓	Queda de : 1,3%
Utilização da Capacidade Instalada	↓	Queda de : 0,4%
Emprego	↓	Queda de : 0,2%
Massa Salarial Real	↑	Aumento de : 0,7%
Rendimento Médio Real	↑	Aumento de : 1,6%
Fonte: Condeeração Nacional da Indústria - CNI - Junho de 2017		

Brasil - Perspectivas 2017:

O cenário macroeconômico desenhado para o terceiro trimestre de 2017 ainda é desfavorável ao país. O Brasil continua a passar por um momento difícil, complexo e desafiador. As previsões para o ano ainda permanecem fracas, porém, em condições mais favoráveis do que se imaginavam no encerramento do segundo trimestre, com destaque para: **(a)** Taxa de juro em queda e **(b)** Inflação abaixo do centro da meta. Assim, as atenções do mercado e da população estarão voltadas para a recuperação do mercado de trabalho e consequente alta da renda.

Ademais, apesar do cenário favorável à baixa acentuada da inflação e dos juros, o mercado trabalha com novas denúncias do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, contra o Presidente Michel Temer por Obstrução de Justiça, em resposta à segunda fase da “Delação e Leniência” dos Executivos do Grupo JBS.

1.1.2 Destaques Internacionais

- **Estados Unidos:** Em relação aos dados econômicos, a inflação (CPI) ficou estável na passagem de maio para junho, levando a inflação de 1,9% para 1,6%, em termos anuais. O núcleo do CPI, por seu turno, manteve a variação de 1,7%, na comparação anual. No lado da atividade, as vendas no varejo frustraram em junho, com queda na margem de 0,2%, o mesmo ritmo de contração das vendas para o grupo de controle (exclui categorias mais voláteis). Na direção oposta, a produção industrial surpreendeu positivamente, com crescimento de 0,4% na margem. Os dados econômicos ainda são compatíveis com um crescimento do PIB em torno de 3,0% no 2º trimestre. Sobre os próximos passos do FED, julgamos que apesar dos dados mais amenos de inflação no curto prazo, a robustez da recuperação no mercado de trabalho permite ao FED prosseguir com o ajuste gradual de elevação dos juros e iniciar a redução do balanço de ativos - **(Fonte: Informe BRAM - 14 de Julho de 2017)**.

- **China:** Na Ásia, o crescimento da economia chinesa surpreendeu positivamente no segundo trimestre. O PIB do segundo trimestre avançou 6,9% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, mantendo assim o ritmo de expansão do primeiro trimestre. O resultado ficou ligeiramente acima da expectativa do mercado (6,8%). Na comparação com o primeiro trimestre, houve avanço de 1,7% frente crescimento de 1,3% no trimestre anterior. A aceleração dos dados

de atividade na passagem do 1º para o 2º trimestre explica o bom desempenho do PIB. A produção industrial e as vendas no varejo avançaram 7,6% e 11%, respectivamente, em junho após altas de 6,5% e 10,7% em maio, na comparação anual. Os investimentos fixos ficaram estáveis na passagem de maio para junho, com alta de 8,6% no acumulado do ano. O bom desempenho da economia chinesa no primeiro semestre coloca um viés de alta na nossa projeção para o ano (6,5%) - **(Fonte: Informe Econômico - BRAM - 21.07.2017)**.

- **Zona do Euro:** Na Europa, o Banco Central (BCE) manteve inalterada a política monetária e o discurso de cautela a respeito da revisão do pacote de estímulos. O BCE optou pela manutenção da taxa de refinanciamento em 0%, taxa de depósito em -0,4%, e manutenção volume de compras mensais de títulos em €60 bilhões. No discurso após a reunião, Mario Draghi (presidente do BCE) reafirmou que até o momento o BCE não discutiu os próximos passos após o encerramento do programa de compras de títulos. Essa discussão, segundo Draghi, será realizada durante o outono europeu, que terá início em setembro. A respeito do cenário econômico, Draghi destacou a robustez da atividade na região e que é necessário ter paciência para que essa dinâmica positiva repercuta sobre os salários e inflação. Acreditamos que em setembro o BCE anunciará a continuidade dos estímulos na região, porém, as compras mensais a partir de janeiro devem ser reduzidas de €60 bilhões para €40 bilhões. **(Fonte: Informe Econômico - BRAM - 21.07.2017)**.

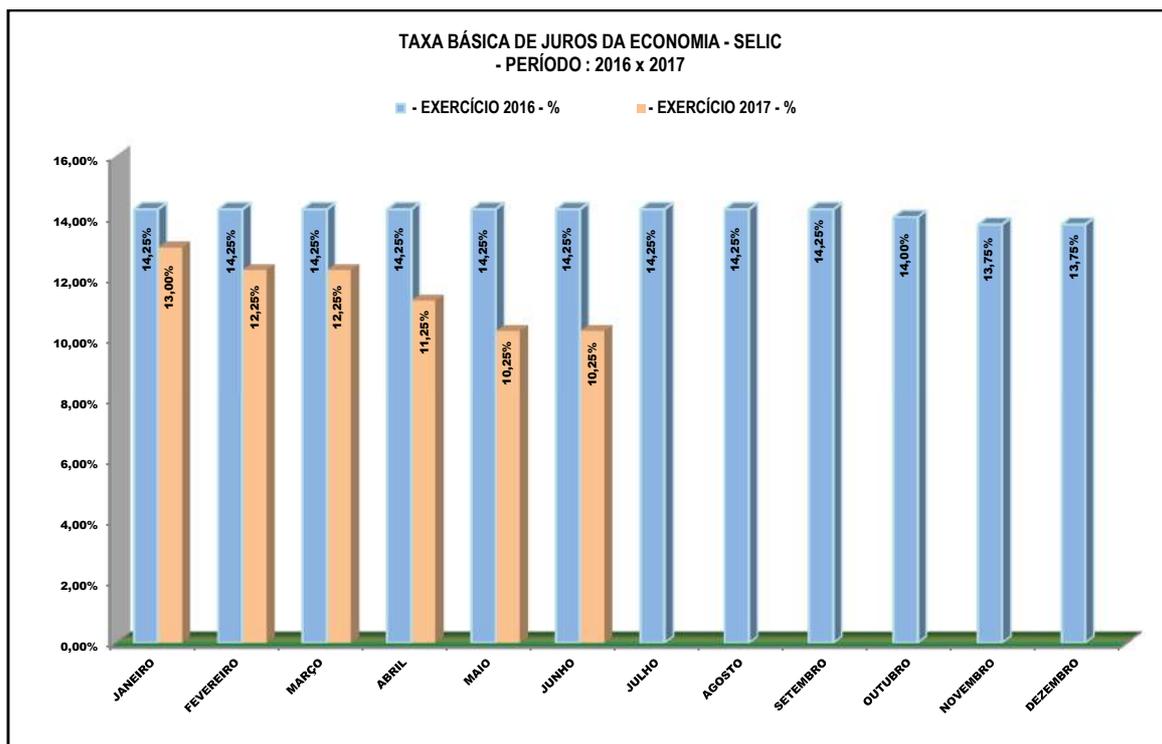
1.2 COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:

1.2.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

O Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião do primeiro semestre, realizada nos dias 30 e 31 de maio de 2017, a quarta do ano, sem surpresas, decidiu cortar a **Taxa Básica de Juros da Economia - Selic** em 1,00 p.p. de 11,25% a.a. para 10,25% a.a., sem viés, dando continuidade à política de afrouxamento monetário do Banco Central, contra 13,75% a.a. em dezembro de 2016, isto é, uma queda de 3,50 p.p em seis meses. Esta foi à sexta redução na Selic desde que o atual presidente Ilan Goldfajn assumiu o cargo. No comunicado, a Autoridade Monetária ressaltou a estabilização da economia brasileira no curto prazo e a recuperação gradual ao longo do ano. No entanto, ponderou que a instabilidade política e as incertezas quanto ao andamento da agenda de reformas podem pesar na próxima decisão. “A manutenção por tempo prolongado, de níveis de incerteza elevados sobre a evolução do processo de reformas e ajustes na economia pode ter impacto negativo sobre a atividade econômica. O COPOM entende como fator de risco principal o aumento de incerteza sobre a velocidade do processo de reformas e ajustes na economia. Isso se dá tanto pela maior probabilidade de cenários que dificultem esse processo, quanto pela dificuldade de avaliação dos efeitos desses cenários sobre os determinantes da inflação”.

Este foi o menor nível desde o começo de 2015 (22/1 e 4/3, quando os juros estavam em 12,25% a.a.). A decisão do COPOM foi unânime e veio dentro do esperado. A redução dos juros começou no fim de 2016, com dois cortes de 0,25 p.p., derrubando a taxa de 14,15% a.a. para 13,75% a.a. - Na reunião, em janeiro, o BACEN acelerou o ritmo e fez o maior corte em quase cinco anos: de 0,75 p.p. uma decisão que surpreendeu o mercado, mantendo os cortes no decorrer do primeiro semestre: fevereiro (0,75 p.p.); abril (1,00 p.p.) e maio: 1,00 p.p., mais uma vez acelerou o ritmo e baixou a Selic para 10,25% no primeiro semestre de 2017. No conjunto registrado em junho, aliados ao comportamento do dólar no mercado internacional, a curva de juros no Brasil mostrou significativa perspectivas de queda para os próximos meses.

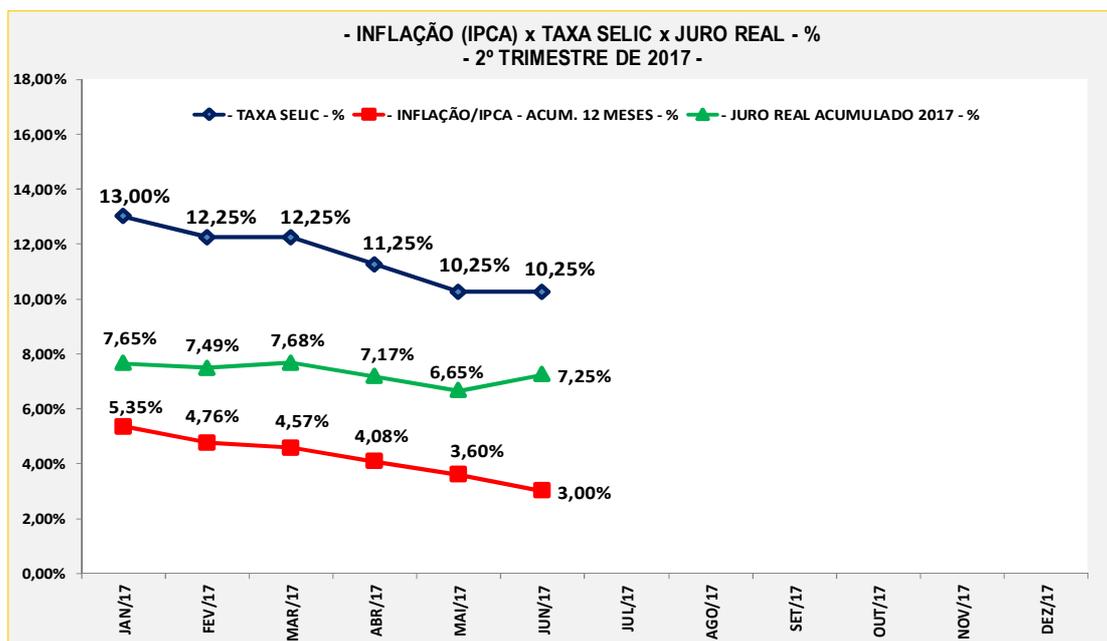
GRÁFICO 4. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2016 X 2017



1.2.2 Taxa Real de Juro – 2017

Com a decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM em sua última reunião do primeiro semestre realizada nos dias 30 e 31 de maio, proporcionou corte de 1,00 ponto percentual na **Taxa Básica de Juros da Economia - Selic**, reduzindo-a para 10,25% a.a. Mesmo com a redução o Brasil continua sendo o país com juros reais mais altos do mundo. Os juros reais (descontada a inflação) se situaram em 7,25%, contra 7,46% a.a. em dezembro de 2016.

GRÁFICO 5. TAXA DE JURO REAL



1.2.3 Taxas de Inflação

Segundo publicação do IBGE, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** (índice oficial de inflação do Governo Federal) foi negativo em 0,23% em junho de 2017, a taxa mais baixa em 19 anos, desde agosto de 1998 quando a índice oficial registrou queda de 0,51%.

Com o resultado, a inflação acumulada no primeiro semestre de 2017 ficou em 1,18% - contra 4,42% registrada no mesmo período de 2016. No acumulado de 12 meses, o índice foi de 3,00%, também abaixo dos 3,60% relativos aos doze meses imediatamente anteriores. A meta do governo é manter a inflação nos níveis de 4,50% ao ano, com uma tolerância de 1,5 pontos, ou seja, pode variar entre 3,00% e 6,00%.

De acordo com as previsões do BACEN (Focus - Relatório de Mercado - 30.06.2017), a inflação continuará a perder força, já sinalizada no decorrer do primeiro semestre em 2017, com expectativas de alta nos preços de 3,46%, abaixo, portanto, do centro da meta (4,50% a.a.) e do teto da meta (6,50% a.a.) estabelecido pelo Governo. Por outro lado, o mercado tem plena convicção de que, a queda observada no IPCA no primeiro semestre de 2017 não foi fruto de um ambiente interno organizado. A projeção da queda do índice de 6,29% em 2016 para 3,46% em 2017 deveu-se, ainda, pelo aprofundamento da recessão e do desemprego.

GRÁFICO 6. IPCA

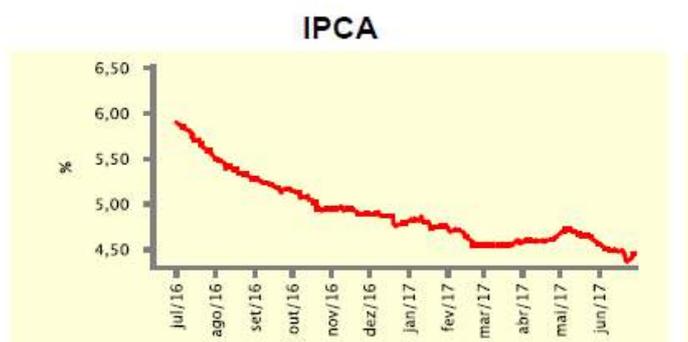
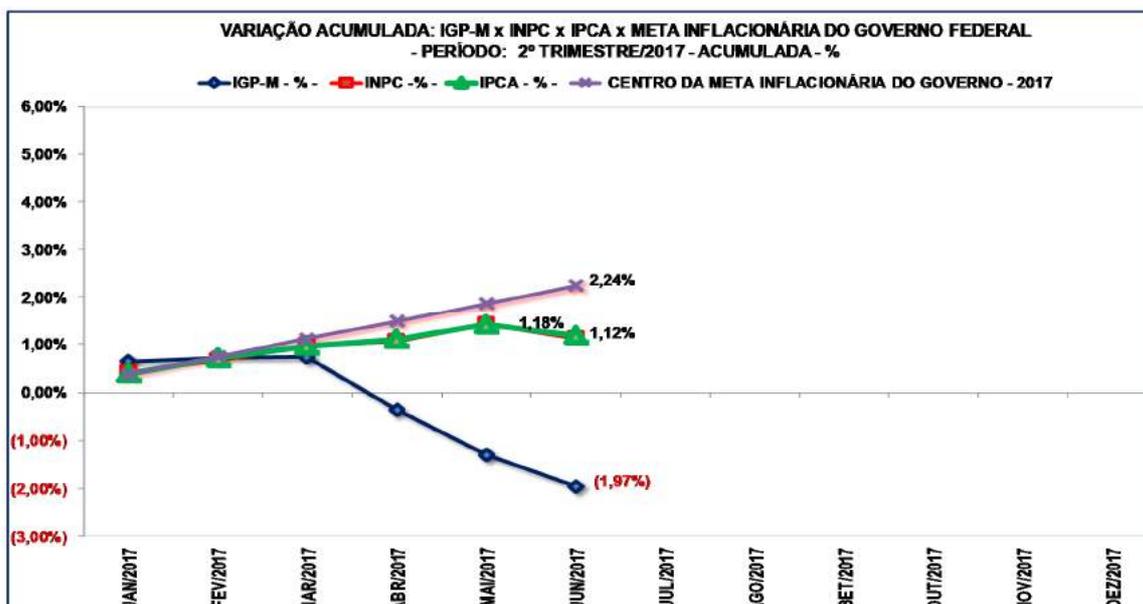


GRÁFICO 7. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2017



Observa-se que encerrado o primeiro semestre de 2017, ocorreu depois de dois anos e meio consecutivos a reversão do persistente descolamento entre as variações dos índices INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e o IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), em patamar acima dos historicamente observados até 2014. Como se observa no gráfico, as variações dos índices, no encerramento do 1º semestre de 2017, deixam visível a reversão do processo, quando o IPCA acumulou alta de 1,18% onde se encontram atrelados os Títulos Públicos do Plano, contra o INPC 1,12%, favorece os investimentos atrelados em IPCA em 0,06% acima da variação do INPC.

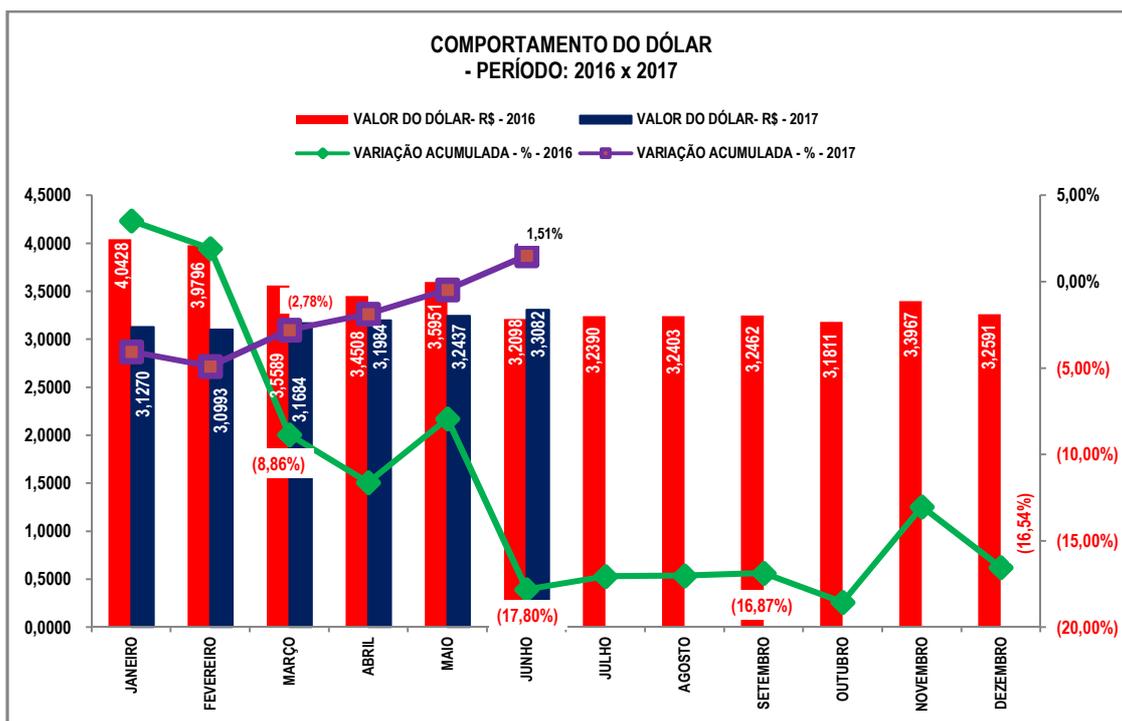
1.2.4 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 2º trimestre de 2017 valendo R\$ 3,3082 contra R\$ 3,1684 no 1º trimestre 2017, registrando uma alta de 4,41% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana registrou uma alta acumulada no ano de 1,51%, ante uma desvalorização de 17,80% no mesmo período de 2016, resultando numa pequena valorização do real no período considerado.

A alta de 4,41% do dólar observada no trimestre deveu-se exclusivamente a forte reação aos escândalos na política, logo após o anúncio da “**Delação e Leniência**” dos executivos do Grupo JBS na data de 18.05.2017, quando todo o mercado abriu em pânico, com os ativos de risco reagindo com baixas acentuadas, com destaque para o mercado acionário e os ativos considerados de baixo risco e sustentação real, inverteram as condições operacionais acumulando altas acentuadas, com destaque para o dólar que, ao longo do trimestre ajustou às condições reais do mercado, com aumento do prêmio de risco nos ativos domésticos.

No decorrer dos seis primeiros meses do ano, a alta acumulada de 1,51% da moeda americana, ao contrário, deveria contribuir diretamente com a alta da inflação, no entanto, a inflação continua a indicar forte queda até o final do ano, motivada pela redução da atividade econômica, contribuindo com as decisões de redução da Taxa Básica de Juros da Economia - Selic, indicando, inclusive, novas reduções nas próximas reuniões do COPOM.

GRÁFICO 8. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2016 X 2017



1.2.5 Indicadores Econômicos Financeiros – 2017

TABELA 2. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2017

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2017								
ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2016	VARIÇÕES NOMINAIS - 2017						NOMINAL NO ANO
		jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	
IBOVESPA	38,91%	7,38%	3,08%	(2,52%)	0,64%	(4,12%)	0,30%	4,43%
IBRX-50	36,82%	7,12%	2,84%	(2,16%)	0,60%	(3,99%)	0,50%	4,62%
US\$ (PTAX) %	(16,54%)	(4,05%)	(0,89%)	2,23%	0,95%	1,42%	1,99%	1,51%
CDI	13,99%	1,08%	0,86%	1,05%	0,79%	0,93%	0,81%	5,65%
TAXA SELIC	14,03%	1,09%	0,87%	1,05%	0,79%	0,93%	0,81%	5,67%
POUPANÇA	8,30%	0,67%	0,53%	0,65%	0,50%	0,58%	0,55%	3,54%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2017						
IGP-M (FGV)	7,19%	0,64%	0,08%	0,01%	(1,10%)	(0,93%)	(0,67%)	(1,97%)
IGP-DI (FGV)	7,15%	0,42%	0,06%	(0,38%)	(1,24%)	(0,51%)	(0,96%)	(2,59%)
INPC (IBGE)	6,58%	0,42%	0,24%	0,32%	0,08%	0,36%	(0,30%)	1,12%
IPC-SP (FIPE)	6,55%	0,32%	-0,08%	0,14%	0,61%	-0,05%	0,05%	0,99%
IPCA (IBGE)	6,29%	0,38%	0,33%	0,25%	0,14%	0,31%	(0,23%)	1,18%
META ATUARIAL (*)	13,30%	0,57%	0,85%	0,67%	0,75%	0,51%	0,79%	4,21%
TAXA INDICATIVA (**)	10,31%	0,71%	0,53%	0,61%	0,37%	0,65%	(0,01%)	2,88%
REFERÊNCIA (***)	12,44%	0,85%	0,67%	0,75%	0,51%	0,79%	0,13%	3,75%
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,2591	3,1270	3,0993	3,1684	3,1984	3,2437	3,3082	-

(*) INPC (com defasagem) + 5,26% a.a.
 (**) INPC+3,5% a.a.
 (***) INPC (sem defasagem) +5,26% a.a.

Na Tabela 2 acima, chama a atenção a interrupção da alta do mercado acionário, medido pelos índices IBOVESPA e IBRX-50, com alta acumulada de 4,43% e 4,62%, respectivamente, contra 7,90% e 7,68%, respectivamente no primeiro trimestre, bem como o fenômeno inverso, a valorização do dólar ante o real, com a cotação da moeda acumulando alta no ano 1,51%, contra uma queda de 2,78% no primeiro trimestre.

1.3 PERFORMANCE DA INDÚSTRIA DE FUNDOS DE PENSÃO – 1995 a JUNHO DE 2017 – CONSOLIDADO

GRÁFICO 9. RENTABILIDADE X META ATUARIAL

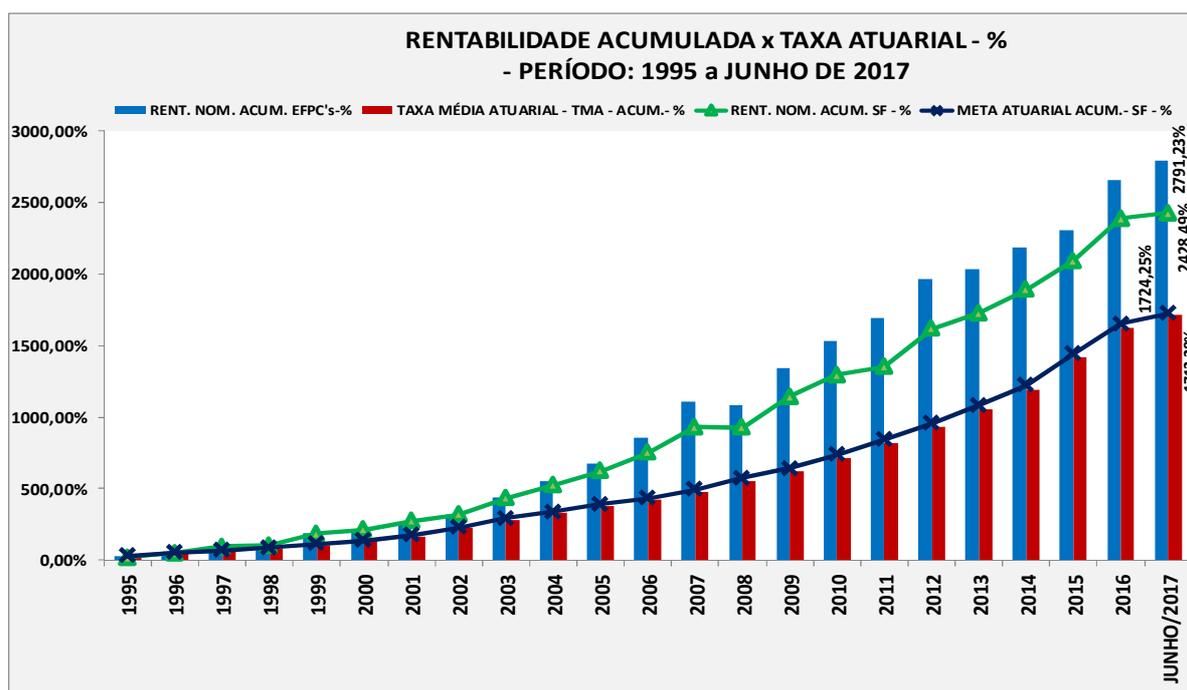
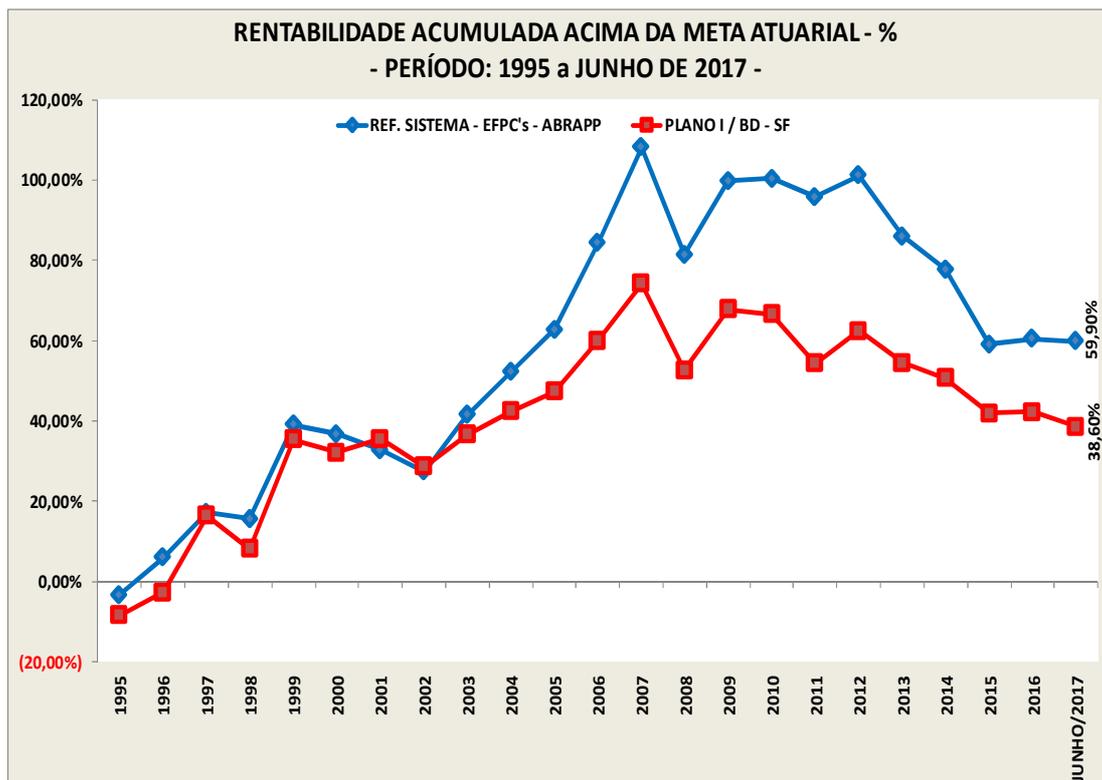


GRÁFICO 10. RENTAB. DOS FUNDOS DE PENSÃO SOBRE A META ATUARIAL X PLANO BD - 1995 A 2º TRIM./17



Os dados acumulados no gráfico acima apresentam o comportamento sem incluir o ano de 1994, retirado pela área de finanças da entidade visando adequar aos dados apresentados pela ABRAPP, adiante será apresentado o gráfico relativo a implantação do plano real e será percebida a diferença entre os dois percentuais. Diante dessa divergência numérica é que se chama antecipadamente a atenção, pois, a rentabilidade do exercício de 1994 é a diferença existente.

TABELA 3. RENTAB. X META ATUARIAL DOS FUNDOS DE PENSÃO - ACUMULADA - PERÍODO: 1995 A JUN./2017 - CONSOLIDADO

ANO	RENT. NOMINAL DOS FUNDOS	RENT. NOMINAL	META ATUARIAL	META ATUARIAL	RENTABILID. ACIMA DA	RENTAB. ACIMA DA META	RENT. NOMINAL - SÃO FRANCISCO	RENTABILIDADE	META ATUARIAL	META ATUARIAL	RENTAB. REAL	RENTAB.ACIMA DA META
	DE PENSÃO-ANUAL - % -	ACUMULADA - % -	EFPC's - ANUAL - % -	EFPC's - ACUMUL - % -	META DAS EFPC's - %	DAS EFPC's/ACUMUL - %	PLANO BD - ANUAL - % -	ACUMULADA- SF - % -	S. FRANCISCO-ANUAL - % -	S.FRANC. ACUMUL - % -	S.FRANC. ANUAL - %	S.FRANC./ACUMUL - %
1995	24,92%	24,92%	29,30%	29,30%	(3,39%)	(3,39%)	18,35%	18,35%	29,36%	29,36%	(8,51%)	(8,51%)
1996	26,81%	58,41%	15,67%	49,56%	9,63%	5,92%	24,43%	47,26%	17,11%	51,49%	6,25%	(2,79%)
1997	22,20%	93,58%	10,60%	65,41%	10,49%	17,03%	32,06%	94,48%	10,35%	67,17%	19,67%	16,33%
1998	7,30%	107,71%	8,64%	79,71%	(1,23%)	15,58%	2,39%	99,12%	10,19%	84,21%	(7,08%)	8,10%
1999	38,29%	187,24%	14,94%	106,55%	20,31%	39,06%	43,39%	185,52%	14,57%	111,05%	25,15%	35,29%
2000	9,75%	215,25%	11,59%	130,49%	(1,65%)	36,77%	9,12%	211,56%	11,80%	135,95%	(2,40%)	32,05%
2001	12,63%	255,06%	16,01%	167,40%	(2,91%)	32,79%	18,81%	270,17%	15,78%	173,18%	2,62%	35,50%
2002	16,60%	314,00%	21,62%	225,21%	(4,13%)	27,30%	13,25%	319,21%	19,31%	225,94%	(5,08%)	28,62%
2003	30,01%	438,25%	17,01%	280,53%	11,11%	41,45%	26,87%	431,86%	19,48%	289,43%	6,19%	36,57%
2004	21,07%	551,65%	12,50%	328,09%	7,62%	52,22%	16,93%	521,90%	12,14%	336,70%	4,27%	42,41%
2005	19,05%	675,80%	11,35%	376,68%	6,92%	62,75%	15,79%	620,10%	11,98%	389,02%	3,40%	47,25%
2006	23,45%	857,72%	8,98%	419,49%	13,28%	84,36%	18,25%	751,52%	8,84%	432,25%	8,65%	59,98%
2007	25,88%	1105,58%	11,47%	479,07%	12,93%	108,19%	20,94%	929,83%	11,08%	491,22%	8,88%	74,19%
2008	(1,62%)	1086,05%	12,87%	553,60%	(12,84%)	81,46%	(0,44%)	925,29%	13,64%	571,87%	(12,39%)	52,60%
2009	21,50%	1341,05%	10,36%	621,31%	10,09%	99,78%	21,38%	1144,50%	10,42%	641,88%	9,93%	67,75%
2010	13,26%	1532,13%	12,85%	714,00%	0,36%	100,51%	11,93%	1292,97%	12,73%	736,32%	(0,71%)	66,56%
2011	9,80%	1692,08%	12,44%	815,26%	(2,35%)	95,80%	4,29%	1352,73%	12,56%	841,36%	(7,35%)	54,32%
2012	15,37%	1967,52%	12,57%	930,31%	2,72%	101,13%	18,25%	1617,85%	12,31%	957,24%	5,29%	62,48%
2013	3,28%	2035,33%	11,63%	1050,13%	(7,48%)	86,09%	6,37%	1727,28%	11,92%	1083,26%	(4,96%)	54,43%
2014	7,07%	2186,30%	12,07%	1188,95%	(4,46%)	77,79%	8,96%	1891,00%	11,65%	1221,11%	(2,41%)	50,71%
2015	5,22%	2305,65%	17,55%	1415,16%	(10,49%)	59,14%	10,11%	2092,30%	16,91%	1444,51%	(5,82%)	41,94%
2016	14,56%	2655,91%	13,60%	1621,23%	0,85%	60,48%	13,53%	2388,91%	13,34%	1650,55%	0,17%	42,18%
JUNHO/2017	4,91%	2791,23%	5,29%	1712,28%	(0,36%)	59,90%	1,59%	2428,49%	4,21%	1724,25%	(2,51%)	38,60%

GRÁFICO 11. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC'S COM RELAÇÃO PIB – CONSOLIDADO - 1995 A ABRIL/17

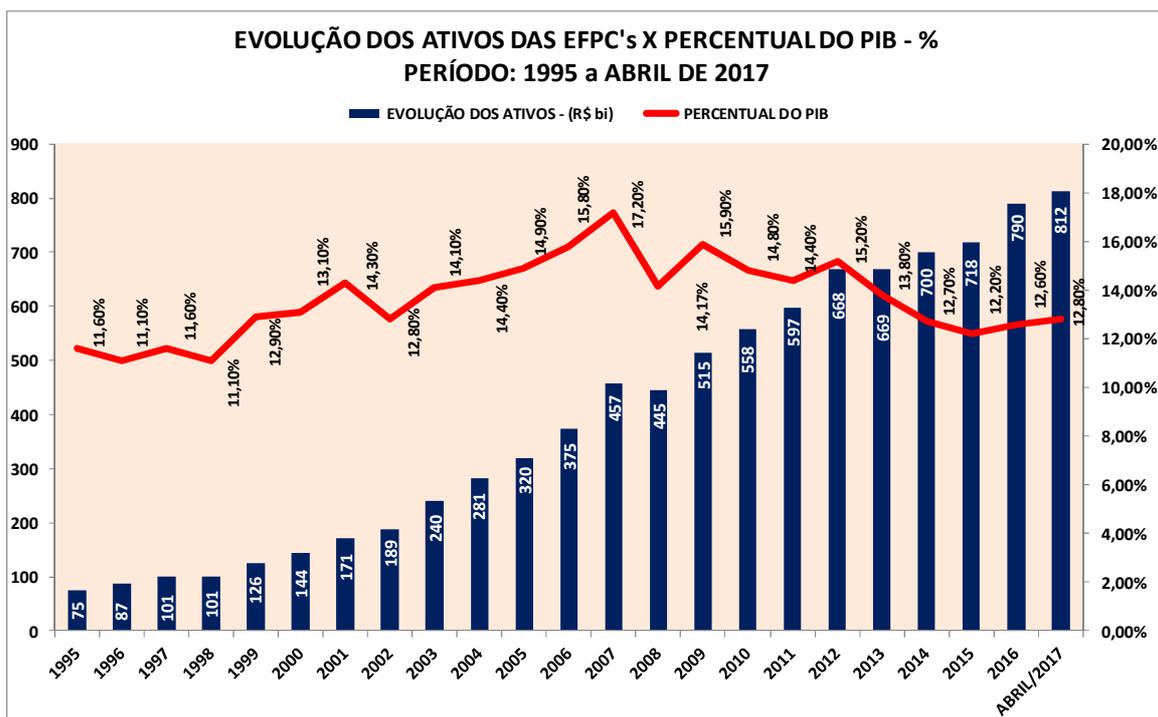


TABELA 4. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DOS FUNDOS DE PENSÃO X PERCENTUAL DO PIB

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DOS FUNDOS DE PENSÃO x PERCENTUAL DO PIB				
PERÍODO: 1995 a ABRIL DE 2017 - FONTE: ABRAPP				
ANO	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS FUNDOS DE PENSÃO - (R\$ - bi) -	ATIVOS EFPC's/PIB NO ANO - % -	CRESCIMENTO NO ANO - %	CRESCIMENTO ACUMULADO NO PERÍODO EFPC's - % -
1994	73			
1995	75	11,60%	2,74%	2,74%
1996	87	11,10%	16,00%	19,18%
1997	101	11,60%	16,09%	38,36%
1998	101	11,10%	0,00%	38,36%
1999	126	12,90%	24,75%	72,60%
2000	144	13,10%	14,29%	97,26%
2001	171	14,30%	18,75%	134,25%
2002	189	12,80%	10,53%	158,90%
2003	240	14,10%	26,98%	228,77%
2004	281	14,40%	17,08%	284,93%
2005	320	14,90%	13,88%	338,36%
2006	375	15,80%	17,19%	413,70%
2007	457	17,20%	21,87%	526,03%
2008	445	14,17%	(2,63%)	509,59%
2009	515	15,90%	15,73%	605,48%
2010	558	14,80%	8,35%	664,38%
2011	597	14,40%	6,99%	717,81%
2012	668	15,20%	11,89%	815,07%
2013	669	13,80%	0,15%	816,44%
2014	700	12,70%	4,63%	858,90%
2015	718	12,20%	2,57%	883,56%
2016	790	12,60%	10,03%	982,19%
ABRIL/2017	812	12,80%	2,78%	1012,33%

Os índices de desempenho dos Fundos de Pensão consolidados estatisticamente publicado pela ABRAPP, identificando a desempenho da indústria de Fundos no período de 1995 a junho de 2017, destaca-se a Rentabilidade Acima da Meta Atuarial das EFPC's no período considerado. Noutro aspecto, foi destacado a "Evolução dos Ativos" no período de 1995 a abril de 2017, com destaque para o percentual de participação sobre o PIB brasileiro.

A São Francisco visando permitir que os *Stakeholder*, principalmente, participantes, Conselheiros e Colaboradores, comparem, com base no mesmo período, os resultados dos planos geridos pela Fundação com as congêneres, tendo como fonte de dados as publicações da ABRAPP, apresenta a “Rentabilidade Média Acima da Meta Atuarial dos Fundos de Pensão” em comparação a Rentabilidade do plano BD I, dado ser esse o único existente ao longo de todo o período da amostra.

O comportamento acumulado permite extrair a conclusão de que apesar das condições conjunturais adversas, registradas no mercado financeiro e de capitais no período de 1995 a 2017, especificamente no interregno de 2008 e 2013, os investimentos obtiveram desempenho real de 38,68%, contra 59,90% do sistema, variação menor em somente 15,30% no período, ou 0,65% a.a. Em verdade reflete uma estratégia conservadora de alocação de recursos, com pequena exposição ao risco de crédito, haja vista no decurso do tempo somente 3 ativos terem sido lançados como provisão de perda.

Nos últimos 22 (vinte e dois) anos os Fundos de Pensão brasileiros alcançaram uma rentabilidade nominal de 2.791,23% nominal, contra uma necessidade atuarial média de 1.712,28% nominal, sendo daí o registro quanto ao ganho maior que a meta em 59,90%, contra 38,68% obtido pelo Plano BD I.

1.4 RETORNO BRUTO DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PGBL / VGBL – PERÍODO: JUNHO DE 2013 A JUNHO DE 2017 – 48 MESES

GRÁFICO 12. RETORNO BRUTO ACUMULADO PGBL/VGBL – 48 MESES X CODEPREV - %

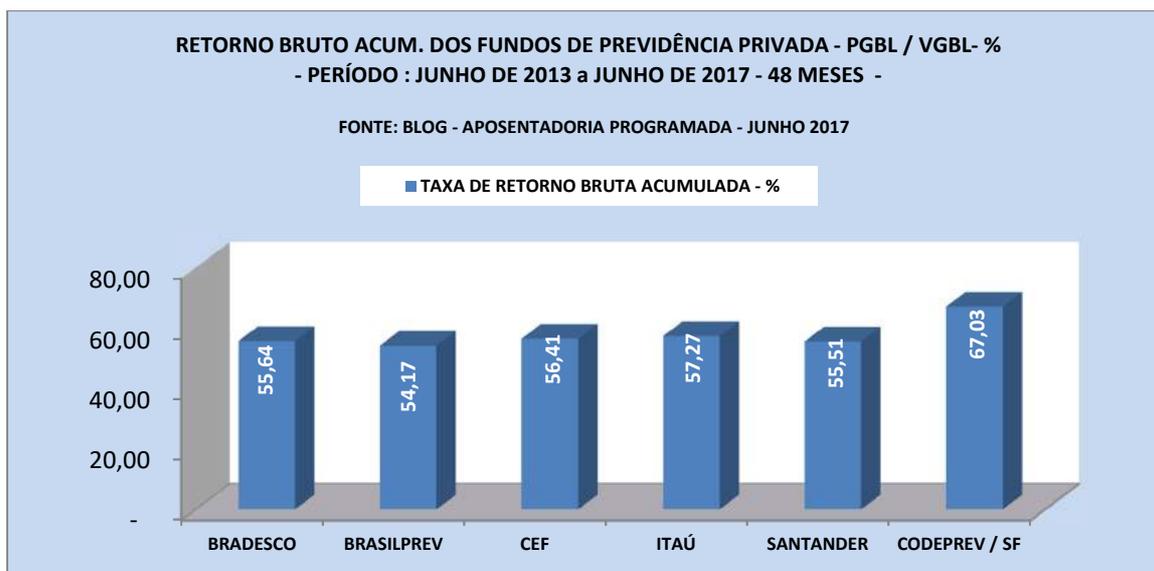


TABELA 1. FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – PGBL/VGBL – RENTABILIDADE NOMINAL ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 48 MESES X CODEPREV

GESTORES	FUNDOS	RETORNO - %				Perfil Risco
		Bruto em 12 Meses	Bruto em 24 Meses	Bruto em 36 Meses	Bruto em 48 Meses	
BRADESCO	BradescoPgbI Vgbl Fix Plus	12,93	28,10	42,72	55,64	CONSERVADOR
BRASILPREV	Brasilprev Rt Fix VII Renda Fixa	12,43	27,45	41,64	54,17	CONSERVADOR
CEF	Previdenciário Caixa Renda Fixa 50	12,73	28,38	42,99	56,41	CONSERVADOR
ITAÚ	Itau Flexprev XV A Renda Fixa	12,96	28,58	43,59	57,27	CONSERVADOR
SANTANDER	Santander FI XVI RF CP	12,72	28,37	42,5	55,51	CONSERVADOR
CODEPREV / SF	CODEPREV	14,55	33,36	57,39	67,03	CONSERVADOR

FONTE: BLOG APOSENTADORIA PROGRAMADA

No gráfico e na tabela acima, destacamos a rentabilidade nominal dos últimos 48 (quarenta e oito) meses dos **Fundos de Previdência Privada - PGBL / VGBL** dos cinco maiores Gestores Privados (Bradesco; BrasilPrev; CEF; Itaú e Santander), publicadas pelo *blog* “**Aposentadoria Programada**”, comparadas ao CODEPREV acumulado em 43 (quarenta e três) meses.

Observa-se que as amostras dos Planos Privados consideram a rentabilidade nominal acumulada em 48 meses, sendo que a do CODEPREV foi iniciada em dezembro de 2013, dentro, portanto, do intervalo de 43 meses, mas acumulando cinco meses menos que a da Indústria Privada de Fundos. Apesar disso, a rentabilidade do CODEPREV alcançou desempenho nominal acima dos Fundos de Previdência Privada - PGBL / VGBL em todos os períodos considerados - 12 meses; 24 meses; 36 meses e 48 meses.

1.4.1 Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO

1.4.1.1 Evolução do Ativo Total Consolidado

Encerrado o 2º trimestre de 2017, o Ativo Total Consolidado atingiu o montante de R\$ 663,5 milhões, contra R\$ 658,6 milhões ao fim do 1º trimestre de 2017, representando crescimento de 0,74%, contra 2,74% alcançado no mesmo período de 2016.

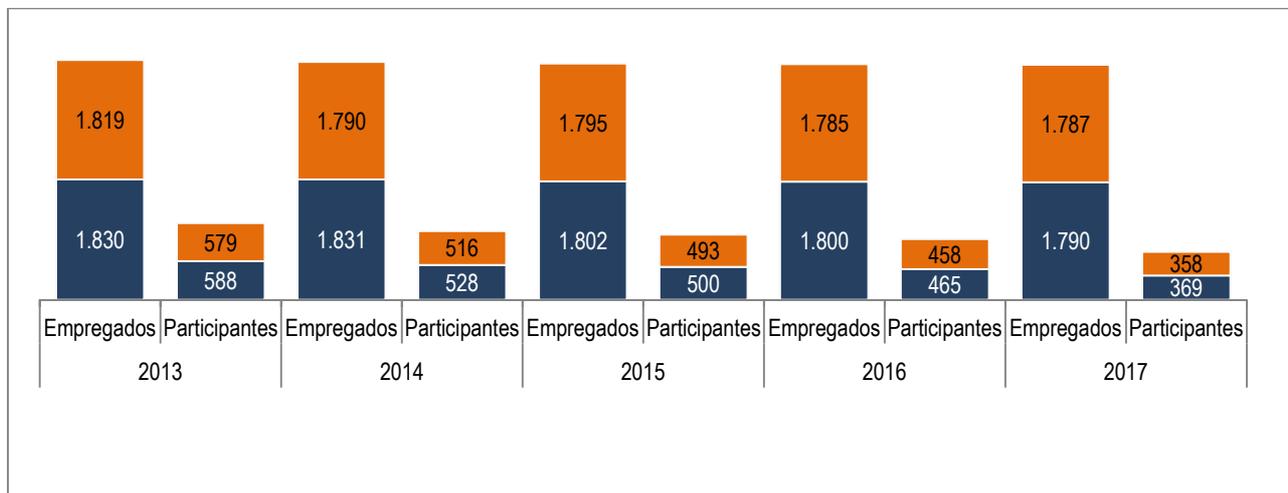
GRÁFICO 13. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



2 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

2.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 14. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



Com relação ao 1º trimestre, 11 participantes ativos deixaram essa condição, sendo, 9 desligamentos a pedido, 1 aposentadoria e 1 desligamento de autopatrocinado.

GRÁFICO 15. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES

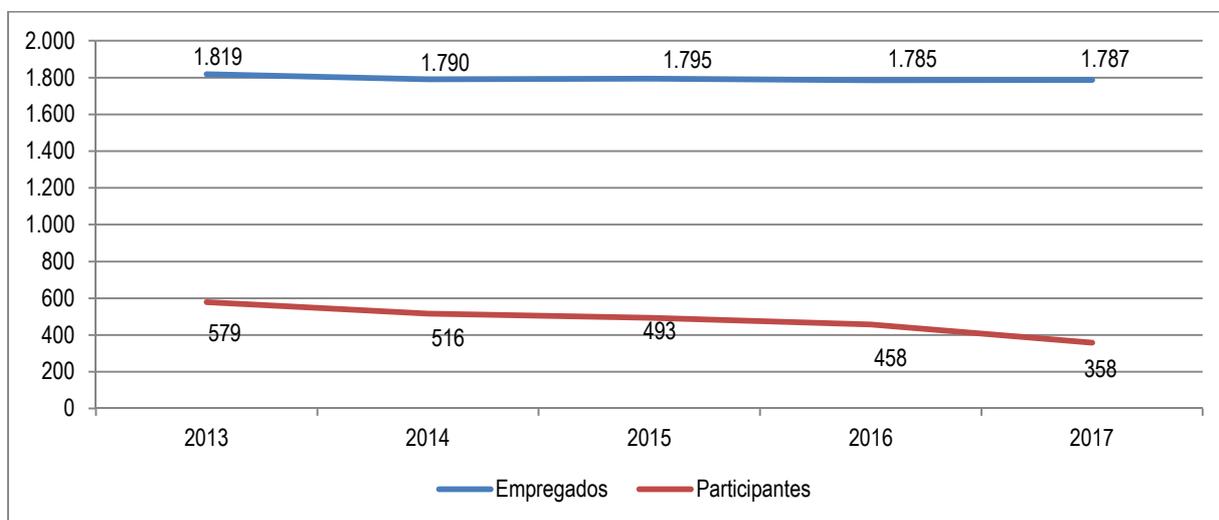


GRÁFICO 16. SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS

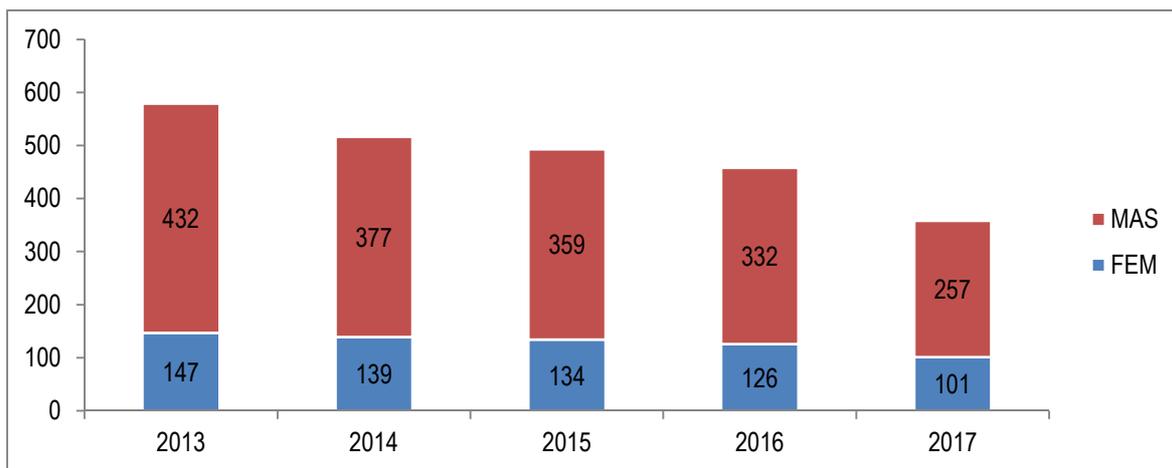
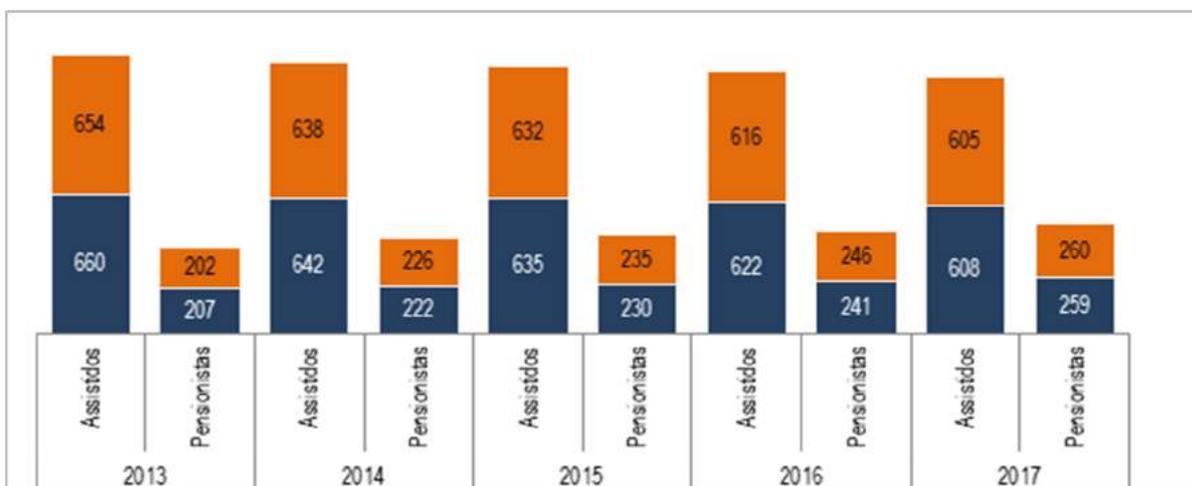


GRÁFICO 17. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS



Com relação ao 1º trimestre houve 1 concessão e 4 encerramentos de aposentadoria e 1 concessão de pensão por morte.

GRÁFICO 18. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS

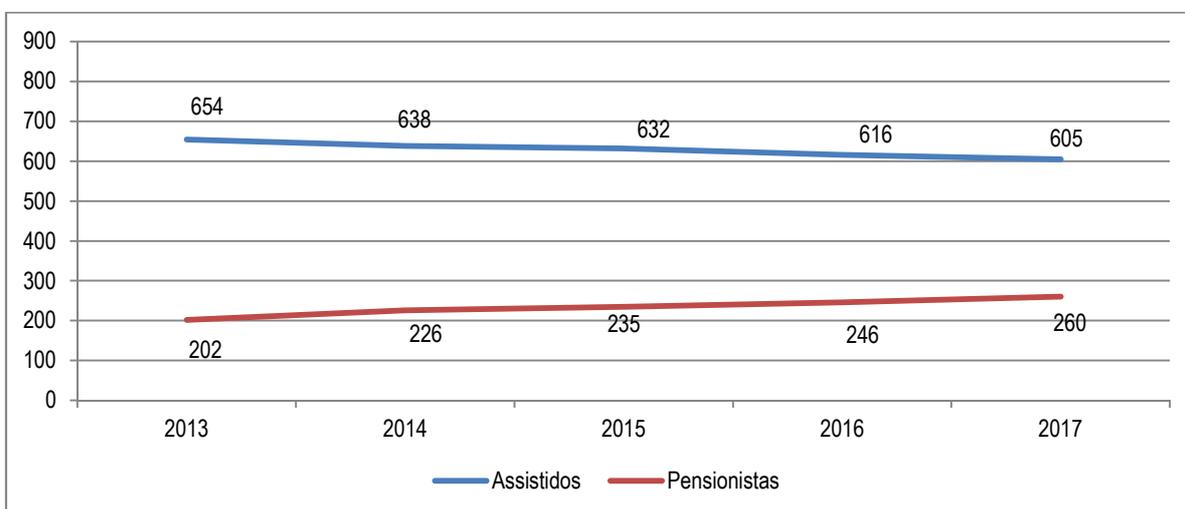


GRÁFICO 19. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA

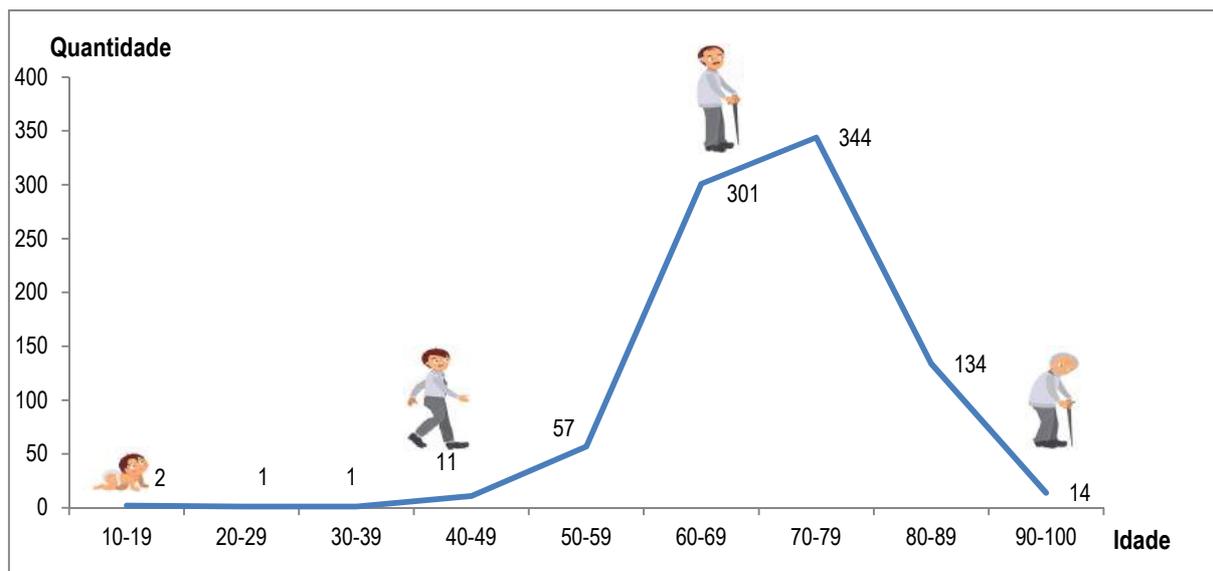


GRÁFICO 20. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE

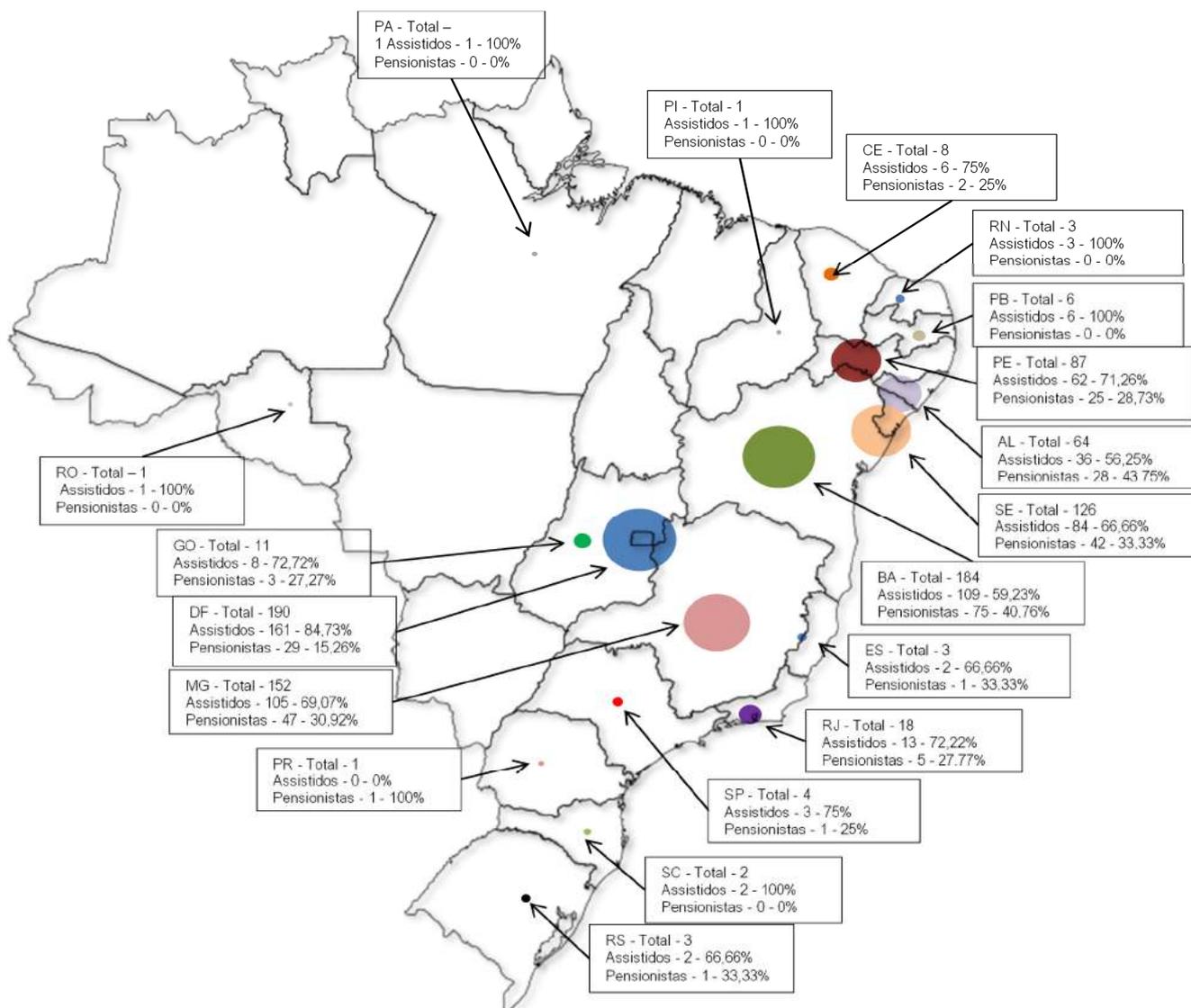
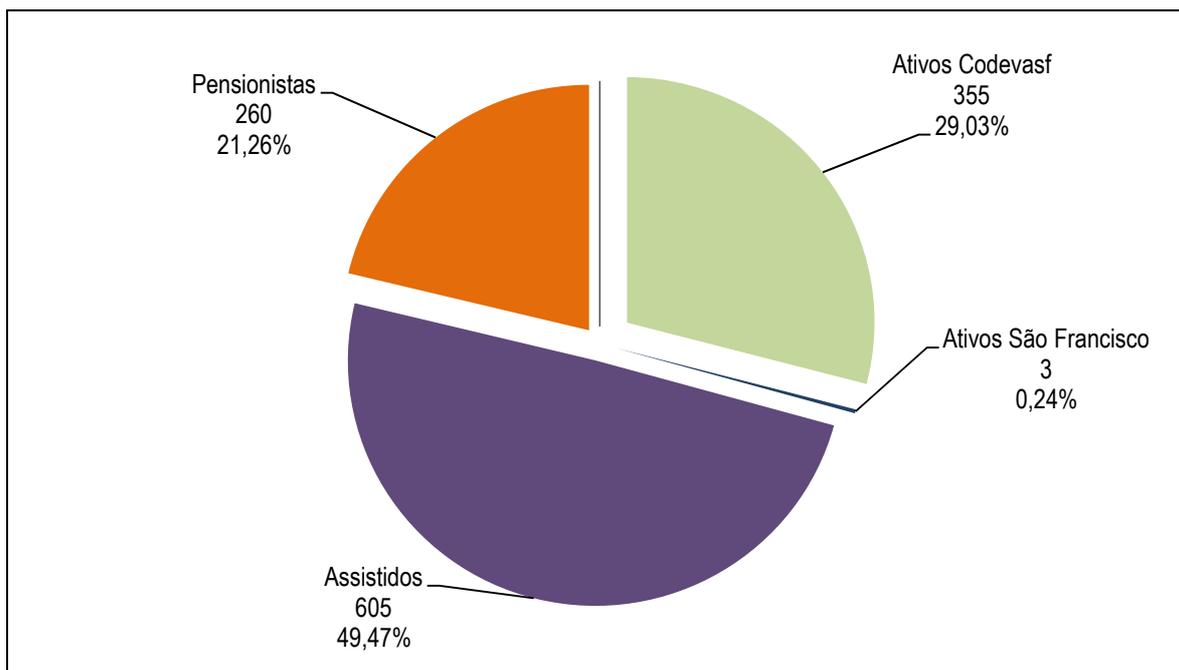
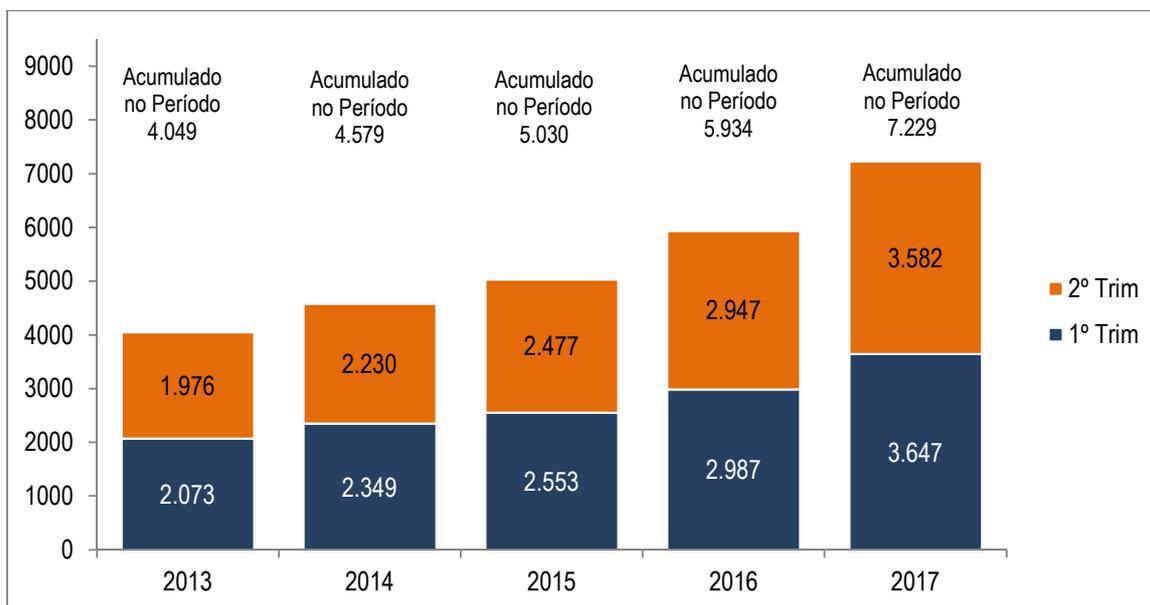


GRÁFICO 21. PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL



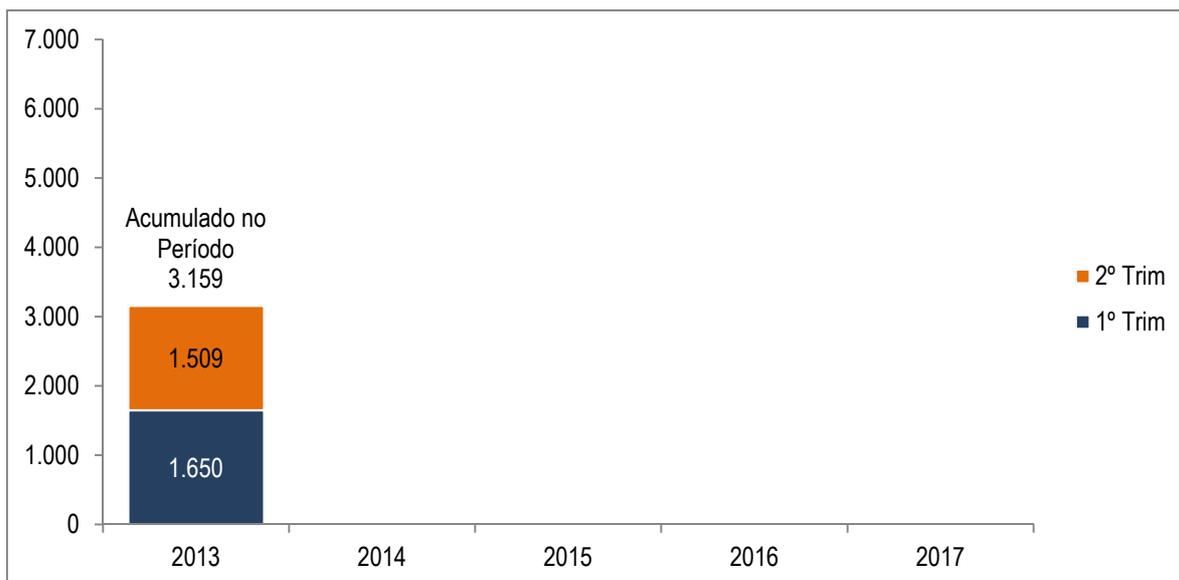
2.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 22. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS TOTAIS (ATIVOS E ASSISTIDOS) – EM MIL REAIS



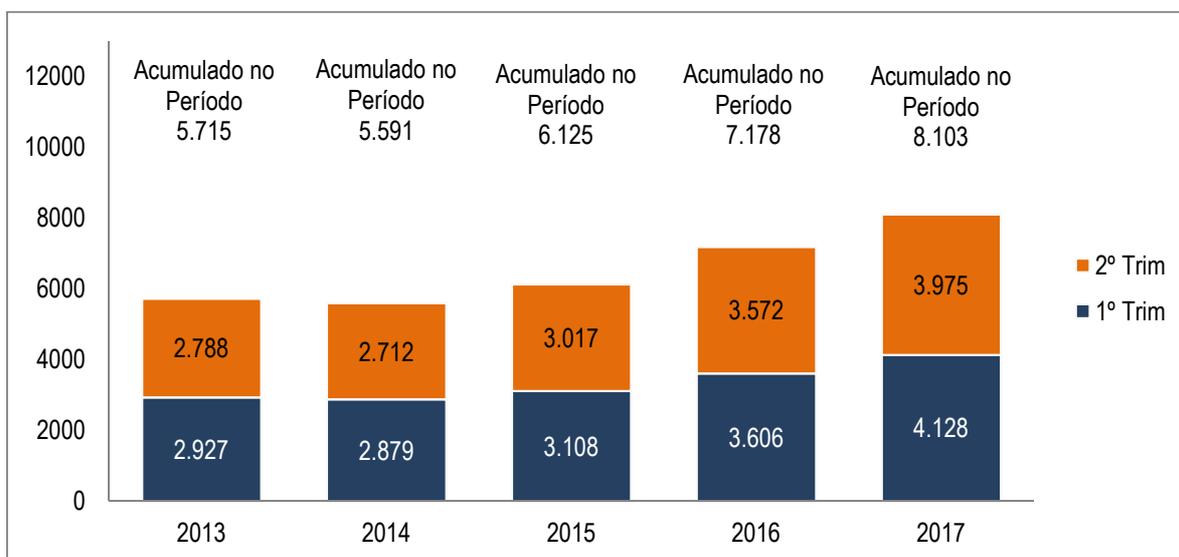
A diferença de contribuição a maior ocorrida em relação ao 2º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial realizado no período e ao ajuste na contribuição normal mensal.

GRÁFICO 23. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS CONTRATADAS – EM MIL REAIS



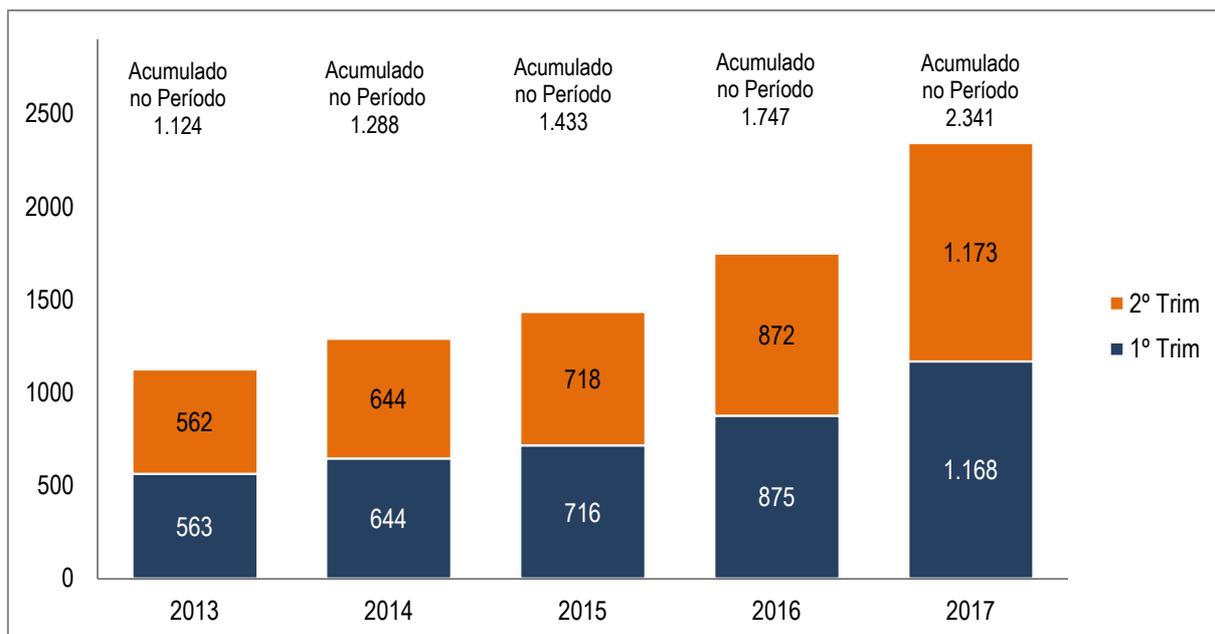
Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

GRÁFICO 24. CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS



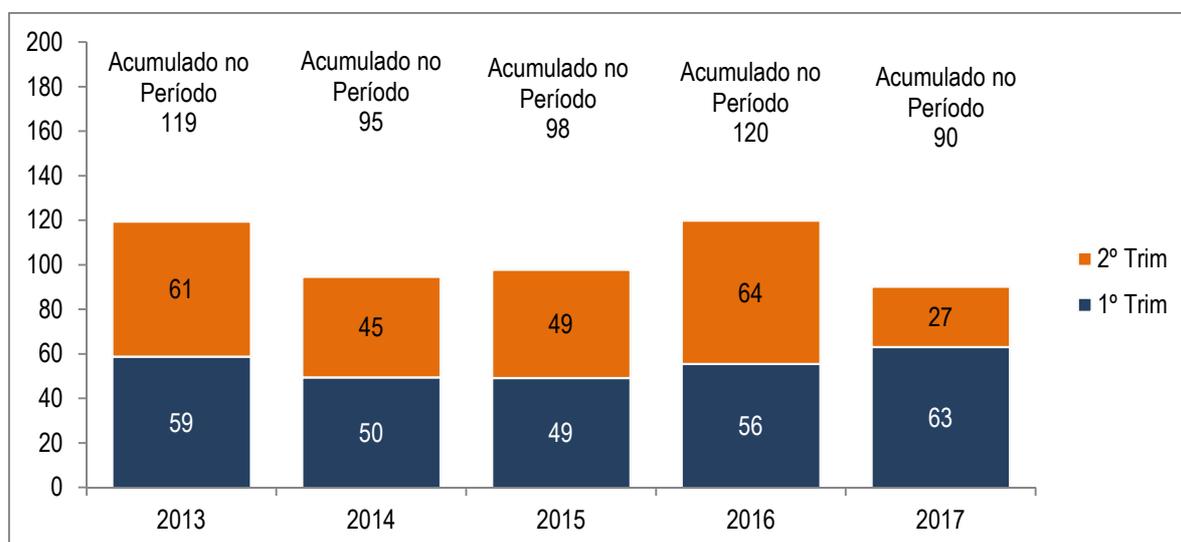
A diferença de contribuição a maior ocorrida em relação ao 2º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial realizado no período e ao ajuste na contribuição normal mensal.

GRÁFICO 25. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS



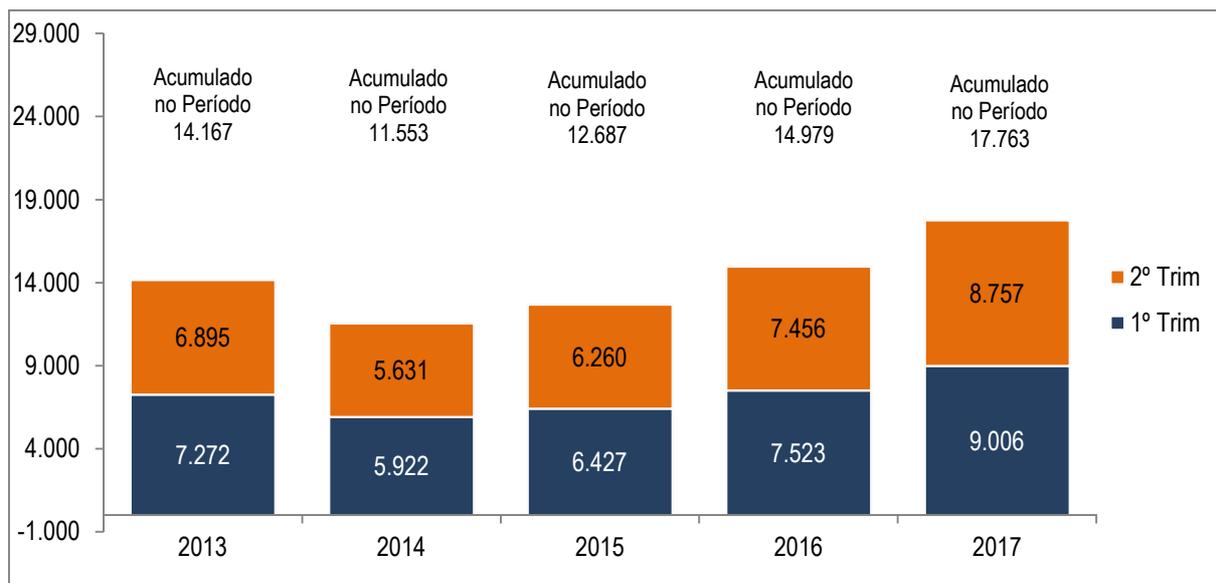
O aumento nas contribuições de assistidos em relação ao 2º trimestre do ano anterior deve-se ao reajuste nos benefícios e ao incremento no ajuste das contribuições normais.

GRÁFICO 26. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS



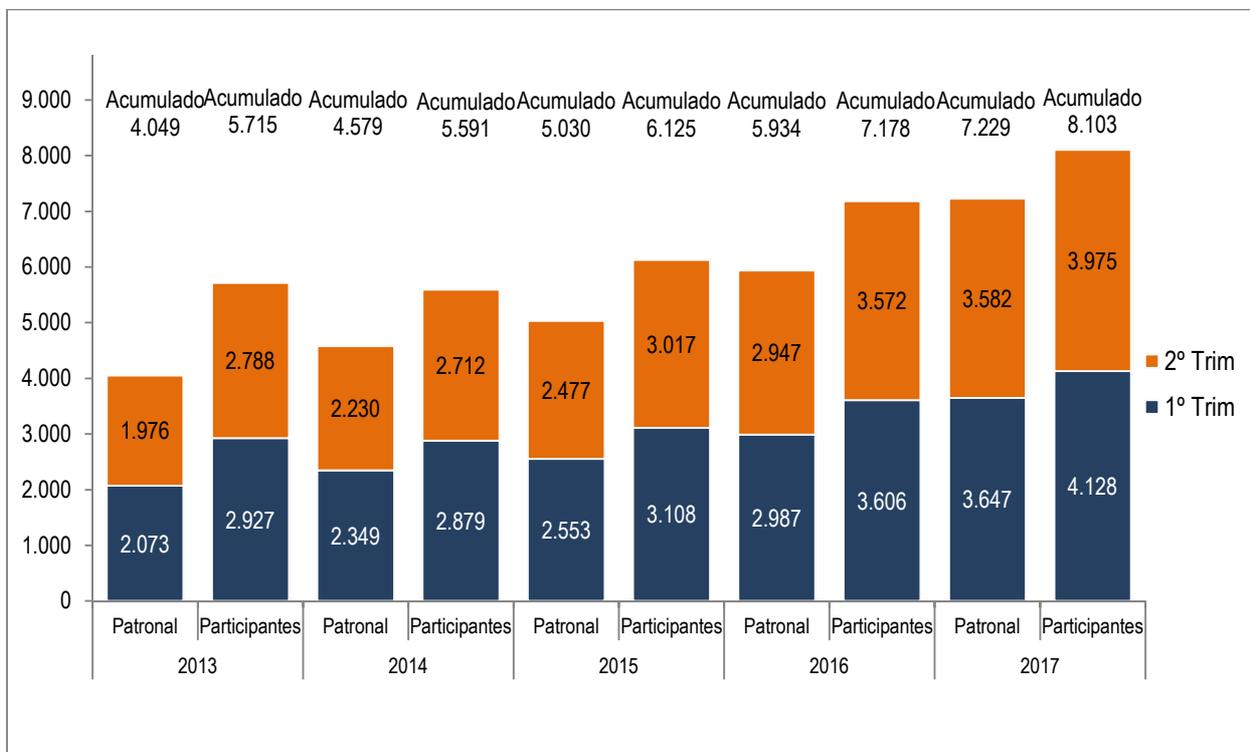
Os valores de “outras contribuições” correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados.

GRÁFICO 27. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



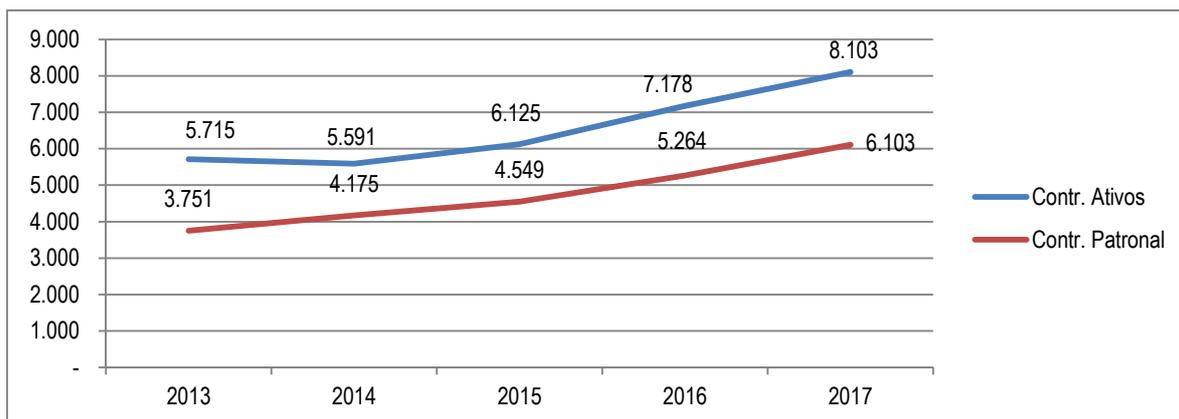
A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO. A diferença de contribuição a maior ocorrida em relação ao 2º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial realizado no período e ao ajuste na contribuição normal mensal.

GRÁFICO 28. COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS



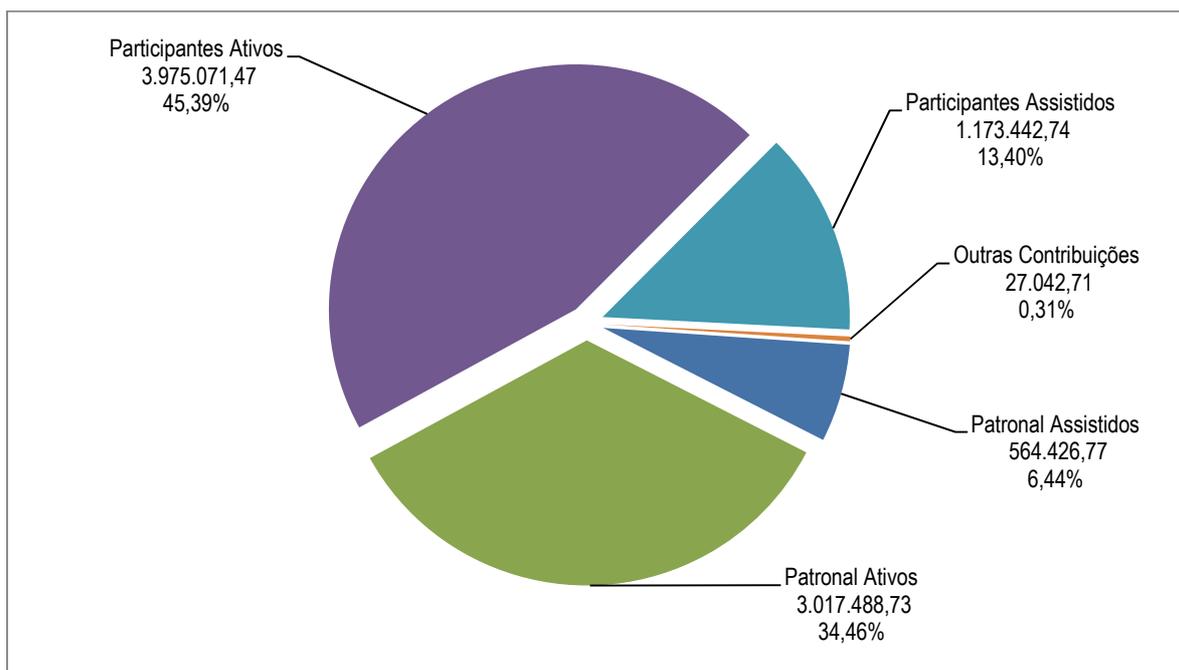
A diferença de contribuição a maior ocorrida em relação ao 2º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial realizado no período e ao ajuste na contribuição normal mensal.

GRÁFICO 29. COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTIC. ATIVOS X PATROCINADORA – EM MIL REAIS



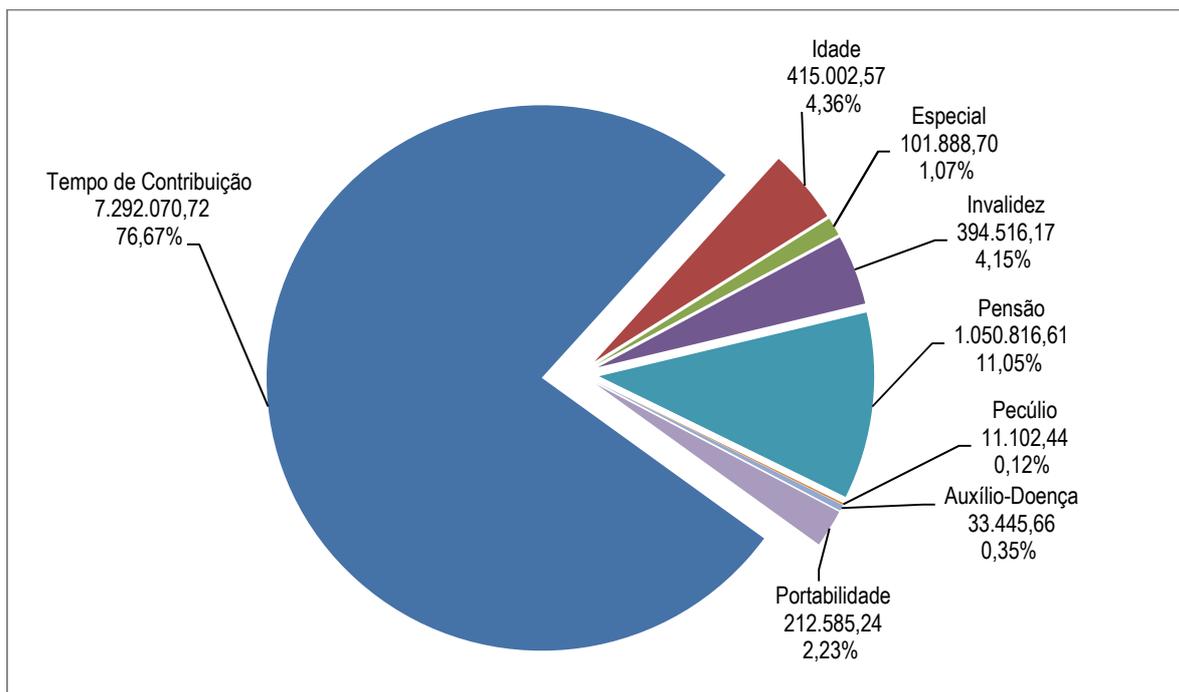
Em média, sobre a contribuição total, verifica-se que a contribuição patronal equivale a 42,96% e a contribuição do participante a 57,04%. Importante ressaltar que não foram utilizados os valores referentes às parcelas do ajuste da contribuição normal das patrocinadoras para os assistidos.

GRÁFICO 30. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS



2.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 31. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO



No 2º trimestre houve o pagamento de R\$ 45.762,64, referente ao instituto de resgate de contribuições de participantes já cancelados do Plano de Benefícios I.

GRÁFICO 32. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS

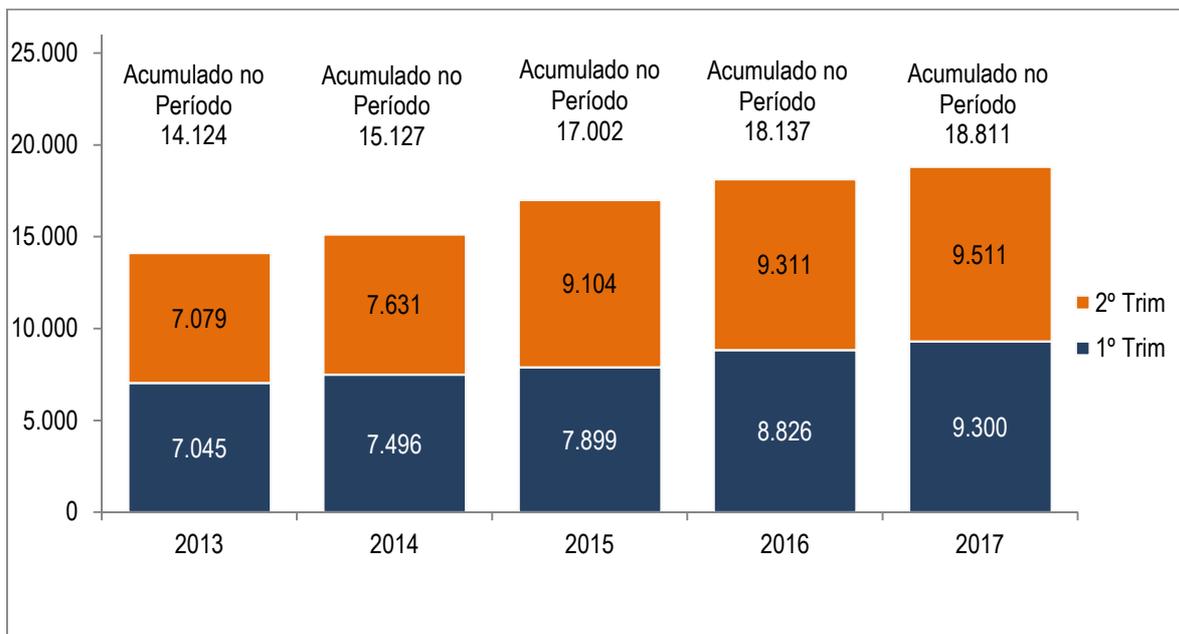
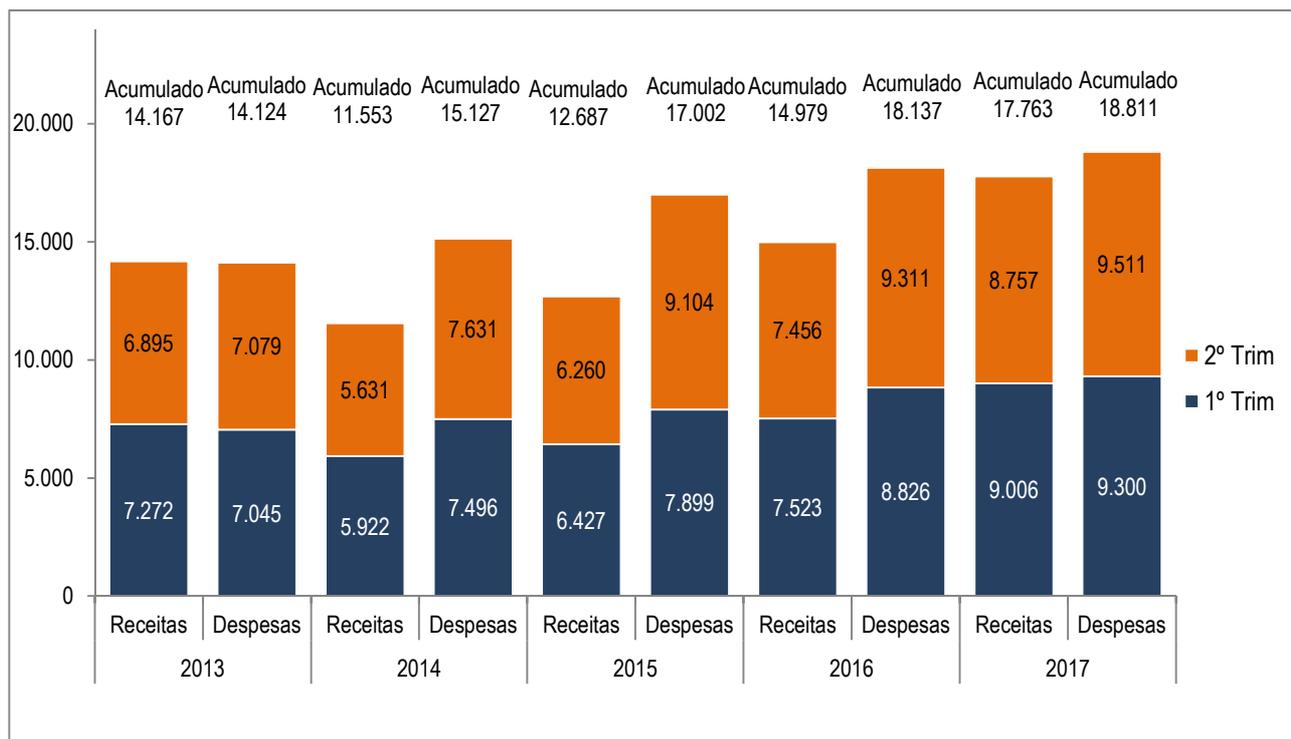


GRÁFICO 33. RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



2.2 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

2.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial – 1994 ao 2º Trimestre/2017

O Gráfico identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 ao 2º Trimestre de 2017. Fica evidente que nos últimos vinte e dois anos e seis meses a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. Já no 2º Trimestre de 2017, com a taxa superior a 50%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015. Assim sendo, pode-se afirmar em definitivo que, os problemas ainda existentes no Plano se devem, exclusivamente, às suas condições “Estruturais”. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas, seguiram guiados pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando a segurança antes da rentabilidade. Os resultados identificam os acertos na condução dos investimentos, e mais, o desempenho colado à média do setor demonstra que pouco mais seria possível conseguir, sem se saber, entretanto, qual seria o risco de tal busca.

GRÁFICO 34. DESEMPENHO ACUMULADO

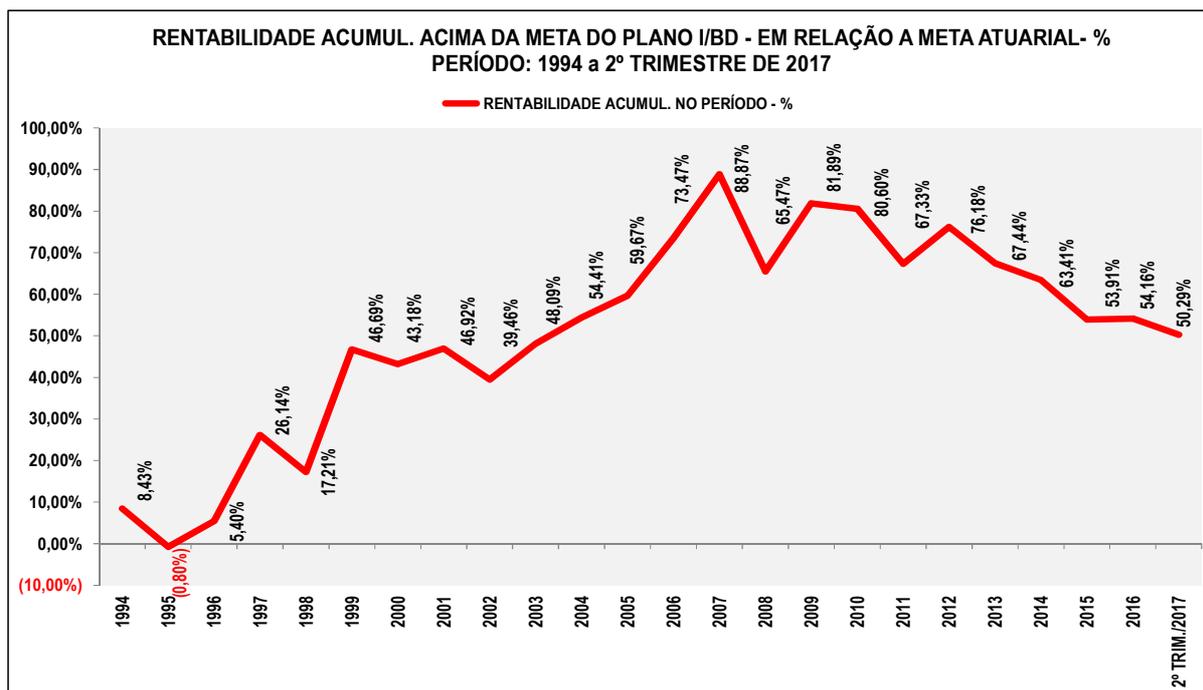


TABELA 2. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE DO PLANO I/BD - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a 2017 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 6% a.a. (3)	RENTABILIDADE REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL ACUMULADA NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2º TRIM. /2017	545.286.259	1,59%	4,21%	2,61%	5,26%	(2,51%)	50,29%
ACUMULADA NO PERÍODO.....		27759,88%	18437,65%	494,34%	295,47%	50,29%	
Obs: Juro Atuarial = 6,00% a.a. até 2012; 5,75% a.a. em 2013 e 5,50% a.a.; 2014 a 2016 - 5,50%; 2017 - 5,26% a.a.					DESVIO PADRÃO	8,88%	

2.2.2 Enquadramento - Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do 2º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Sendo que em 30.06.2017 o volume total de recursos de R\$ 597.549.401,56 contra R\$ 592.970.516,90 em 31.12.2016, registra um crescimento nominal no período de 0,77%. Antes de se pensar ter o crescimento uma taxa pequena, importante apontar que nesse período ingressaram R\$ 17,0 milhões em contribuições e, saíram para pagamento de benefícios R\$ 27,673 milhões, ou seja, uma saída líquida de R\$ 10,673 milhões. A saída foi suportada pela geração de rendimento de investimento de R\$ 8,125 milhões. Como se pode perceber, a estrutura financeira do plano assegura a todos os participantes a tranquilidade quanto à manutenção de seus benefícios presentes e futuros sendo pagos em conformidade com o cronograma disponibilizado na página da Fundação na *internet*.

GRÁFICO 35. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

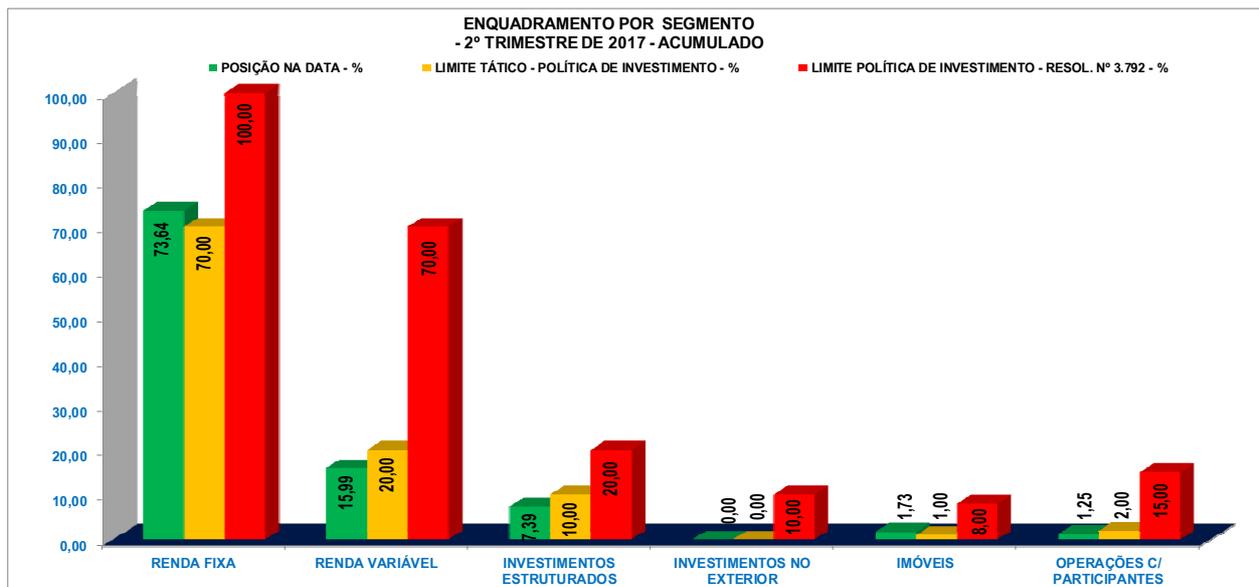


TABELA 3. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2016 x 2017 - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD -							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2016		30.06.2017		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO N° 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	422.675.447,94	71,28	439.731.441,36	73,59	70,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	92.606.516,13	15,62	95.515.905,06	15,98	20,00	70,00	70,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	62.597.321,82	10,56	44.140.168,45	7,39	10,00	20,00	20,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1,00
IMÓVEIS	7.268.300,02	1,23	10.484.031,64	1,75	1,00	8,00	2,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	7.822.930,99	1,32	7.677.855,05	1,28	2,00	15,00	5,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	592.970.516,90	100,00	597.549.401,56	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	4.522,54	↑ 0,77%	36.258,75				
(-) Exigível de Investimentos	-270.577,54		-239.366,75				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	592.704.461,90		597.346.293,56				

2.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do 2º trimestre de 2017 foi de 0,65%, contra 0,93% registrada no 1º trimestre de 2017, acumulando no ano um desempenho positivo de 1,59%. Descontada a Meta Atuarial registrada nos seis primeiros meses do ano - (INPC+5,26% a.a.), que atingiu 4,21%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial de 2,62%, motivada pelo baixo desempenho dos **Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis**, cuja síntese das explicações é exposta adiante, quando do relato dos principais pontos de cada Segmento.

GRÁFICO 36. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

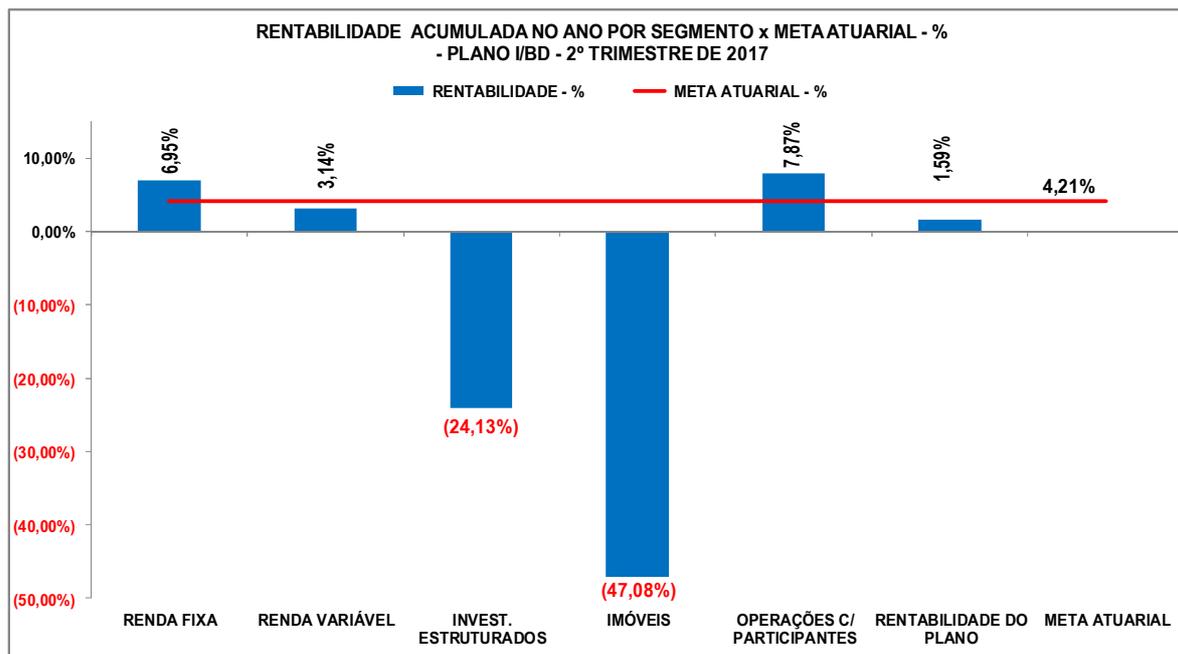


TABELA 4. RENTABILIDADE

RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 2º TRIMESTRE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	2,59%	3,28%	6,95%	12,75%
RENDA VARIÁVEL	0,45%	(2,50%)	3,14%	10,26%
INVEST. ESTRUTURADOS	(0,01%)	(0,06%)	(24,13%)	(24,36%)
IMÓVEIS	(44,36%)	(44,89%)	(47,08%)	(47,45%)
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	1,19%	4,00%	7,87%	18,98%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,62%	0,65%	1,59%	6,64%
META ATUARIAL	0,79%	2,06%	4,21%	8,91%
DIVERGÊNCIA	(0,17%)	(1,41%)	(2,62%)	(2,27%)

2.2.3.1 Segmento de Renda Fixa

No 2º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 3,28%, contra 3,55% registrada no 1º trimestre, acumulando no ano alta de 6,95%, frente meta atuarial de 4,21%, superando a meta acumulada em 2,74%. Apesar do ganho elevado no período, não é prudente contar com esse mesmo comportamento ao longo dos próximos trimestres. Na realidade, a alta nas taxas de juros verificada nas cotações indicativas dos títulos públicos federais - NTN/B no decorrer do trimestre, afetou diretamente os títulos precificados a mercado existentes em carteira e consequentemente a rentabilidade nominal do período. No entanto, a reversão de parte da recuperação das garantias provisionadas das “Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda”, lançadas no Segmento de Renda Fixa na data de 30.06.2017 no valor de R\$ 11.345.550,00 - impactou de forma positiva a rentabilidade do Segmento.

Os índices de preços INPC e IPCA continuaram a registrar elevada constrição, demonstrando a queda vertiginosa da inflação, contribuindo diretamente para a queda nominal da Taxa Básica de Juros - Selic. Como a Diretoria de Finanças já havia identificado há algum tempo, o comportamento dos índices voltou ao intervalo de confiança que havia sido descortinado, logo, as defasagens entre eles verificadas no passado, não deverá ser problema doravante. Assim, as taxas de juros da carteira de NTN's não serão

consumidas por descasamento considerável dos índices, ao menos é o que a estatística demonstra. O IPCA acumulou no ano variação de 1,18% e o INPC 1,12%, gerando uma diferença módica de 0,06% favorável às taxas praticadas pelo mercado nas negociações dos Títulos Públicos Federais-NTN's.

2.2.3.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's, registrou no 2º trimestre de 2017 rentabilidade negativa de 2,50%, ante o desempenho negativo da Bolsa de Valores de 2,94% medida pelo Índice IBrX-50 (*Benchmark*). Com este resultado, a Carteira de Renda Variável acumulou no ano alta de 3,14%, contra alta de 4,61% do *Benchmark* no mesmo período, imputando divergência negativa de 1,47%. Apesar da divergência desfavorável ao patrimônio, o mercado de capitais demonstrou no encerramento do primeiro semestre de 2017, fortes sinais de manter-se no canal de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações.

Ressalte-se que a alta registrada nos primeiros meses do ano esteve diretamente relacionada às apostas dos investidores na retomada da economia, relacionada ao processo de celeridade do governo na aprovação das Reformas Trabalhista e Previdenciária. No entanto, o mercado foi mais uma vez surpreendido com a **“Delação e Leniência” da J&F - Holding do Grupo JBS** ao Ministério Público Federal, registrando no segundo trimestre o **“Maior Terremoto”** do mercado financeiro e de capitais (18.05.2017), com elevada queda de 8,75% em um único dia da Bolsa de Valores de São Paulo, medida pelo IBrX-50, elevando sistematicamente a volatilidade do mercado acionário, imputando perdas nas carteiras dos potenciais investidores institucionais, retardando o crescimento da economia e um lento processo de recuperação das empresas de capital aberto.

2.2.3.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 2º trimestre de 2017 queda de 0,06%, contra variação negativa acentuada de 24,08% no 1º trimestre de 2017, motivada e imposta pelo ajuste de precificação realizada pelo administrador do **Energia PCH/FIP** em 31.03.2017, mesmo contra a posição de fatia expressiva de cotistas contrário à sua adoção, já mencionada o Relatório do primeiro trimestre. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano queda de 24,13%, contra meta atuarial 4,21% no mesmo período, imputando divergência negativa de 28,34%. Após o Administrador utilizar-se de sua prerrogativa utilizando-se do laudo de avaliação solicitado pela JURUENA PARTICIPAÇÕES, causando distorções de preços entre os ativos, a São Francisco em conjunto com os demais Cotistas iniciaram o processo de parceria com objetivo de avaliar possíveis janelas de saída do ativo.

2.2.3.4 Segmento de Imóveis

Apresentou no 2º trimestre, rentabilidade negativa de 44,89%. Com este resultado o segmento acumulou no ano queda de 47,08%, contra meta atuarial acumulada de 4,21%, gerando no primeiro semestre rentabilidade negativa de 51,29% abaixo da meta. A acentuada queda registrada foi motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo plano com a vacância das salas, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear, bem como o lançamento de parte das garantidas imobiliárias da M. Brasil constituídas por Imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Destaca-se que no mês de junho de 2017, foi processado a primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das **“Garantias Provisionadas”** do ativo **“Cédula de Crédito Imobiliário - CCI” da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda**, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. O *Modus Operandi* do lançamento



contábil gerou a princípio valorização positiva da Carteira de Renda Fixa, a favor Plano, já observada no item 1.4.3.1, acima. Porém, quando da transferência do “Crédito” para a Carteira de Imóveis, sua reprecificação a valor de mercado, gerou variação negativa. Por meio de nova avaliação ao final do processo de tomada das garantias é possível a ocorrência de certa valorização dos bens.

2.2.3.5 *Segmento de Operações C/Participantes*

Apresentou rentabilidade no 2º trimestre de 4,00% contra 3,72% alcançada no 1º trimestre, acumulando no ano alta de 7,87%, superando a meta em 3,66%.

2.2.4 Detalhamento por Segmento

2.2.4.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 73,59% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			abr/17	mai/17	jun/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	439.731.441,36	100,00%	73,59%	40%	100%	60%	10,29		0,39%	0,28%	2,59%	3,28%	6,95%	12,75%	1,30%	2,74%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	396.743.384,13	90,22%	66,40%	40,00%	100,00%	60,00%	11,32		0,39%	0,27%	0,46%	1,12%	4,85%	10,65%	-0,80%	0,64%
	NOTAS DO TESOURE NACIONAL - NTN-B	377.537.451,00	85,86%	63,18%	-	-	-	11,70	Soberano	0,49%	0,40%	0,39%	1,29%	4,65%	10,44%	-0,99%	0,45%
	NOTAS DO TESOURE NACIONAL - NTN-F	19.205.933,13	4,37%	3,21%	-	-	-	6,32	Soberano	-0,72%	-1,48%	1,84%	-0,39%	8,56%	14,79%	8,56%	8,56%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	6.844.335,72	1,56%	1,15%	80,00%	80,00%	80,00%	-		0,65%	0,85%	0,54%	2,05%	4,72%	10,78%	-0,93%	0,51%
	LF	6.844.335,72	1,56%	1,15%	-	-	-	0,71		0,65%	0,85%	0,54%	2,05%	4,72%	10,33%	-0,93%	0,51%
	Risco de Crédito Especulativo (1)																
	BDMG	6.844.335,72	1,56%	1,15%	-	-	-	0,71	Baa3- (Moody's)	0,65%	0,85%	0,54%	2,05%	4,72%	10,08%	-0,93%	0,51%
V	Emissão de Companhias Abertas	15.858.497,33	3,61%	2,65%	-	-	-	4,61		0,69%	0,94%	-9,67%	-8,19%	-5,64%	-0,48%	-11,29%	-9,85%
	DEBENTURES	15.858.497,33	3,61%	2,65%	-	-	-	4,61		0,69%	0,94%	-9,67%	-8,19%	-5,64%	-0,48%	-11,29%	-9,85%
	Alto Risco de Crédito (2)																
	CEMIG - GT	7.225.878,80	1,64%	1,21%	-	-	-	3,52	A-(bra) (Fitch)	0,62%	0,85%	0,48%	1,96%	4,53%	9,69%	-1,12%	0,33%
	Risco de Crédito Especulativo (3)																
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE	8.632.618,53	1,96%	1,44%	-	-	-	5,34	Caa1/B3.br(Moody's)	0,74%	1,00%	-16,45%	-14,99%	-12,47%	-7,36%	-18,12%	-16,68%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	12.779.704,48	2,91%	2,14%	0,00%	20,00%	20,00%	4,28		0,40%	-0,26%	-0,32%	-0,18%	4,76%	11,07%	-0,89%	0,55%
	CRI	12.779.704,48	2,91%	2,14%	0,00%	20,00%	20,00%	4,28		0,40%	-0,26%	-0,32%	-0,18%	4,76%	11,07%	-0,89%	0,55%
	Baixo Risco de Crédito (4)																
	BRC SECURITIZADORA	2.423.423,79	0,55%	0,41%	-	-	-	3,05	AA+ (Fitch)	-0,02%	-0,43%	-0,13%	-0,58%	2,32%	8,12%	-3,33%	-1,89%
	Alto Risco de Crédito (5)																
	INFRASEC SECURITIZADORA	10.356.280,69	2,36%	1,73%	-	-	-	4,56	AA (LFRating)	0,50%	-0,23%	-0,37%	-0,10%	5,38%	11,85%	-0,27%	1,18%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.026.993,72	1,60%	1,18%	25,00%	25,00%	25,00%			-1,00%	-0,47%	-0,88%	-2,33%	-4,42%	-8,94%	-10,07%	-8,62%
	EM COTA	7.026.993,72	1,60%	1,18%	-	-	-			-1,00%	-0,47%	-0,88%	-2,33%	-4,42%	-8,94%	-10,07%	-8,62%
	Alto Risco de Crédito (6)																
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	7.026.993,72	1,60%	1,18%	-	-	-			-1,00%	-0,47%	-0,88%	-2,33%	-4,42%	-8,94%	-10,07%	-8,62%
§ 1º - IV	Cédula de Produto Rural	478.525,98	0,11%	0,08%	25,00%	25,00%	25,00%	0,46		0,81%	1,07%	0,70%	2,60%	5,87%	12,51%	0,22%	1,66%
	CPR-F	478.525,98	0,11%	0,08%	25,00%	25,00%	25,00%	0,46		0,81%	1,07%	0,70%	2,60%	5,87%	12,51%	0,22%	1,66%
	Risco de Credito Especulativo																
	USINAS ITAMARATI	478.525,98	0,11%	0,08%	-	-	-	0,46		0,81%	1,07%	0,70%	2,60%	5,87%	12,51%	0,22%	1,66%

Monitoramento:

(1) Reclasseificação em 01/07/2016

(2) Reclasseificação em 13/07/2016

(3) Reclasseificação em 29/05/2017

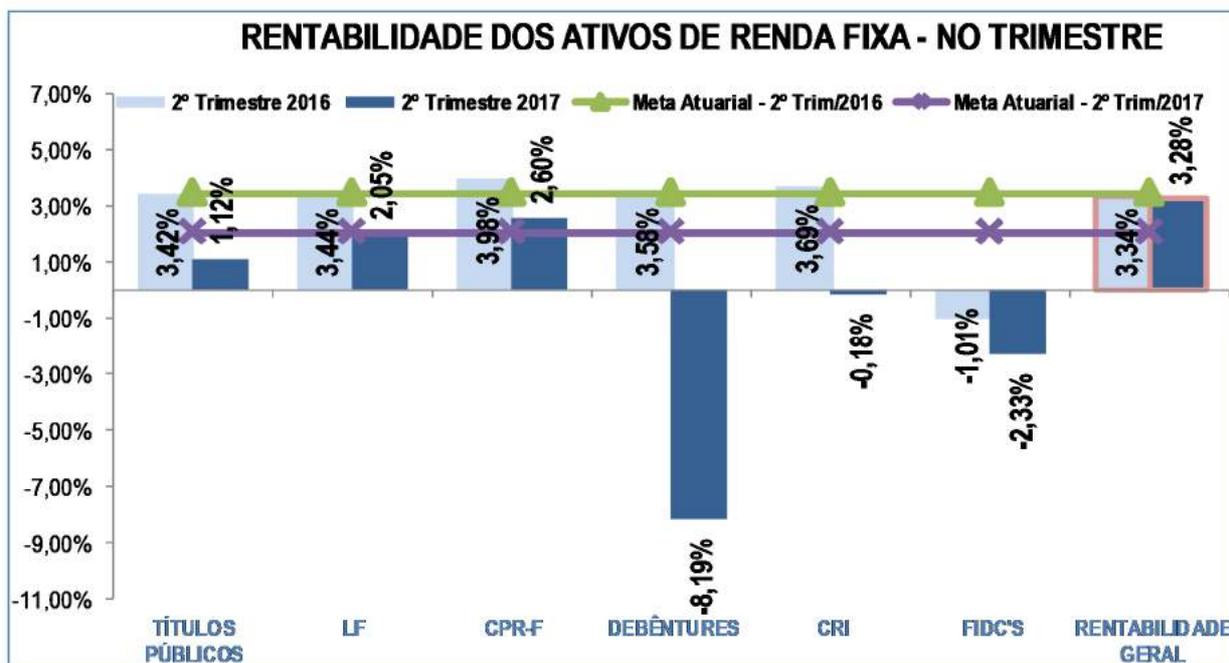
(4) Nota revisada em 21/02/2017 - não houve alteração

(5) Nota revisada em 24/08/2016 - não houve alteração

(6) Resultado da Reclasseificação, com base no modelo de avaliação de "Risco de Crédito" desenvolvido internamente pela Diretoria de Finanças, tomando-se por base os modelos utilizados pelas Agências Estrangeiras.

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

GRÁFICO 37. RENTABILIDADE NOMINAL - SEGMENTO DE RENDA FIXA



Os ativos apresentaram rendimento inferior quando comparado com o mesmo período do ano anterior, motivado pelo comportamento das variações dos índices de inflação, uma vez que as do ano anterior superam deste exercício. Como pode ser observado, motivado pela alta da Taxa de Juros e a elevada volatilidade nas precificações a mercado, o 2º trimestre de 2017 foi bastante prejudicial para os ativos indexados aos índices de preços, tendo os resultados individuais das carteiras abaixo das suas respectivas metas atuariais relativamente ao período de apuração. No entanto, no acumulado do trimestre ficaram acima da meta.

Dois aspectos devem merecer bastante atenção nos próximos trimestres e, dizem respeito as carteiras de **FIDC's** e **Debêntures**.

- i) **No primeiro** as finalizações dos tratos jurídicos em andamento em fase de conclusão, o prédio, garantia da operação, foi entregue na forma preconizada, devendo fazer com que o fundo mude sua classificação (FIDC para FII) e reverta as provisões para perda. Outra situação benéfica é a relativa aos pretensos interessados, uma vez que mostram apetite para considerar o preço justo do bem em patamares próximo da avaliação mais alta;
- ii) **No segundo**, a reclassificação de risco para as debêntures da Concessionária Rodovia Tietê, acompanhada pela agencia Moody's, rebaixando a menção de risco, aponta aspectos preocupantes: No relatório de 8/11/2016 da agencia citava:

O rebaixamento reflete a deterioração da qualidade de crédito da Rodovias do Tietê em consequência do fraco desempenho de tráfego em 2015/2016, que tem impactado significativamente as receitas, combinado com o aumento dos custos financeiros. A Rodovias do Tietê tem alavancagem elevada de R\$ 1,4 bilhão de dívida total e o cronograma de amortização que começa em 2017 exercerá pressão adicional sobre as métricas da empresa. Além disso, a companhia precisa cumprir com um elevado programa de investimento entre R\$ 400-500 milhões nos próximos seis anos. As notificações e multas enviadas pela agência reguladora do Estado de São Paulo (Artesp) relativas a atrasos em projetos e manutenções, bem como questões ambientais, também pesaram no rebaixamento. Ainda, os covenants financeiros das debêntures de dívida sobre capital e índice de cobertura do serviço de dívida também pressionaram os ratings uma vez que vemos potencial de violação de covenants a partir de 2017.

De posse das novas informações da empresa e a convocação da companhia de uma Assembleia Geral com os titulares das Debêntures para 12 de junho de 2017, com pauta de autorização prévia para a companhia esteja dispensada de cumprir os índices financeiros, conforme definido na Escritura de emissão para o período findo em 30 de junho de 2017, a Agência Classificadora de Riscos Moody's, em 19 de maio de 2017 rebaixou os "Ratings Seniores" com garantia da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. para "Caa1/B3.br (fraca condição) de B2/Ba2.br (carece de características de um investimento desejável)" nas escalas global e nacional brasileira, respectivamente, com perspectiva negativa.

Assim, é realmente pouco provável a melhora da situação da empresa e, em ocorrendo nos próximos relatórios o agravamento na sua situação financeira, será obrigatório a busca pela realização da venda do ativo no mercado secundário. Será determinante, ainda, a observação quanto ao contido na RESOLUÇÃO CGPC Nº 04, DE 30 DE JANEIRO DE 2002:

***Art. 5º** Para o caso de título e valor mobiliário classificado na categoria títulos mantidos até o vencimento, é facultada à entidade fechada de previdência complementar, desde que previamente autorizada pela Secretaria de Previdência Complementar, o registro contábil da diferença auferida entre o seu valor presente apurado conforme art. 3º, e o seu valor presente considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial.*

II - Caso seja verificada pela entidade fechada de previdência complementar, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, alteração no risco do título e valor mobiliário de baixo risco para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação, e respectivo estorno do procedimento contábil previsto no caput deste artigo;

***Art. 6º** A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, de acordo com os critérios previstos no art. 1º desta Resolução, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.*

§ 2º A transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação, de modo a não descaracterizar a intenção evidenciada pela entidade fechada de previdência complementar quando da classificação nesta categoria.

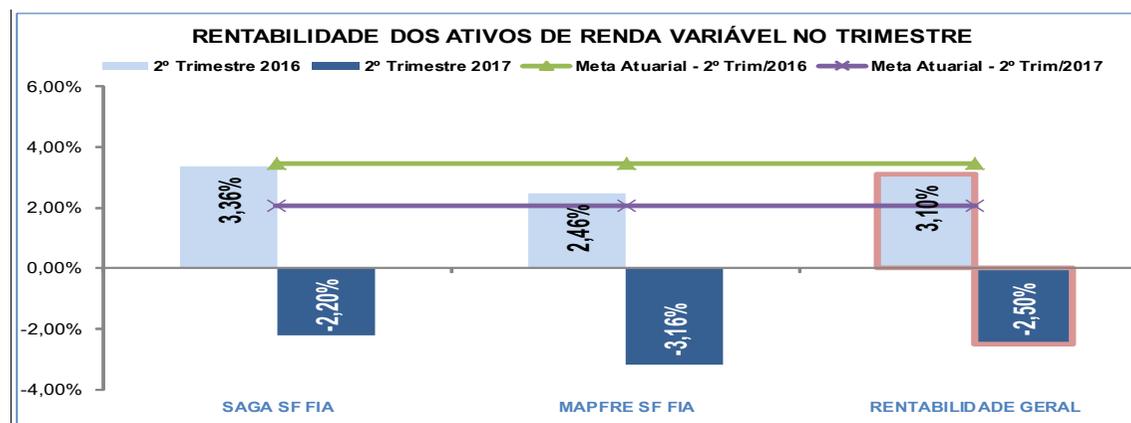
2.2.4.2 Renda Variável

Encerrou o 2º trimestre de 2017 com 15,98% dos recursos, contra 16,40% em março de 2017 - baixa de 0,78 ponto percentual, motivado pela queda de 2,94% do mercado acionário no trimestre, medida pelo IBrX-50, com reflexos negativos nos FIA's que constituem a Carteira de Renda Variável da Fundação. O segmento registrou variação negativa de 2,50% no 2º trimestre, contra variação de positiva de 5,78% no 1º trimestre, acumulando no ano variação positiva de 3,14%, contra o desempenho positivo do Benchmark (IBrX-50) de 4,61%, registrando variação de 1,47% abaixo de benchmark. O desempenho favorável do mercado acionário registrado no 1º trimestre não se confirmou no encerramento do 2º trimestre, dado que a reversão nas perspectivas de melhora da economia do país, com as expectativas positivas de aprovação das Reformas Trabalhista e Previdenciária pelo Congresso Nacional, arrefecendo as inconstâncias do longo processo político interno, foram totalmente prejudicadas a partir da “Delação e Leniência” do Grupo JBS junto a Procuradoria da Geral da República, acusando o Presidente Michel Temer, com possíveis sinais de acusação ao chefe do Executivo Brasileiro por prevaricação.

TABELA 6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			abr/17	mai/17	jun/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	95.515.905,06	100,00%	15,98%	0%	70%	40%	-		0,90%	-3,80%	0,45%	-2,50%	3,14%	10,26%	-1,49%	-1,07%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	95.515.905,06	100,00%	15,98%	0,00%	35,00%	35,00%	-		0,90%	-3,80%	0,45%	-2,50%	3,14%	10,26%	-1,49%	-1,07%
	FUNDOS	95.515.905,06	100,00%	15,98%	0,00%	35,00%	35,00%	-		0,90%	-3,80%	0,45%	-2,50%	3,14%	10,26%	-1,49%	-1,07%
	SAGA SF FIA	66.641.925,22	69,77%	11,15%	-	-	-	-		1,93%	-4,35%	0,31%	-2,20%	2,29%	7,66%	-2,34%	-1,92%
	MAPFRE SF	28.873.979,84	30,23%	4,83%	0,00%	10,00%	10,00%	-		-1,45%	-2,49%	0,77%	-3,16%	5,16%	16,82%	0,54%	0,96%

GRÁFICO 38. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL



Desde a troca dos gestores dos fundos o acompanhamento vem sendo realizado com o uso da Economática. Trata-se de ferramenta de avaliação de Fundos de Investimentos, Ações, Empresas e outros, empregado em larga escala pelo mercado financeiro. Sua base de dados é formada por dados disponibilizados pela CVM, ANBIMA e BM&F.

O Segmento encerrou o 2º trimestre de 2017 com 15,98% dos recursos, contra 16,40% em março de 2017 - baixa de 0,78 ponto percentual, motivado pela queda de 2,94% do mercado acionário no trimestre, medida pelo IBrX-50, com reflexos negativos nos FIA's que constituem a Carteira de Renda Variável da Fundação. Apesar do resultado estar abaixo do índice de referência nos seis primeiros meses do ano de 2017, deve-se afirmar que há eficiência na gestão dos recursos alocados nos fundos, uma vez que a indústria como um todo não conseguiu alçar rentabilidade acima do índice, motivado, diretamente, pelo cenário político e econômico bastante instável.

Além do que, para complementar todo o processo de baixo nível de confiança dos investidores e gestores, no decorrer do 2º trimestre as expectativas positivas de recuperação da economia foram totalmente prejudicadas a partir da “Delação e Leniência” do Grupo JBS junto a Procuradoria da Geral da República (17.05.2017), acentuando sobremaneira a volatilidade e reduzindo a liquidez do mercado acionário.

No quadro abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos fundos, tomado desde o início das gestões, desenvolvidas pela SAGA-Capital e Mapfre (05/2014 a 06/2017). A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do *benchmark*. É exatamente o *mix* das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição da carteira.

2.2.4.3 Fundos de Investimentos em Ações - FIA's

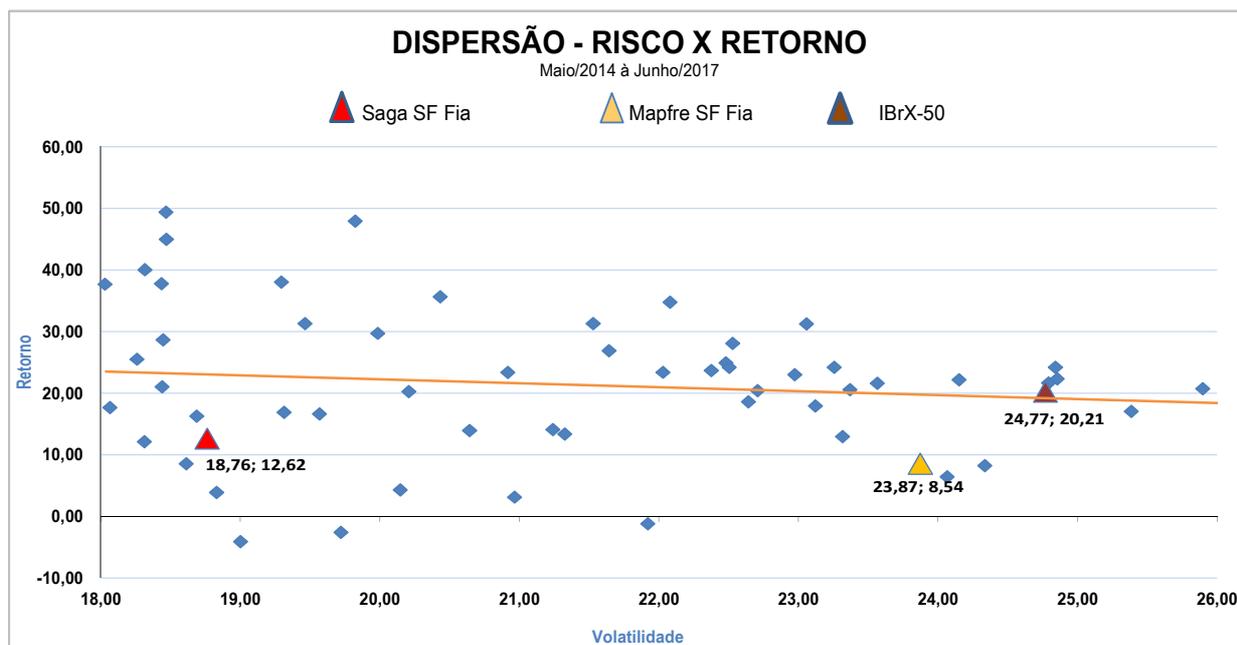
TABELA 7. RENTABILIDADES NOMINAIS OBTIDAS:

DESEMPENHO - FIA's		
DESCRIÇÃO	2º TRIM/2017	2º TRIM/2016
SEGMENTO RV	-2,50%	3,10%
SAGA SF FIA	-2,20%	3,36%
MAPFRE SF	-3,16%	2,46%
IBrX-50	-2,93%	2,36%
META	2,06%	3,45%

Para a avaliação mais acurada dos resultados das gestões dos fundos, foram utilizadas as rentabilidades coletadas de 30/04/2014 à 30/06/2017 e também a aplicação dos seguintes filtros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 20,0 e R\$ 69,0 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução N° 3.792; (iii) volatilidade superior a 18%; (iv) classificação ANBIMA como FIA's e (v) Correlação de no mínimo 80% com o IBrx-50. Procedido o levantamento foi possível selecionar 61 Fundos de características semelhantes, submetidos a partir daí as mesmas métricas, ou seja, avaliando a amostra por aplicação de indicadores de desempenho mais empregados no mercado.

Importante manter-se em mente que na amostra não há a observação de que os Gestores, Administradores e Custodiante estejam fora do mesmo grupo econômico, como determina a PREVIC em fiscalização realizada na Fundação. Parte considerável do desempenho é consumido pelo custo mais elevado que a segregação impõe, aliás, informação essa já dada ao órgão. O custo maior implica necessariamente numa redução dos retornos, diante disso, é normal que os fundos investidos apresentem retornos inferiores ao *benchmark*, tendo em vista que o referencial não possui qualquer custo envolvido.

GRÁFICO 39. DISPERÇÃO RISCO X RETORNO

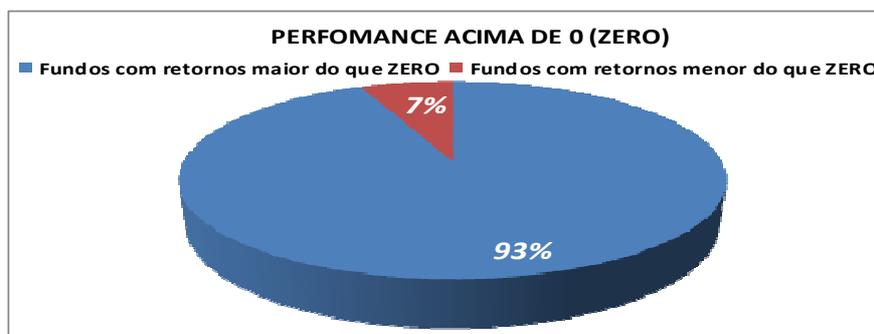


Nesse indicador a importância relativa à volatilidade é identificar os maiores riscos frente às melhores performances, assim, como conceito natural, os ativos de maiores riscos devem possuir maiores retornos, e em caso contrário, há deficiência na captura de oportunidades apresentadas pelo mercado, ou ainda, custos do instrumento que interferem significativamente nas performances. Nitidamente o FIA Saga apresenta risco menor do que o referencial, ainda que o retorno tenha ficado aquém. Os resultados do Saga SF são 12,62% de retorno e volatilidade de 18,76%; o Mapfre SF com rentabilidade de 8,54% e volatilidade de 23,87%; o IBR-50 desempenho de 20,21% e volatilidade de 24,77%. Dividindo o retorno pelo risco, os resultados são: 0,67; 0,36 e 0,81, respectivamente. O que se retira dessa informação é a de que o primeiro possui o indicador próximo ao do *benchmark*, nesse caso, confirma ser o fundo gerido pela Saga aquele de melhor desempenho, até mesmo que o IBX-50, devido ao menor risco.

De toda a amostra o de melhor desempenho atingiu rentabilidade de 49,38% com volatilidade de 18,47%, ou seja, o indicador é de 2,67; o pior, rentabilidade negativa de (7,75%) com volatilidade de 19,58%.

A grande maioria da amostra apresentou desempenho positivo como pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 40. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES OBTIDAS



A proporção de Fundos acima e abaixo da performance do *Benchmark* é a constante do gráfico a seguir:

GRÁFICO 41. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL

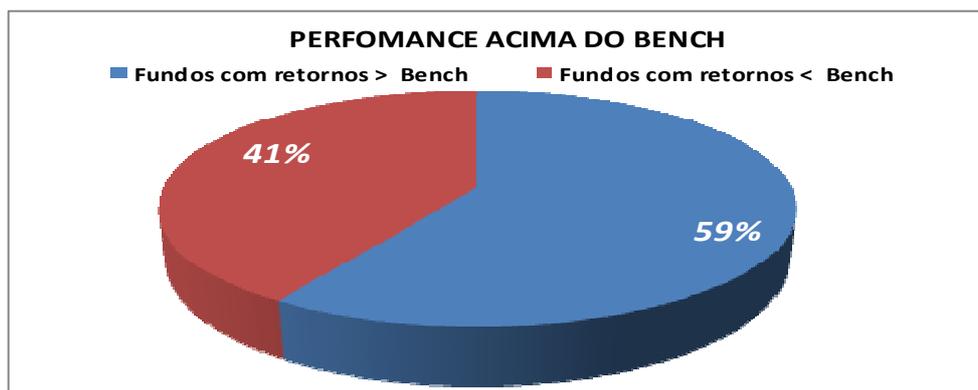
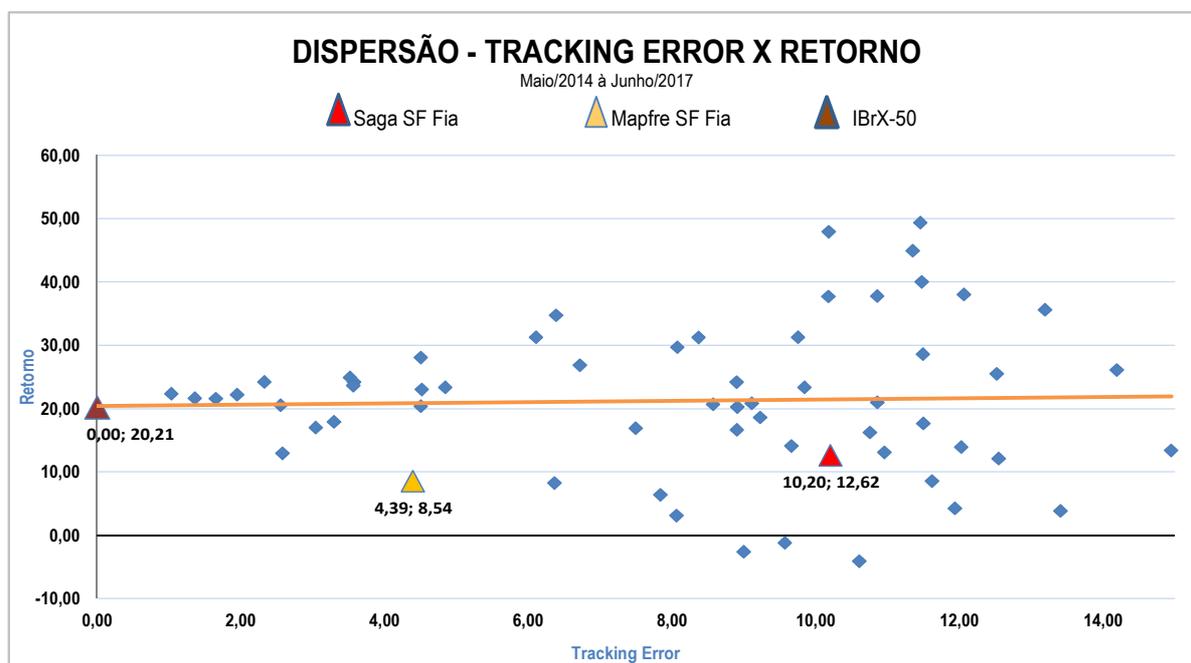


GRÁFICO 42. TRACKING ERROR X RETORNO



O *Tracking Error* é a medida dos desvios dos retornos dos fundos em função dos retornos da referência. Dito isso se pode afirmar que um fundo que se destine a replicar o desempenho de determinado índice teria erro de rastreamento perto de zero, enquanto a carteira gerida ativamente, objetivando superar o retorno do índice de referência, normalmente apresentaria erro mais elevado.

Após os esclarecimentos acima se observa que os Fundos, Saga SF e Mapfre SF, apresentaram *Tracking Error* bastante distintos. O Mapfre SF localizado em um quadrante onde os resultados dos indicadores são os menores, tem a indústria rentabilidade semelhante ao referencial, e o fundo possui rentabilidade abaixo do que poderia significar o padrão. Na região aonde se insere o Saga SF o que se observa é uma grande multiplicidade de retornos, ou seja, não há a formação de padrão, há alta dispersão.

Sinteticamente, o gestor **Saga SF** tem confirmada a estratégia de adoção de postura mais defensiva frente a um cenário volátil e incerto. O gestor **Mapfre SF**, ao contrário, vem adotando uma estratégia de apostas de gestão mais agressiva frente ao índice.

GRÁFICO 43. DESEMPENHO FIA SAGA SF

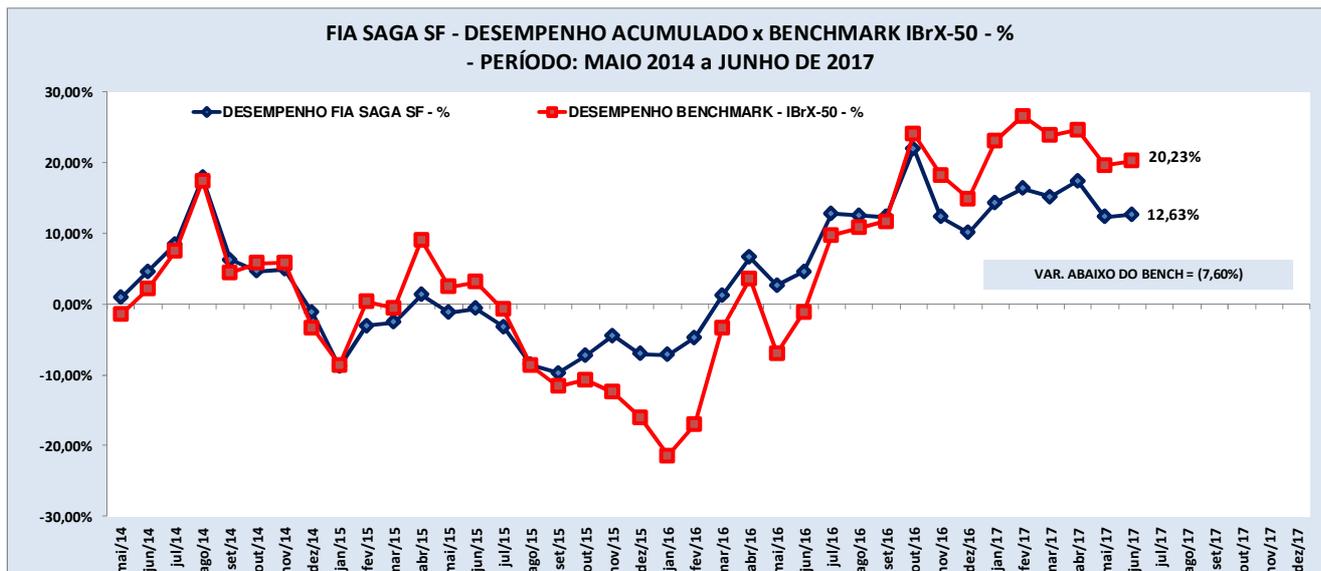
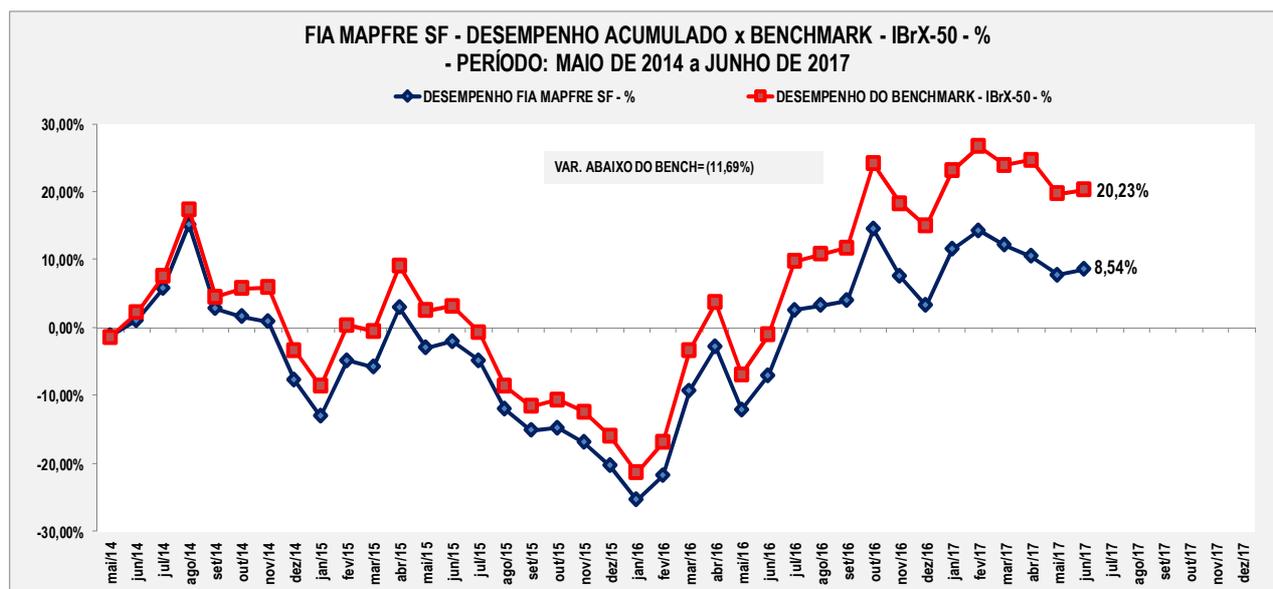


GRÁFICO 44. DESEMPENHO MAPFRE SF



Encerrado o 2º trimestre de 2017, o cenário político interno continua desfavorável ao governo, motivado pelo anúncio da delação da JBS. Entende-se que as posições ainda de cautela devem ser mantidas, ou seja, betas menores que 1 e Tracking Error dentro dos apresentados, para isso a Diretoria de Finanças mantém contato dinâmico com os gestores.

TABELA 8. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Jun/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Jun/17	Patrimônio Jun/17
1	Claritas Valor FIA	49,38	18,47	11,46	61.816
2	Pacifico Rv Master FIA	47,91	19,83	10,18	41.501
3	Celos Claritas Valor FIA	44,94	18,47	11,35	69.759
4	Claritas Valor Feeder FIA	40,00	18,32	11,48	29.214
5	Long Term Instit FIA	38,01	19,30	12,06	29.475
6	BRZ Valor Master FIA	37,74	18,44	10,86	27.196
7	Tucano FIA Prev	37,68	18,03	10,18	44.098
8	Leblon Acoes Master FIA	35,60	20,43	13,19	53.506
9	FIA Sabesprev Bahia Valuation	34,73	22,08	6,39	38.478
10	FIA Gap Valor Pernambuco	31,27	21,53	6,11	40.096
11	Western Asset Institucional 50 Acoes FIA	31,27	19,47	9,76	45.380
12	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	31,22	23,06	8,37	21.458
13	Gerdau Previdencia FIA 04	29,68	19,99	8,08	50.448
14	Squadra Institucional FIA	28,61	18,45	11,49	39.654
15	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	28,06	22,53	4,50	58.464
16	Frg FIA Ativo	26,83	21,64	6,72	55.054
17	Fachesf Dividendos FIA	26,10	29,25	14,19	29.576
18	Constancia Fundamento FIA	25,49	18,26	12,52	37.172
19	Ft FEF Cd FIA	24,90	22,48	3,52	57.508
20	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	24,19	23,26	2,33	66.078
21	Bosch Brasil VIII FIA Previ	24,19	22,51	3,57	39.434
22	Meta Valor FIA	24,17	24,84	8,90	43.735
23	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	23,64	22,38	3,57	30.391
24	BNP Paribas Master Ibrx FIA	23,37	22,03	4,85	55.307
25	Fprv ARX Melro FIA Prev	23,34	20,92	9,85	63.646
26	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	23,00	22,97	4,52	45.712
27	Bradesco FIA Ibovespa Plus	22,32	24,86	1,03	38.180
28	Texas FIA	22,16	24,15	1,95	26.997
29	Bram H FIA Ibovespa Gestao	21,63	24,79	1,36	32.118
30	Citiprevi Inst FIA	21,56	23,57	1,65	31.986
31	FIA Western Asset Dividendos Ceara	20,99	18,44	10,86	43.030
32	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	20,82	26,05	9,11	24.509
33	Caixa FIA Brasil Ibovespa	20,69	25,90	8,57	25.788
34	Itau Previdencia Ibrx FIA	20,52	23,37	2,55	26.891
35	FIA Meaibe Ibx Ativo	20,38	22,71	4,50	20.463
36	Fprv Quest Gaivota FIA	20,24	20,21	8,91	67.720
37	Ibrx-50	20,21	24,77	0,00	-
38	Safra Dividendos FIA	18,59	22,64	9,23	58.712
39	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	17,91	23,12	3,30	32.210
40	Jpm Acoes Master FIA	17,64	18,07	11,50	49.530
41	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	17,00	25,39	3,04	29.338
42	BNP Paribas Acores FIA	16,88	19,31	7,50	69.071
43	Suvinil FIA	16,60	19,57	8,90	25.189
44	Wa Dividend Yield FIA	16,22	18,69	10,76	34.613
45	ARX FIA	14,07	21,24	9,66	35.639
46	Canepa Master FIA	13,90	20,64	12,03	28.389
47	Concordia Set FIA	13,36	21,33	14,95	23.164
48	Safra Setorial Bancos FIA	13,07	27,28	10,96	20.792
49	Bradesco FIA Salubre	12,92	23,32	2,58	44.418
50	Saga Sf FIA	12,62	18,76	10,20	68.158
51	Az Quest Mirante FIA	12,09	18,31	12,55	35.022
52	Mapfre Sf FIA	8,54	23,87	4,39	30.687
53	Vinci Kayapo FIA	8,52	18,61	11,62	22.902
54	Brad H FIA Ibovespa Valuation	8,21	24,34	6,36	43.542
55	Santander FI Dividendos Top Acoes	6,37	24,07	7,84	31.510
56	Itau Acoes Infra Estrutura FI	4,24	20,15	11,94	45.263
57	Serpros FIA Kenobi	3,85	18,83	13,41	61.719
58	Az Legan Brasil FIA	3,09	20,97	8,07	68.597
59	Sul America Total Return FIA	-1,22	21,92	9,57	49.977
60	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-2,62	19,72	9,00	29.134
61	Jbi Focus Master FIA	-4,13	19,00	10,61	57.812
62	Santander FI Ethical II Acoes	-7,75	19,58	9,55	59.697

TABELA 9. CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE

Classificação por Volatilidade					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Jun/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Jun/17	Patrimônio Jun/17
1	Tucano FIA Prev	37,68	18,03	10,18	44.098
2	Jpm Acoes Master FIA	17,64	18,07	11,50	49.530
3	Constancia Fundamento FIA	25,49	18,26	12,52	37.172
4	Az Quest Mirante FIA	12,09	18,31	12,55	35.022
5	Claritas Valor Feeder FIA	40,00	18,32	11,48	29.214
6	BRZ Valor Master FIA	37,74	18,44	10,86	27.196
7	FIA Western Asset Dividendos Ceara	20,99	18,44	10,86	43.030
8	Squadra Institucional FIA	28,61	18,45	11,49	39.654
9	Claritas Valor FIA	49,38	18,47	11,46	61.816
10	Celos Claritas Valor FIA	44,94	18,47	11,35	69.759
11	Vinci Kayapo FIA	8,52	18,61	11,62	22.902
12	Wa Dividend Yield FIA	16,22	18,69	10,76	34.613
13	Saga Sf FIA	12,62	18,76	10,20	68.158
14	Serpros FIA Kenobi	3,85	18,83	13,41	61.719
15	Jbi Focus Master FIA	-4,13	19,00	10,61	57.812
16	Long Term Instit FIA	38,01	19,30	12,06	29.475
17	BNP Paribas Acoes FIA	16,88	19,31	7,50	69.071
18	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	31,27	19,47	9,76	45.380
19	Suvinil FIA	16,60	19,57	8,90	25.189
20	Santander FI Ethical II Acoes	-7,75	19,58	9,55	59.697
21	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-2,62	19,72	9,00	29.134
22	Pacifico Rv Master FIA	47,91	19,83	10,18	41.501
23	Gerdau Previdencia FIA 04	29,68	19,99	8,08	50.448
24	Itau Acoes Infra Estrutura FI	4,24	20,15	11,94	45.263
25	Fprv Quest Gaivotas FIA	20,24	20,21	8,91	67.720
26	Leblon Acoes Master FIA	35,60	20,43	13,19	53.506
27	Canepa Master FIA	13,90	20,64	12,03	28.389
28	Fprv ARX Melro FIA Prev	23,34	20,92	9,85	63.646
29	Az Legan Brasil FIA	3,09	20,97	8,07	68.597
30	ARX FIA	14,07	21,24	9,66	35.639
31	Concordia Set FIA	13,36	21,33	14,95	23.164
32	FIA Gap Valor Pernambuco	31,27	21,53	6,11	40.096
33	Frg FIA Ativo	26,83	21,64	6,72	55.054
34	Sul America Total Return FIA	-1,22	21,92	9,57	49.977
35	BNP Paribas Master Ibrx FIA	23,37	22,03	4,85	55.307
36	FIA Sabesprev Bahia Valuation	34,73	22,08	6,39	38.478
37	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	23,64	22,38	3,57	30.391
38	Ft FEF Cd FIA	24,90	22,48	3,52	57.508
39	Bosch Brasil VIII FIA Previ	24,19	22,51	3,57	39.434
40	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	28,06	22,53	4,50	58.464
41	Safra Dividendos FIA	18,59	22,64	9,23	58.712
42	FIA Meaibe Ibx Ativo	20,38	22,71	4,50	20.463
43	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	23,00	22,97	4,52	45.712
44	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	31,22	23,06	8,37	21.458
45	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	17,91	23,12	3,30	32.210
46	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	24,19	23,26	2,33	66.078
47	Bradesco FIA Salubre	12,92	23,32	2,58	44.418
48	Itau Previdencia Ibrx FIA	20,52	23,37	2,55	26.891
49	Citiprevi Inst FIA	21,56	23,57	1,65	31.986
50	Mapfre Sf FIA	8,54	23,87	4,39	30.687
51	Santander FI Dividendos Top Acoes	6,37	24,07	7,84	31.510
52	Texas FIA	22,16	24,15	1,95	26.997
53	Brad H FIA Ibovespa Valuation	8,21	24,34	6,36	43.542
54	Ibrx-50	20,21	24,77	0,00	-
55	Bram H FIA Ibovespa Gestao	21,63	24,79	1,36	32.118
56	Meta Valor FIA	24,17	24,84	8,90	43.735
57	Bradesco FIA Ibovespa Plus	22,32	24,86	1,03	38.180
58	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	17,00	25,39	3,04	29.338
59	Caixa FIA Brasil Ibovespa	20,69	25,90	8,57	25.788
60	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	20,82	26,05	9,11	24.509
61	Safra Setorial Bancos FIA	13,07	27,28	10,96	20.792
62	Fachesf Dividendos FIA	26,10	29,25	14,19	29.576

TABELA 10. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR

Classificação por Tracking Error					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Jun/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Jun/17	Patrimônio Jun/17
1	Ibrx-50	20,21	24,77	0,00	-
2	Bradesco FIA Ibovespa Plus	22,32	24,86	1,03	38.180
3	Bram H FIA Ibovespa Gestao	21,63	24,79	1,36	32.118
4	Citiprevi Inst FIA	21,56	23,57	1,65	31.986
5	Texas FIA	22,16	24,15	1,95	26.997
6	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	24,19	23,26	2,33	66.078
7	Itau Previdencia Ibrx FIA	20,52	23,37	2,55	26.891
8	Bradesco FIA Salubre	12,92	23,32	2,58	44.418
9	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	17,00	25,39	3,04	29.338
10	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	17,91	23,12	3,30	32.210
11	Ft FEF Cd FIA	24,90	22,48	3,52	57.508
12	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	23,64	22,38	3,57	30.391
13	Bosch Brasil VIII FIA Previ	24,19	22,51	3,57	39.434
14	Mapfre Sf FIA	8,54	23,87	4,39	30.687
15	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	28,06	22,53	4,50	58.464
16	FIA Meaiepe Ibx Ativo	20,38	22,71	4,50	20.463
17	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	23,00	22,97	4,52	45.712
18	BNP Paribas Master Ibrx FIA	23,37	22,03	4,85	55.307
19	FIA Gap Valor Pernambuco	31,27	21,53	6,11	40.096
20	Brad H FIA Ibovespa Valuation	8,21	24,34	6,36	43.542
21	FIA Sabesprev Bahia Valuation	34,73	22,08	6,39	38.478
22	Frg FIA Ativo	26,83	21,64	6,72	55.054
23	BNP Paribas Acoes FIA	16,88	19,31	7,50	69.071
24	Santander FI Dividendos Top Acoes	6,37	24,07	7,84	31.510
25	Az Legan Brasil FIA	3,09	20,97	8,07	68.597
26	Gerdau Previdencia FIA 04	29,68	19,99	8,08	50.448
27	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	31,22	23,06	8,37	21.458
28	Caixa FIA Brasil Ibovespa	20,69	25,90	8,57	25.788
29	Meta Valor FIA	24,17	24,84	8,90	43.735
30	Suvinil FIA	16,60	19,57	8,90	25.189
31	Fprv Quest Gaivota FIA	20,24	20,21	8,91	67.720
32	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-2,62	19,72	9,00	29.134
33	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	20,82	26,05	9,11	24.509
34	Safra Dividendos FIA	18,59	22,64	9,23	58.712
35	Santander FI Ethical II Acoes	-7,75	19,58	9,55	59.697
36	Sul America Total Return FIA	-1,22	21,92	9,57	49.977
37	ARX FIA	14,07	21,24	9,66	35.639
38	Western Asset Institucional 50 Acoes FIA	31,27	19,47	9,76	45.380
39	Fprv ARX Melro FIA Prev	23,34	20,92	9,85	63.646
40	Tucano FIA Prev	37,68	18,03	10,18	44.098
41	Pacifico Rv Master FIA	47,91	19,83	10,18	41.501
42	Saga Sf FIA	12,62	18,76	10,20	68.158
43	Jbi Focus Master FIA	-4,13	19,00	10,61	57.812
44	Wa Dividend Yield FIA	16,22	18,69	10,76	34.613
45	BRZ Valor Master FIA	37,74	18,44	10,86	27.196
46	FIA Western Asset Dividendos Ceara	20,99	18,44	10,86	43.030
47	Safra Setorial Bancos FIA	13,07	27,28	10,96	20.792
48	Celos Claritas Valor FIA	44,94	18,47	11,35	69.759
49	Claritas Valor FIA	49,38	18,47	11,46	61.816
50	Claritas Valor Feeder FIA	40,00	18,32	11,48	29.214
51	Squadra Institucional FIA	28,61	18,45	11,49	39.654
52	Jpm Acoes Master FIA	17,64	18,07	11,50	49.530
53	Vinci Kayapo FIA	8,52	18,61	11,62	22.902
54	Itau Acoes Infra Estrutura FI	4,24	20,15	11,94	45.263
55	Canepa Master FIA	13,90	20,64	12,03	28.389
56	Long Term Instit FIA	38,01	19,30	12,06	29.475
57	Constancia Fundamento FIA	25,49	18,26	12,52	37.172
58	Az Quest Mirante FIA	12,09	18,31	12,55	35.022
59	Leblon Acoes Master FIA	35,60	20,43	13,19	53.506
60	Serpros FIA Kenobi	3,85	18,83	13,41	61.719
61	Fachesf Dividendos FIA	26,10	29,25	14,19	29.576
62	Concordia Set FIA	13,36	21,33	14,95	23.164

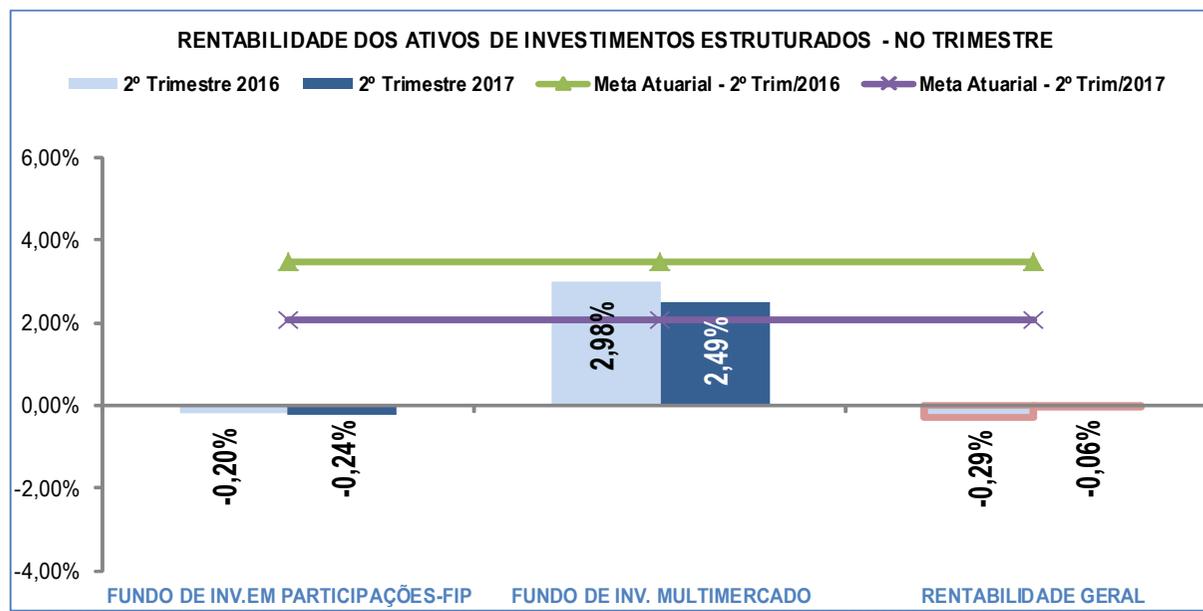
2.2.4.4 Investimentos Estruturados

Nesse segmento estão alocados 7,39% do total dos Ativos de Investimentos:

TABELA 11. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO			abr/17	mai/17	jun/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	44.140.168,45	100,00%	7,39%	0%	20%	20%	-		-0,03%	-0,02%	-0,01%	-0,06%	-24,13%	-24,36%	-29,78%	-28,33%
I	Fundos de Investimento em Participações	43.918.236,74	99,50%	7,35%	0,00%	20,00%	20,00%	-		-0,07%	-0,09%	-0,08%	-0,24%	-25,50%	-26,24%	-31,15%	-29,71%
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	29.720.705,00	67,33%	4,97%	-	-	-	-		-0,05%	-0,06%	-0,06%	-0,17%	-33,43%	-33,59%	-39,07%	-37,63%
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	14.197.531,74	32,16%	2,38%	-	-	-	-		-0,11%	-0,13%	-0,13%	-0,37%	-0,76%	-1,53%	-6,41%	-4,96%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	221.931,71	0,50%	0,04%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,79%	0,89%	0,79%	2,49%	5,62%	12,92%	-0,03%	1,41%
	SAGA SNAKE FIM	221.931,71	0,50%	0,04%	-	-	-	-		0,79%	0,89%	0,79%	2,49%	5,62%	12,92%	-0,03%	1,41%

GRÁFICO 45. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS



FIP Energia PCH / Projeto Juruena:

GRÁFICO 46. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO – PCH/FIP

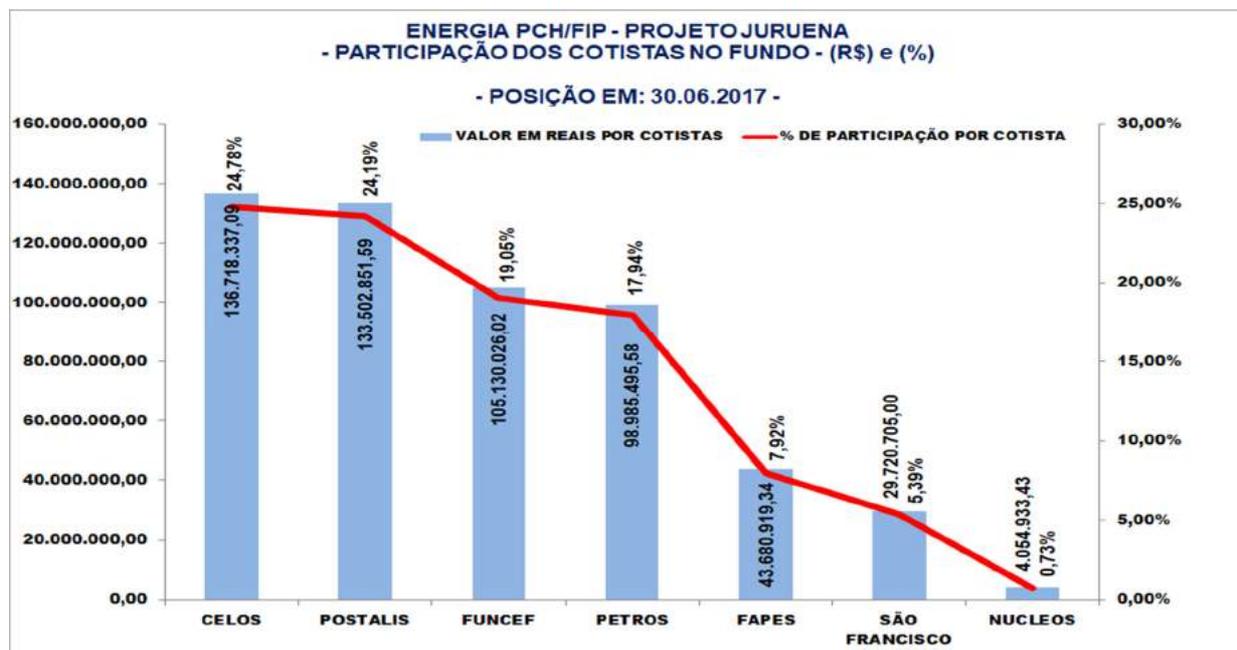


TABELA 12. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO – PCH/FIP

ENERGIA PCH / FIP - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - PROJETO JURUENA				
POSIÇÃO EM 30.06.2017 - VALOR DA COTA: R\$ 126.743,614619				
ITENS	COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR - R\$ -	%
1	CELOS	1.078,70	136.718.337,09	24,78%
2	POSTALIS	1.053,33	133.502.851,59	24,19%
3	FUNCEF	829,47	105.130.026,02	19,05%
4	PETROS	780,99	98.985.495,58	17,94%
5	FAPES	344,64	43.680.919,34	7,92%
6	SÃO FRANCISCO	234,49	29.720.705,00	5,39%
7	NUCLEOS	32,00	4.054.933,43	0,73%
TOTAL GERAL.....		4.353,62	551.793.268,05	100%
ADMINISTRADOR: Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.				
GESTOR: "VINCI PARTNERS"				

Encerrado o 2º trimestre de 2017, encontrava-se alocado no Energia PCH - FIP/Juruena o valor de R\$ 29.720.705,00 - contra R\$ 44.646.274,50 em dezembro de 2016, registrando uma queda de 33,43%.

A elevada redução observada no período considerado deveu-se ao ajuste de precificação realizada pelo administrador do Fundo. A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032. O retorno aos cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. se houver a renovação da outorga, caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a. Essas estimativas encontram-se delineadas por ocasião da última avaliação, ainda na gestão da Infra Asset.

Findo o 2º trimestre de 2017, os dados relevantes do projeto estão nas práticas empregadas pelo novo gestor (Vinci Partners), seja pela realização das ações imediatas, ou pelo processo de informações aos cotistas. É opinião da Diretoria de Finanças que a implementação dos processos de governança em implantação pela nova gestão, poderá representar, no médio prazo, importantes alterações com vista à melhoria da confiança dos investidores acerca dos resultados operacionais das empresas investidas, incluindo-se aí, propostas de investidores interessados em uma possível aquisição dos ativos do Fundo, remetendo-se a uma possível janela de saída do Fundo.

FIP - Geração de Energia - Ático:

- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. O prazo de existência programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento, não sofreu alteração. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento deve ser finalizado em 2018. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, ou seja, ainda não há geração líquida de caixa para distribuição, nem mesmo era essa a expectativa do projeto.

Encerrado o 2º trimestre de 2017 encontrava-se alocado no **FIP - Geração Energia/ Ático** o valor de R\$ 14.197.531,74 ou 2,38% do total dos ativos de investimentos do Plano. O Fundo registrou no 2º trimestre, rentabilidade negativa de 0,37%, acumulando no ano rentabilidade negativa de 0,76%, isto é, 4,97% abaixo da meta atuarial.

Os gastos com a estrutura do fundo impactam na formação da cota do fundo, logo, são os geradores da rentabilidade negativa. Assim que houver nova avaliação das unidades investidas ou elas entrarem em operação, a rentabilidade se dará pelo resultado das empresas componentes do portfólio.

Em 21 de junho de 2017, em Assembleia Geral dos Cotistas, realizada no Rio de Janeiro-RJ, na sede do Administrador (BNY Mellon Serviços Financeiros - DTVM S.A.), foi deliberado: (i) O Gestor deverá proceder a seleção de empresa a ser contratada pelo Fundo para conduzir o “Plano de Desinvestimento” dos ativos constituídos no portfólio do Fundo, com aprovação do Comitê de Investimento previsto no Regulamento e (ii) No prazo de 6 (seis) com base no plano apresentado, o Gestor deverá iniciar o processo de desinvestimento proposto.

Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake:

Trata-se de um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

As aplicações no Fundo registraram rentabilidade positiva de 2,49% no 2º trimestre de 2017, acumulando no ano rentabilidade de 5,62%, contra uma meta de 4,21%, isto é, 1,41% acima da meta. Entretanto esse desempenho deve ser avaliado dentro de outra ótica. Cabe lembrar que em muitas oportunidades o valor investido no veículo foi de R\$ 0,0 (zero) por vários e muitos dias. Assim, para se identificar o desempenho do fundo mister é que se observe a variação de sua cota, e nesse quesito, no 2º trimestre de 2017 ela variou 2,55%, acumulando no ano 5,68%, contra 5,65% do CDI. Em 30.06.2017 encontrava-se alocado no ativo 0,04% do total dos ativos de investimentos.

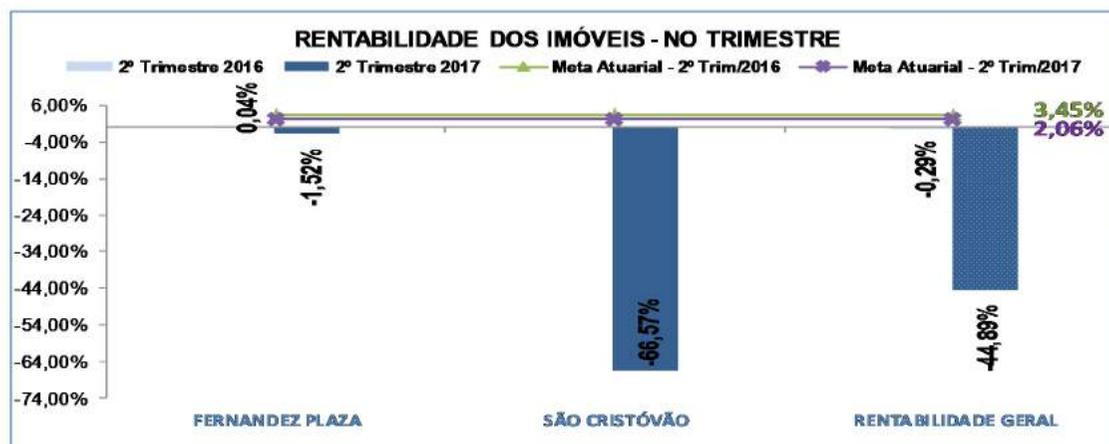
2.2.4.5 Imóveis

Neste Segmento estão alocados 1,75% do total dos Ativos de Investimentos, contra 1,23% registrado no 1º trimestre. O incremento de 0,52 p.p. observado na alocação do ativo prendeu-se exclusivamente ao processado da primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das “Garantias Provisionadas” do ativo “**Cédula de Crédito Imobiliário - CCI**” da **M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda**, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. Ademais, a administração da carteira imobiliária até o momento prendia-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam. O Segmento registrou variação negativa de 44,89% no 2º trimestre, acumulando no ano variação negativa de 47,08% contra meta atuarial de 4,21%, apresentando no ano uma variação de 51,28% abaixo da meta.

TABELA 13. ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			abr/17	mai/17	jun/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	10.484.031,64	100,00%	1,75%	0%	8%	0%	-		-0,36%	-0,60%	-44,36%	-44,89%	-47,08%	-47,45%	-52,73%	-51,28%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	10.484.031,64	100,00%	1,75%	0%	8%	0%	-		-0,36%	-0,60%	-44,36%	-44,89%	-47,08%	-47,45%	-52,73%	-51,28%
	FERNANDEZ PLAZA	7.069.489,63	67,43%	1,18%	-	-	-	-		-0,36%	-0,60%	-0,57%	-1,52%	-5,43%	-6,09%	-11,08%	-9,63%
	SÃO CRISTÓVÃO	3.414.542,01	32,57%	0,57%	-	-	-	-		0,00%	0,00%	-66,57%	-66,57%	-66,57%	-66,57%	-67,38%	-67,36%

GRÁFICO 47. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS



O baixo desempenho do segmento no período deveu-se ao elevado índice de desocupação das salas, o que em última análise provoca mais despesas para o investimento, já que o Plano arca com as taxas de condomínio e IPTU das unidades desocupadas, além da taxa extra de condomínio de todas as unidades.

GRÁFICO 48. ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS - IMÓVEIS

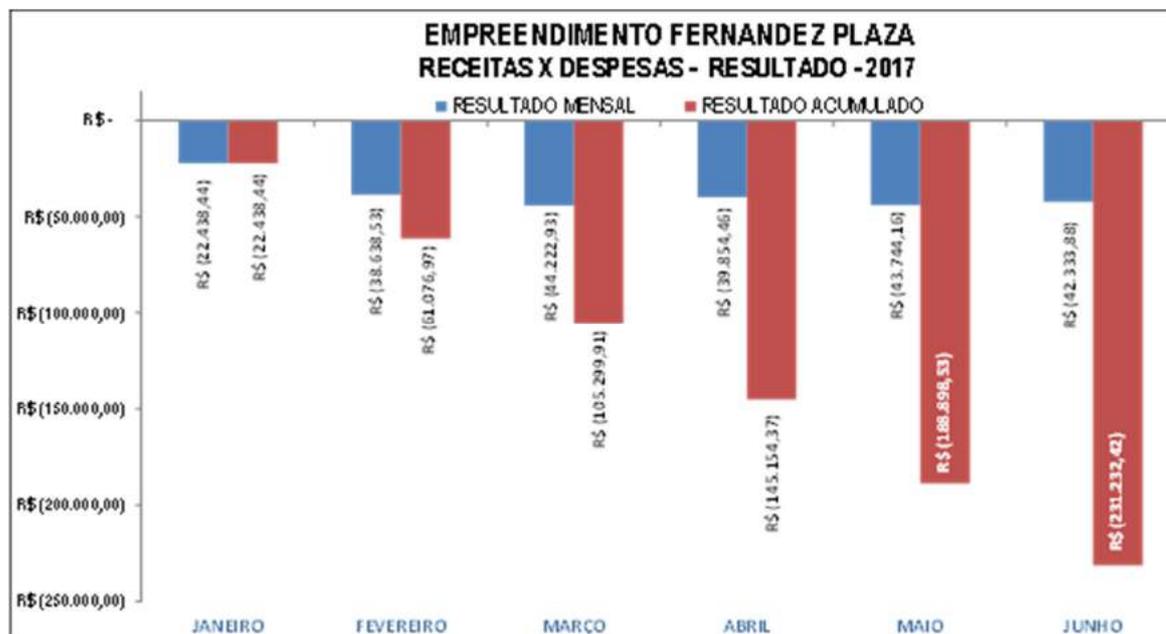


TABELA 14. TAXA DE OCUPAÇÃO E OCORRÊNCIAS

QUANTIDADE SALAS OCUPADAS	TAXA DE OCUPAÇÃO	ALUGUEL - R\$ -		IPTU -R\$ -		CONDOMÍNIO - R\$ -		TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
		RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	
17	30,36%	35.608,00	0,00	15.621,56	0,00	30.495,88	964,13	3.560,80

QUANTIDADE SALAS DESOCUPADAS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	IPTU - R\$ -	CONDOMÍNIO - R\$ -
39	69,64%	31.581,16	66.768,21

Segundo a administradora (**José Alberto Imóveis Ltda.**), ainda alimentada pelo processo recessivo na economia do país, a retração da demanda continua acentuada para a região, motivada diretamente pela concorrência de novos empreendimentos, com espaços físicos modernos, novos e atrativos para os ocupantes, agravando acentuadamente a falta de interessados. Importante identificar que o administrador continua em busca de novos interessados nos espaços disponíveis (39 salas), atendendo as condições previstas no Contrato de Intermediação de Locação e Administração de Imóveis firmados com a Fundação São Francisco.

Quanto à situação relativa ao firmamento do competente registro para que se possa iniciar as vendas das unidades, conforme já ficou definido e consignado na Política de Investimento 2017/2021, encerrado o 2º trimestre de 2017, ainda não ocorreu.

2.2.4.6 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 1,28% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 15. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			abr/17	mai/17	jun/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.677.855,05	100,00%	1,28%	0%	15%	5%	-		1,35%	1,41%	1,19%	4,00%	7,87%	18,98%	2,22%	3,66%
I	Empréstimos	7.677.855,05	100,00%	1,28%	0%	15%	5%	-		1,35%	1,41%	1,19%	4,00%	7,87%	18,98%	2,22%	3,66%

TABELA 16. CONCESSÕES

	SIMPLES		EMERGÊNCIA		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
ABRIL	9	176.590,00	3	11.380,00	187.970,00
MAIO	4	133.000,00	3	28.660,00	161.660,00
JUNHO	6	181.100,00	4	22.900,00	204.000,00
TOTAL	19	490.690,00	10	62.940,00	553.630,00

O valor de concessão no **2º trimestre de 2017** alçou o valor de R\$ 553.630,00 contra R\$ 483.095,00 do 1º trimestre de 2017, o que representou aumento de 14,60% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados maiores que no trimestre anterior, ratificando a importância do Segmento para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão praticamente sendo realizadas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodadas pelo SERPRO.

TABELA 17. SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

CONTRATOS FIRMADOS		QTD. MUTUÁRIOS		QTD. MUTUÁRIOS C/+3 PREST. VENCIDAS		QTD. NEGOCIAÇÕES ADM		MONTANTE INADIMPLIDO		
Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Var. %
Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	
338	333	306	300	32	32	28	31	R\$ 2.706.569,53	R\$ 2.895.434,11	6,98%

TABELA 18. COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DOS EMPRÉSTIMOS

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO FECHAMENTO DO TRIMESTRE		
	Anterior	Atual	%
SALDO ANTERIOR	7.579.241,98	7.438.130,92	-1,86%
LIQ. ACRES. DO TRIM.	-141.111,06	25.966,92	-
VAL. CARTEIRA	7.438.130,92	7.464.097,84	0,35%
PROV. PERDA	-3.147.932,67	-3.299.157,31	4,80%
VAL.LIQ. CART	4.290.198,25	4.164.940,53	-2,92%

Encerrado o 2º trimestre de 2017, mantém-se a observação quanto à definição de que a “Provisão para Perda” está relacionada à exigência determinada pela Resolução N° 8 do CNPC de 2011, mas, é mais que pouco provável a sua efetiva ocorrência, haja vista que o recebimento só ocorrerá em algum momento mais a frente: (i) ou por saída do participante com o pedido de resgate de sua reserva e (ii) ou pela sua entrada em benefício. No primeiro caso há cláusula contratual em que o participante consignou a sua reserva como garantia do mútuo; no segundo, devido ao conseqüente lançamento em Folha de Benefício dos valores mensais das prestações, devidamente atualizadas. A base de cálculo do montante a provisionar consiste dos valores vencidos e a vencer, e sobre eles incide percentual definido de acordo com o tempo de inadimplência, entre a primeira ocorrência e o momento atual de seu cálculo.

GRÁFICO 49. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO

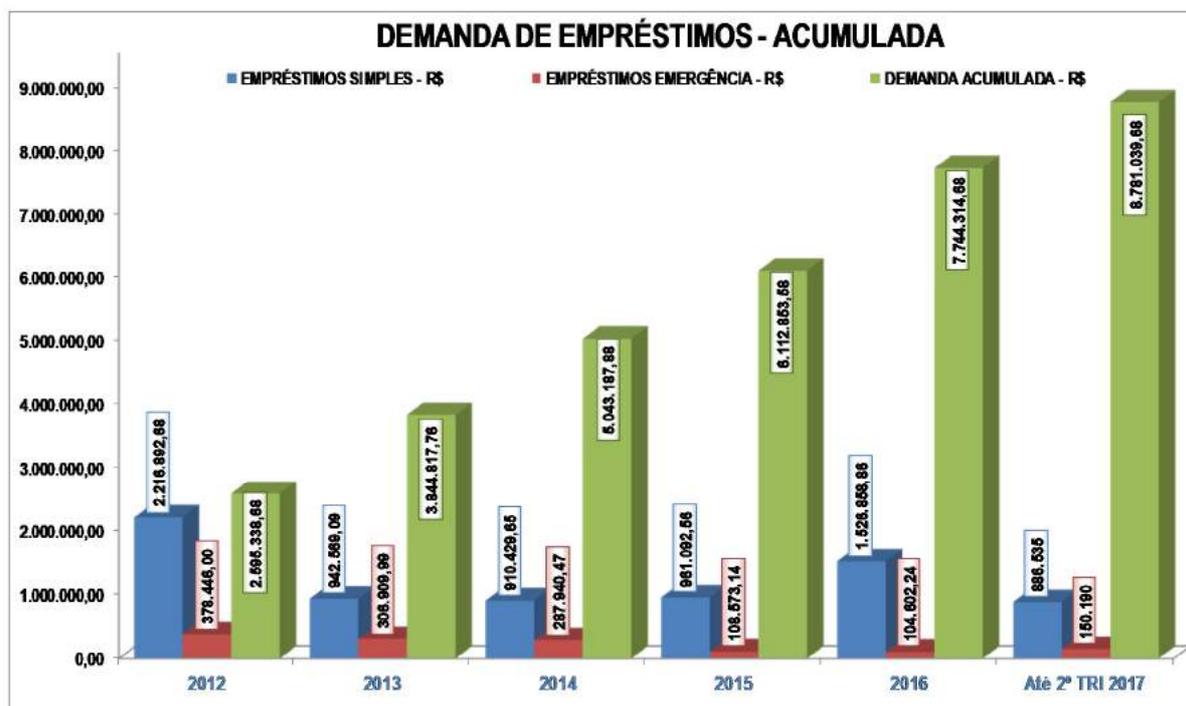


TABELA 19. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
2016	87	1.526.858,86	14	104.602,24	101	1.631.461,10	7.744.314,68
Até 2º TRI 2017	35	886.535	19	150.190	54	1.036.725,00	8.781.039,68

GRÁFICO 50. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE

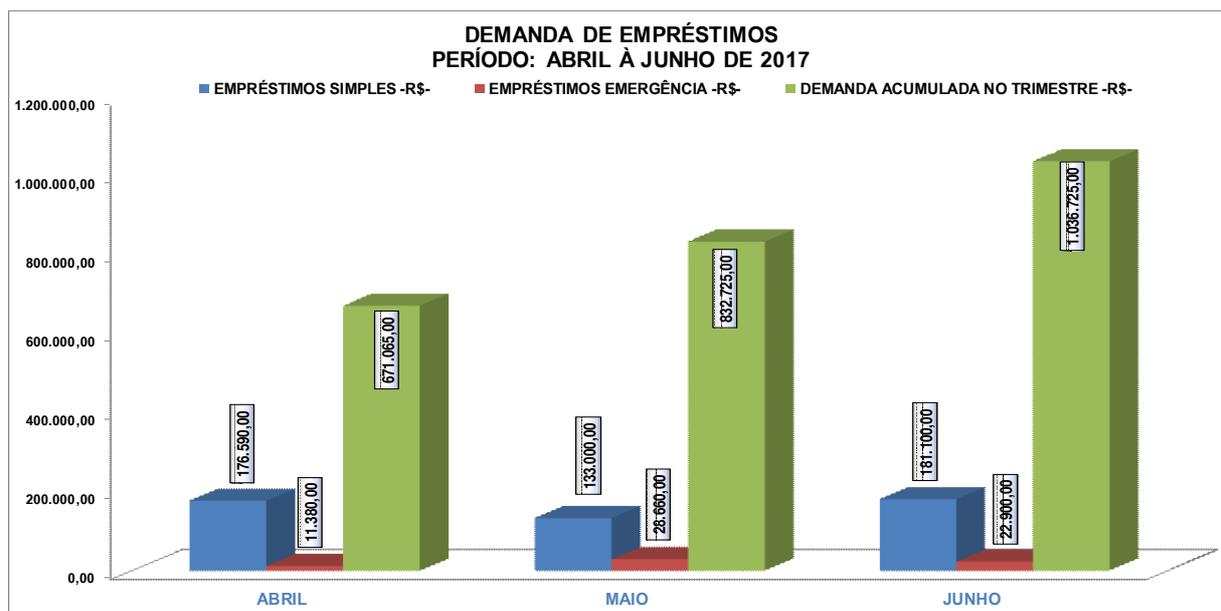
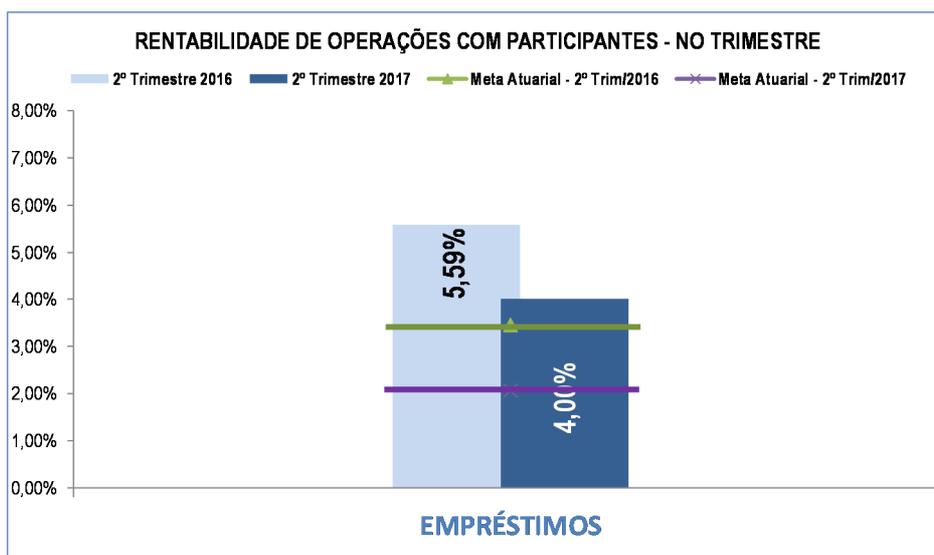


GRÁFICO 51. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES



O 2º trimestre apresentou rentabilidade positiva de 4,00% contra meta atuarial de 2,06%. Esse resultado representa 1,94% acima da meta.

2.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

2.2.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano.

Foi verificado que no encerramento do mês de março de 2017 a DNP apresentou indicadores negativos para:

- Regra I: **Segmento de Imóveis e Investimentos Estruturados** - DNP Negativa, doze meses consecutivos;
- Regra II: **Segmentos de Renda Variável e Investimentos Estruturados** - DNP Negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses;

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

Antes das devidas explicações, cumpre esclarecer: - o processo de cálculos da DNP é realizado pelo Banco Custodiante (Itaú-Unibanco S/A), em atendimento a cláusula do contrato de prestação de serviços assinado com a Fundação São Francisco, porém, a entidade elabora minuciosa averiguação quanto a sua consistência, como continuidade do seu controle interno.

TABELA 20. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO I - BD													REFERÊNCIA: JUNHO DE 2017		
Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses													Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
SEGMENTO	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17			
Renda Fixa	0,20%	0,12%	0,23%	-0,02%	-0,29%	0,63%	0,62%	0,55%	0,25%	-0,36%	-0,23%	1,80%	3,51%	0,58%	2,77%
Renda Variável	7,61%	-1,10%	-0,64%	8,54%	-8,04%	-3,08%	4,51%	1,13%	-1,96%	0,15%	-4,31%	-0,34%	2,48%	4,77%	-24,60%
Estruturados	-0,81%	-1,19%	-0,67%	-0,60%	-0,97%	-0,51%	-0,54%	-0,83%	-24,79%	-0,78%	-0,53%	-0,80%	-33,01%	6,94%	-53,45%
Imóveis	-0,93%	-1,10%	-0,82%	-0,54%	-0,78%	-0,97%	-1,05%	-3,76%	-1,28%	-1,11%	-1,11%	-45,15%	-58,58%	12,71%	-37,81%
Empréstimos	1,22%	0,55%	1,34%	0,90%	0,62%	0,82%	0,65%	0,39%	0,54%	0,60%	0,90%	0,40%	8,94%	0,30%	29,05%
PLANO	1,22%	-0,25%	-0,01%	1,30%	-1,69%	-0,10%	1,08%	0,45%	-2,65%	-0,31%	-0,92%	-0,17%	-2,04%	1,17%	-10,21%

META ATUARIAL INPC + 5,26% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.

2.2.5.2 Justificativa Segmento de Imóveis

A Fundação São Francisco no processo de alocação de recursos no Segmento Imobiliário, à época presumia como constava dos estudos dos projetos apresentados, elevada consistência na rentabilidade, segurança, solvabilidade e liquidez futura, frente às condições do cenário macroeconômico vividas pelo país e, via com expectativas positivas, o crescimento na demanda das plantas de Escritórios e Projeções Comerciais (Shoppings, etc.). As expectativas e premissas de viabilidade econômico-financeira dos projetos adquiridos não se confirmaram ao longo do tempo, resultando, assim, em elevado custo financeiro de carregamento das posições imobiliárias para o Plano I/BD.

A Carteira de Aluguéis e Renda acumulou no período dos últimos doze meses, encerrada em junho de 2017 - DNP Negativa, conforme quadro acima, devido ao aumento acentuado das ofertas físicas de novos empreendimentos e a queda observada na demanda por locação de imóveis na cidade de Salvador-BA, onde se localizam os únicos imóveis que lastreiam a carteira imobiliária para renda.

- **Estratégia:**

No período de vigência da Política de Investimento 2017/2021, além de não destinar recursos para o Segmento de Imóveis, manterá política visando diminuir a vacância das salas, busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico, e liberação da sua escritura.

2.2.5.3 Justificativa Segmento de Renda Variável

No período dos últimos trinta e seis meses, o mercado acionário apresentou desempenho abaixo da meta, motivado diretamente pelos aspectos conjunturais políticos e econômicos internos. Porém, apresentou elevado processo de recuperação no decorrer do exercício de 2016 e mantendo-se num canal de alta no decorrer do 2º trimestre de 2017, medido pelo IBrX-50, indicador do desempenho médio das cotações dos 50 (cinquenta) ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro e *benchmark* dos Fundos de Ações que compõem o Segmento de Renda Variável do Plano. No encerramento 2º trimestre de 2017, a Bolsa de Valores medida pelo IBrX-50, registrou queda de 2,94%, contra alta de 7,78% no 1º trimestre, acumulando no ano alta de 4,61%, enquanto no mesmo período de 2016 atingiu alta de 17,75%.

O mercado de capitais demonstrou no encerramento do primeiro semestre de 2017, fortes sinais de manter-se no canal de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações. Como se observa, já há expectativa de que em breve a apuração da DNP de 36 meses se reverta, haja vista a reversão ocorrida no espaço temporal de 12 meses.

Ressalte-se que a alta registrada nos primeiros meses do ano esteve diretamente relacionada às apostas dos investidores na retomada da economia, relacionada ao processo de celeridade do governo na aprovação das Reformas Trabalhista e Previdenciária. No entanto, o mercado foi mais uma vez surpreendido com a “Delação e Leniência” da J&F - Holding do Grupo JBS ao Ministério Público Federal, registrando no segundo trimestre o “Maior Terremoto” do mercado financeiro e de capitais (18.05.2017), com elevada queda de 8,75% em um único dia da Bolsa de Valores de São Paulo, medida pelo *IBrX-50*, elevando sistematicamente a volatilidade do mercado acionário, imputando perdas nas carteiras dos potenciais investidores institucionais, retardando o crescimento da economia e um lento processo de recuperação das empresas de capital aberto.

No mercado global, no 2º trimestre de 2017 os mercados bursáteis mantiveram-se atentos frente a vários fatores: **(i)** O futuro das empresas no mercado do Reino Unido, com a retirada definitiva do Reino Unido da União Européia, pós “Brexit”, onde a prioridade recai nas negociações para proteger os empregos e o crescimento econômico; **(ii)** As preocupações com a economia dos Estados Unidos: o crescimento do emprego desacelerou em maio e os ganhos nos dois meses anteriores não foram tão fortes, sugerindo que o mercado de trabalho está perdendo força; **(iii)** As relações tumultuadas do Governo americano e a Coreia do Norte, com exacerbado demonstração de fogo do líder coreano ao mundo e as ameaças aos territórios americanos, gerando apreensões aos mercados financeiro e de capitais e **(iv)** O crescimento do PIB Chinês de 6,9% durante o 2º trimestre do ano, frente a 6,7% do mesmo período de 2016, sinais positivos para 2017.

No mercado acionário brasileiro desde abril de 2014 os fundos investidos apresentam forte correlação ao *benchmark (IBrX-50)*. Os impactos sofridos por eles ao longo dos últimos 36 meses deverão perder significado, haja vista que as gestoras estão focadas em produzir posições defensivas para os momentos de stress do mercado acionário. A volatilidade dos retornos apresentados neste relatório demonstra inequivocamente que os fundos veem trabalhando defensivamente, minimizando os riscos de mercado.

- **Estratégia:**

Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, a Fundação perseguirá a concentração definida por estudo de ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais da economia estão impactando o resultado global da estratégia, no entanto, não há ação imediata a ser tomada. As gestões dos *Fundos Exclusivos - FIA's* estão devidamente ajustadas à Política de Investimento estabelecida nos seus respectivos Regulamentos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco x Retorno, apresentam em vários momentos indicadores melhores que àqueles obtidos pela indústria, conforme demonstrado no item próprio deste relatório.

2.2.5.4 *Justificativa Segmento de Investimentos Estruturados*

Energia PCH-FIP:

Detentor de 67,33% dos valores investidos no Segmento constitui-se assim, como o maior responsável pela geração de retorno. Os ativos existentes no fundo são principalmente cotas das usinas hidrelétricas (PCH's) de Juruena. A Diretoria de Finanças participa ativamente na busca de alternativas para

possibilitar o desinvestimento, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do gestor e do setor.

Conforme descrito no relatório anterior, no decorrer do 1º trimestre de 2017, o ativo foi alvo de acentuada desvalorização motivada pelo ajuste de precificação realizada pelo administrador (Banco Santander) do Energia PCH/FIP, e cuja prática foi sumariamente contestada pelas fundações CELOS, POSTALIS e SÃO FRANCISCO. O valor da Cota do fundo depois de apurada e contabilizada a ação do administrador foi extremamente prejudicial, reduzindo sobremaneira o valor das unidades geradoras, e conforme exposto pelas entidades citadas, o laudo que embasou a tomada de decisão do agente tem contra si o pecado de ter sido realizado em março de 2016, cujas condições econômicas distam do que atualmente se apresenta. Já no 2º trimestre de 2017, o processo de reprecificação continuou a refletir negativamente nos resultados do Fundo e diretamente nos resultados dos últimos 36 meses. No entanto, a Diretoria Executiva continua atuando nas ações imediatas do novo Gestor quanto ao Planejamento Operacional, Políticas e o Gerenciamento de Risco das Hidrelétricas, com foco no desinvestimento do ativo.

- **Estratégia:**

Por se tratar de investimentos com visão de longo prazo e os projetos já terem sido finalizados, estando produzindo e vendendo energia, a Política de Investimento de 2017/2021 previu a sua permanência no portfólio, uma vez que não se esperava no contexto econômico dos próximos anos, ao menos até final de 2018, alteração que permita a venda dos ativos do fundo com apropriação da mais valia de ordem adequada. Outrossim, a mudança do gestor para a Vinci Partners, com retomada de várias ações imediatas já observadas, pode ensejar algum interesse maior por parte de investidores externos. Seja como for, não se pode, objetivamente, prever a realização do desinvestimento do ativo no momento atual, restando assim, somente manter a posição existente.

FIP Ático - Geração de Energia:

Representando 30,23% do Segmento, suas cotas refletem as reavaliações das ações da Bolt Energia S/A, principal ativo do Fundo. Seu desempenho acumulou no 2º trimestre de 2017 variação negativa de 0,37%, acumulando no ano variação negativa de 0,76%, contra a meta acumulada de 4,21%. Esse resultado representa 4,97% abaixo da meta. Vale ressaltar que o seu desinvestimento, encontra-se previsto para o segundo semestre de 2017, conforme deliberação da Assembleia Geral dos Cotistas, realizada em 21.06.2017, no Rio de Janeiro-RJ, na sede do Administrador (BNY Mellon Serviços Financeiros - DTVM S.A.), no formato a seguir: (i) O Gestor deverá proceder a seleção de empresa a ser contratada pelo Fundo para conduzir o “Plano de Desinvestimento” dos ativos constituídos no portfólio do Fundo, com aprovação do Comitê de Investimento previsto no Regulamento e (ii) No prazo de 6 (seis) com base no plano apresentado, o Gestor deverá iniciar o processo de desinvestimento proposto.

A percepção da Diretoria de Finanças é de que se a economia entrar em rota desenvolvimentista, o objetivo do processo de desinvestimento será cumprido e o resultado poderá ser bastante auspicioso. Caso contrário, sem definição clara quanto ao comportamento das contas públicas e os entraves nas reformas fiscal e previdenciária propostas pelo atual governo, continuará presente certa aversão a risco, como houve nos últimos anos, e com isso parco será o ingresso de recursos externos. Sem condições que sinalizem alterações nas perspectivas econômicas não se podem afastar a necessidade de dilação do prazo para o desfazimento dos ativos, ou seja, mantido o cenário tal como se encontra é possível haver adiamento nos resgates das cotas, dentro do horizonte atribuído ao desinvestimento.

• **Estratégia:**

O projeto encontra-se em processo de estudos e formatação do “Plano de Desinvestimento” aprovado em Assembleia pelos Cotistas. Assim como o fundo anterior, não há mercado para a realização da venda do ativo com a celeridade desejada pelos potenciais investidores. Diante dos dados do fundo há que se esperarem as alterações de mercado para a realização da venda em momento mais propício. Estando ainda os gestores cumprindo rigorosamente os enunciados do mandato estabelecido no regulamento do fundo, então, o desinvestimento ainda virá a ocorrer no futuro, dito de outra forma, o período de desinvestimento ainda encontra-se preservado, imputando aí, os ditames pendentes de aprovação do “Plano de Desinvestimento” aliado às condições de mercado.

2.2.6 Operações Coursadas no Exercício de 2017:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de NTN's. No decorrer do 2º trimestre de 2017, as operações de “Arbitragem” entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021.

As operações realizadas consistiram mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curto e médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B e NTN/F no decorrer do 2º Trimestre de 2017 as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”:

TABELA 21. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2017						
PLANO I - BD						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/01/2017	NTN-B 2045	5,2100	5,5931	5,8968	5,6900	6.243.225,09
	NTN-B 2050	5,1800	5,5700	5,8638	5,6400	6.178.238,82
18/01/2017	NTN-B 2055	5,0876	5,5546	5,7738	5,5700	5.951.271,69
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	8.988.010,36
26/04/2017	NTN-F 2027	9,7300	10,3200	10,7200	10,3700	4.045.862,17
03/05/2017	NTN-F 2027	9,6400	10,2400	10,6300	10,2600	4.515.710,80
22/05/2017	NTN-F 2027	9,4400	11,7400	12,3900	11,6800	2.193.877,33
TOTAL.....						38.116.196,26
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/01/2017	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.241.212,72
	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.174.205,83
18/01/2017	NTN-B 2023	5,2752	5,6927	5,9830	5,5700	5.950.949,09
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	2.237.896,03
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	3.975.543,28
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	8.986.212,53
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	1.966.141,08
26/04/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4200	5,6500	5,3100	4.045.636,20
03/05/2017	NTN-B 2045	5,0700	5,3500	5,6000	5,2800	6.830.064,63
15/05/2017	NTN-B 2035	4,8933	5,0900	5,3921	5,0200	4.167.445,93
22/05/2017	NTN-B 2026	4,8400	6,1700	6,5000	5,7000	2.192.808,06
02/06/2017	NTN-B 2026	5,4500	5,7400	6,0600	5,6400	2.438.606,49
TOTAL.....						55.206.721,87

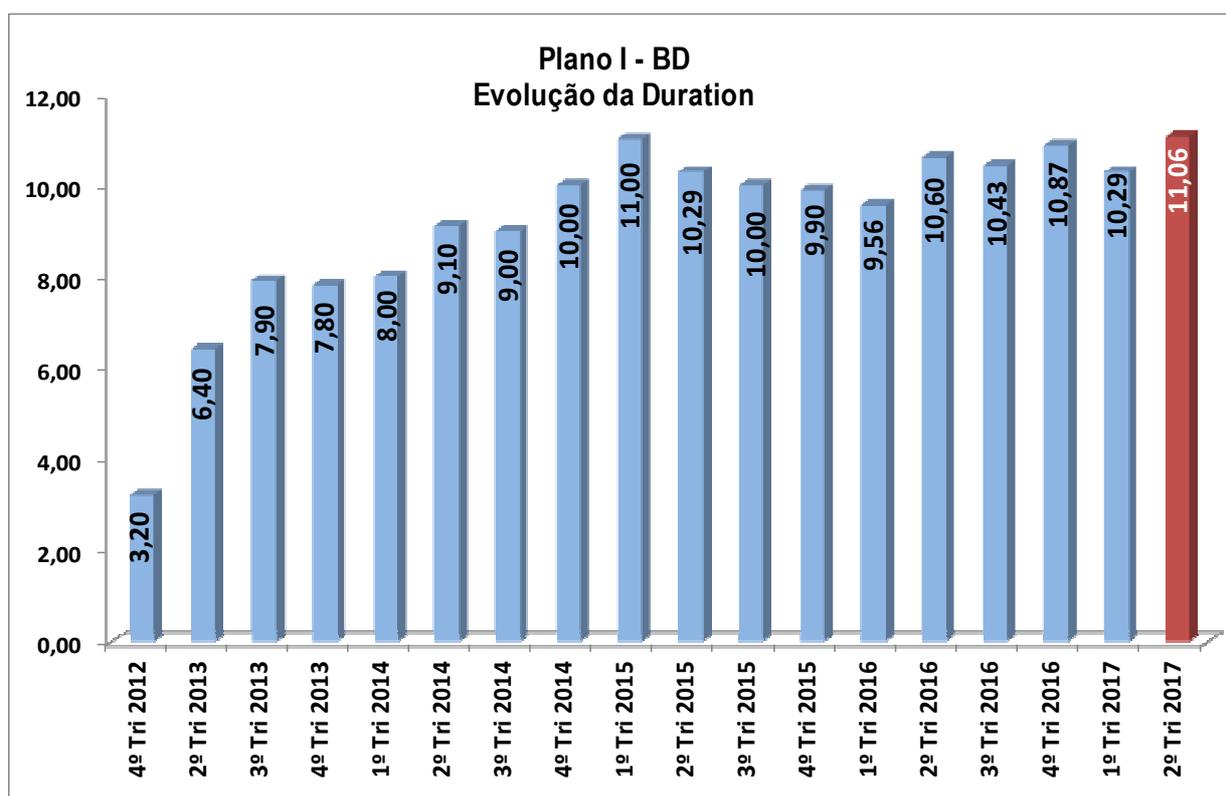
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC N° 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

2.2.7 Duration do Plano

Vale lembrar, que o acompanhamento do indicador é apresentado pelo total dos ativos contidos no Segmento de Renda fixa, entretanto, quando da elaboração dos elementos obrigatórios definidos pela PREVIC, esta leva em consideração somente a carteira de NTN's precificadas na curva.

GRÁFICO 52. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 2º trimestre de 2017 o índice alcançou 11,06 anos contra 10,60 anos, no mesmo período de 2016. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo.

Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I. O aumento observado no encerramento do 2º trimestre de 2017, foi promovido devido à aplicação em vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* maior que a do passivo, fato natural, entretanto, a lógica da legislação obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo, devido a isso a Diretoria de Finanças aproveita o rol de NTN's que possibilite atender adequadamente a Norma, sempre buscando aproveitar à diferença de precificação provocada pela taxa de juros do passivo aplicada sobre o ativo para evidenciar a ausência de déficit no Plano. A distorção identificada na legislação produz a necessidade de acompanhamento da carteira visando a adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do plano, sempre focando em ações onde o investimento possa contribuir para reduzir as perspectivas de possíveis aumentos de encargos aos participantes.

2.2.8 Acompanhamento Orçamentário:

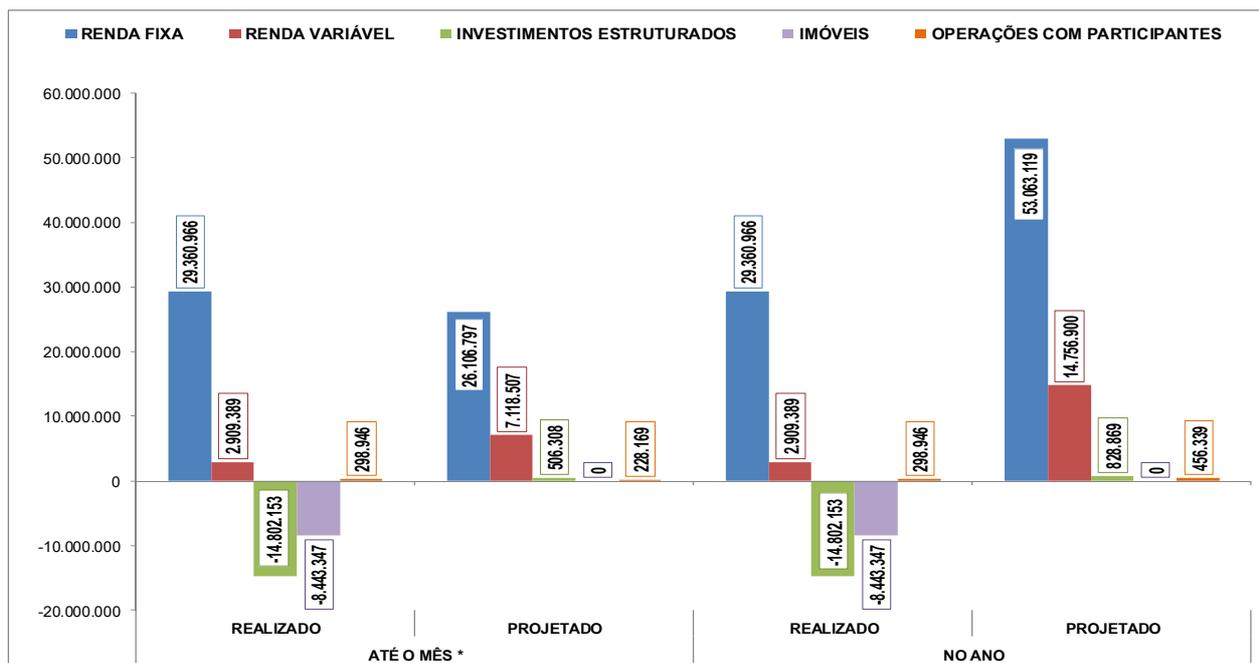
TABELA 22. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD									
	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	11.370.679,02	3.864.771,11	294,21%	29.360.965,62	26.106.796,79	112,46%	29.360.965,62	53.063.118,75	55,33%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	1825219,68	3.427.951,33	53,25%	18.347.639,66	23.448.275,93	78,25%	18.347.639,66	47.748.718,18	38,43%
EMISSÃO OU COORDENAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	37.025,34	67.901,47	54,53%	308.392,97	394.069,25	78,26%	308.392,97	812.592,35	37,95%
LF	37.025,34	67.901,47	54,53%	308.392,97	394.069,25	78,26%	308.392,97	812.592,35	37,95%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-1.737.136,22	186.219,35	É DESPESA	-962.459,17	1.105.787,82	É DESPESA	-962.459,17	2.256.297,91	É DESPESA
DEBENTURES	-1.737.136,22	186.219,35	É DESPESA	-962.459,17	1.105.787,82	É DESPESA	-962.459,17	2.256.297,91	É DESPESA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	-41.171,83	141.870,84	É DESPESA	619.995,11	920.218,88	67,37%	619.995,11	1.778.426,47	34,86%
CRH	-41.171,83	141.870,84	É DESPESA	619.995,11	920.218,88	67,37%	619.995,11	1.778.426,47	34,86%
COMPANHIAS FECHADAS	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA
CCI	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	3.311,40	5.562,63	59,53%	26.502,24	32.555,96	81,41%	26.502,24	49.598,94	53,43%
CPR	3.311,40	5.562,63	59,53%	26.502,24	32.555,96	81,41%	26.502,24	49.598,94	53,43%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-62.119,35	35.265,49	É DESPESA	-324.655,19	205.888,95	É DESPESA	-324.655,19	417.484,90	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-62.119,35	35.265,49	É DESPESA	-324.655,19	205.888,95	É DESPESA	-324.655,19	417.484,90	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	429.303,75	1.241.119,23	34,59%	2.909.388,93	7.118.506,88	40,87%	2.909.388,93	14.756.900,27	19,72%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	429.303,75	1.241.119,23	34,59%	2.909.388,93	7.118.506,88	40,87%	2.909.388,93	14.756.900,27	19,72%
FUNDOS DE AÇÕES	429.303,75	1.241.119,23	34,59%	2.909.388,93	7.118.506,88	40,87%	2.909.388,93	14.756.900,27	19,72%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-5.910,06	104.690,28	É DESPESA	-14.802.153,37	506.307,57	É DESPESA	-14.802.153,37	828.869,15	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-35.931,87	0,00	É DESPESA	-15.034.202,39	0,00	É DESPESA	-15.034.202,39	0,00	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	30.021,81	104.690,28	28,68%	232.049,02	506.307,57	45,83%	232.049,02	828.869,15	28,00%
IMÓVEIS	-8.223.309,61	0,00	É DESPESA	-8.443.346,82	0,00	É DESPESA	-8.443.346,82	0,00	É DESPESA
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-8.223.309,61	0,00	É DESPESA	-8.443.346,82	0,00	É DESPESA	-8.443.346,82	0,00	É DESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	96.214,36	38.028,22	253,01%	298.946,48	228.169,32	131,02%	298.946,48	456.338,64	65,51%
EMPRÉSTIMOS	96.214,36	38.028,22	253,01%	298.946,48	228.169,32	131,02%	298.946,48	456.338,64	65,51%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-208.060,01	-367.395,76	55,27%	-1.222.650,81	-2.204.374,56	55,46%	-1.222.650,81	-4.408.749,12	27,73%
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	-2.040,00	0,00	É DESPESA	24.051,81	0,00	NA	24.051,81	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	3.461.877,45	4.881.213,08	70,92%	8.125.201,84	31.755.406,00	25,59%	8.125.201,84	64.696.477,69	12,56%

(I) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

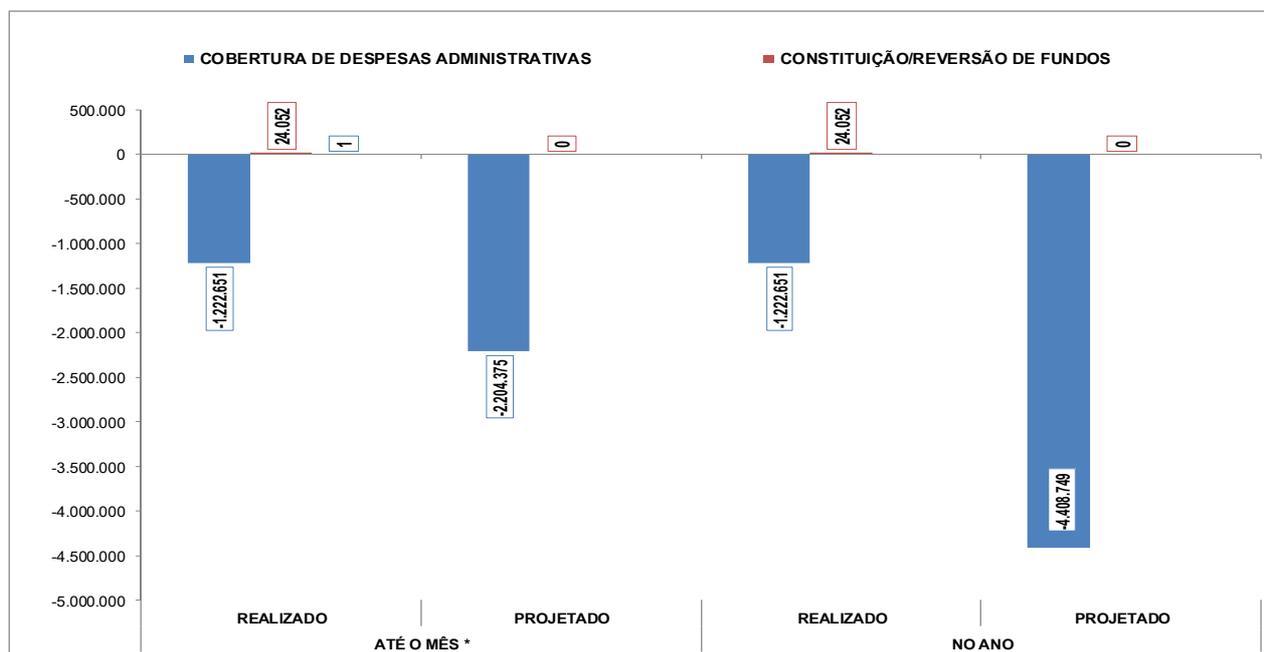
(II) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

GRÁFICO 53. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - REALIZADO X PROJETADO



(*) Último mês do Trimestre

GRÁFICO 54. CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVEST. E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO



(*) Último mês do Trimestre

Comentários:

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no encerramento do 2º Trimestre de 2017 totalizou R\$ 8.125.201,84 contra o Valor Orçado de R\$ 31.755.406,00, ou seja, o realizado totaliza somente 25,59% daquele esperado no orçamento.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho superior às previsões, sendo que se esperava R\$ 26,1 milhões de receitas, entretanto a reversão de parte da recuperação das garantias provisionadas das **“Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda”**, lançadas no Segmento de Renda Fixa na data de 30.06.2017, no valor de R\$ 11.345.550,00 - já comentada no âmbito deste relatório - impactou de forma positiva o valor realizado do Segmento, motivado pelo procedimento “Operacional Contábil” agregando mais desempenho, por isso mesmo, o valor de R\$ 29,3 milhões foi o resultado verificado, ou seja, variação de 112,46% do projetado.

O **Segmento de Renda Variável**, motivado pela queda de 2,94% do mercado acionário no trimestre, medida pelo IBrX-50, com reflexos negativos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, dado que a reversão nas perspectivas de melhora da economia do país, com as expectativas positivas de aprovação das Reformas Trabalhista e Previdenciária pelo Congresso Nacional, arrefecendo as inconstâncias do longo processo político interno, foram totalmente prejudicadas a partir da delação da JBS. Assim, as expectativas dos investidores se reverteram, gerando resultado de apenas R\$ 2,9 milhões contra R\$ 7,1 milhões projetados, ou seja, 40,87% do previsto até o mês de referência.

Os **Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis** foram os principais causadores dos desvios negativos. O primeiro, ao acumular resultado de R\$ 14,8 milhões de variação negativa, motivado pelo ajuste na precificação das Cotas do Fundo PCH Juruena, já descrito em seu item próprio deste relatório, quando no orçamento se esperava resultado próximo de “0” (zero) e o segundo, motivado pela primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das “Garantias Provisionadas” do ativo **“Cédula de Crédito Imobiliário - CCI” da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda**, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. O *Modus Operandi* do lançamento contábil gerou a princípio valorização positiva da Carteira de Renda Fixa, a favor Plano. Porém, quando da transferência do “Crédito” para a Carteira de Imóveis sua reprecificação a valor de mercado, gerou variação negativa, com expectativa futura favorável ao Plano, por meio de nova avaliação, o que ocorrerá somente no encerramento do processo. Esperava-se resultado “0” (zero), porém, ao final do 2º trimestre acumulou resultado negativo de 8,4 milhões.

Com relação aos custeios não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se 27,73% do orçado, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos. A dinâmica da redução no custeio se fundou no fato de que o Saldamento não foi implantado nesse período, e assim, continuou a haver custeio incidente sobre as contribuições, reduzindo a necessidade de cobra-lo nos investimentos.

Já com relação à formação do fundo de investimento é preciso que se diga antes, que ele é destinado a cobertura dos falecimentos de participantes mutuários, relativamente aos valores por eles devidos à carteira de empréstimo. O número do resultado é inexpressivo e por isso mesmo sua projeção orçamentária era de “0” (zero).

2.3 CONTÁBIL

2.3.1 Aspectos Gerais

Compete observar que na apuração das Demonstrações Contábeis, foram observados todos os princípios contábeis, ou seja, todos os lançamentos contábeis foram registrados com base no Princípio da Competência, o qual determina que os efeitos das transações e outros eventos certos de sua ocorrência nos meses vindouros próximos, sejam reconhecidos nas demonstrações levantadas independentemente do recebimento ou pagamento das mesmas. Isto pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. As contribuições para o plano CODEPREV, por ser um plano com registro das reservas individuais, em cotas, têm os seus registros realizados pelo Regime de Caixa.

Os lançamentos contábeis primaram pela existência de documentos idôneos, claros, com identificação do fato contábil, além da utilização de complementos aos históricos padrões detalhando as características dos documentos que os originaram. Quando utilizada informações internas, estas estão identificadas pela cadeia de responsabilidade definida na estrutura orgânica da Entidade.

A Fundação São Francisco optou por empregar a segregação real. Entende a Entidade que assim agindo apresenta a necessária acuidade ao postulado que define conceitualmente uma Entidade contábil, respeitando a natureza e a finalidade das transações. É possível dessa forma, avaliar com distinção o conjunto de dados da Fundação São Francisco, consolidadamente em atendimento a exigência legal, como também os dados produzidos pela gestão de cada um dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa, em separado:

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	PASSIVO	Período Junho/2017	Período Junho/2016
DISPONÍVEL	72.567,24	85.925,77	EXIGÍVEL OPERACIONAL	52.819.183,98	25.604.016,75
REALIZÁVEL	660.391.829,79	611.622.577,86	Gestão Previdencial	52.088.177,10	24.867.012,52
Gestão Previdencial	6.635.511,57	5.642.798,33	Gestão Administrativa	691.640,13	680.373,21
Gestão Administrativa	3.890.498,74	3.585.002,42	Investimentos	39.366,75	56.631,02
Investimentos	649.865.819,48	602.394.777,11	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.971.067,54	5.507.913,79
Títulos Públicos	448.255.516,48	364.323.059,14	Gestão Previdencial	147.232,79	-
Créditos Privados e Depósitos	35.961.063,51	65.378.098,05	Gestão Administrativa	5.057.017,42	4.774.495,91
Fundos de Investimento	150.272.885,21	159.530.082,93	Investimentos	766.817,33	733.417,88
Investimentos Imobiliários	10.484.031,64	7.397.870,82	PATRIMÔNIO SOCIAL	604.735.737,88	583.751.201,08
Empréstimos e Financiamentos	4.378.697,74	5.285.440,72	Patrimônio de Cobertura do Plano	586.014.959,56	565.781.033,59
Depos. Jud. Recursais	513.624,90	480.225,45	Provisões Matemáticas	616.698.773,22	563.298.518,88
PERMANENTE	3.061.592,37	3.154.627,99	Benefícios Concedidos	345.338.423,38	333.910.191,10
Imobilizado	3.041.297,63	3.125.738,89	Benefícios a Conceder	271.360.349,84	229.388.327,78
Diferido	20.294,74	28.889,10	Equilíbrio Técnico	(30.683.813,66)	2.482.514,71
			Resultados Realizados	(30.683.813,66)	2.482.514,71
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	2.482.514,71
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(30.683.813,66)	
			Fundos	18.720.778,32	17.970.167,49
			Fundos Previdenciais	4.129.190,37	2.867.156,35
			Fundos Administrativos	12.769.185,24	13.175.849,72
			Fundos dos Investimentos	1.822.402,71	1.927.161,42
TOTAL DO ATIVO	663.525.989,40	614.863.131,62	TOTAL DO PASSIVO	663.525.989,40	614.863.131,62

A consolidação do Balanço Patrimonial não se trata de uma simples soma de contas, pois, como prescreve o próprio postulado da Entidade contábil, a consolidação exige que sejam retirados os efeitos provocados pelas relações mútuas entre as Entidades contábeis, os Planos de Benefícios e o PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim é que no consolidado, o que um plano deve ao outro não aparecerá, bem como o “resultado da equivalência patrimonial” (registro do fundo administrativo) nos Planos de Benefícios.

Destaca-se que não se trata de transações entre planos, haja vista que a legislação a proíbe, mas, precipuamente, as relações de custeio dos planos com o PGA, bem assim, a formação dos fundos administrativos, respeitando a origem dos recursos e os gastos administrativos incorridos relativamente a cada plano, quando identificáveis diretamente, ou por aplicação de rateios nos demais casos.

QUADRO 2. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	PASSIVO	Período Junho/2017	Período Junho/2016
DISPONÍVEL	36.258,75	54.357,36	EXIGÍVEL OPERACIONAL	52.430.028,76	25.261.444,10
REALIZÁVEL	613.185.667,41	579.950.518,96	Gestão Previdencial	52.190.662,01	24.980.579,46
Gestão Previdencial	5.652.613,02	4.819.465,17	Investimentos	239.366,75	280.864,64
Gestão Administrativa	12.769.185,24	13.175.849,72	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	914.050,12	733.417,88
Investimentos	594.763.869,15	561.955.204,07	Gestão Previdencial	147.232,79	-
Títulos Públicos	396.743.384,13	324.050.928,04	Investimento	766.817,33	733.417,88
Créditos Privados e Depósitos	35.961.063,51	65.378.098,05	PATRIMÔNIO SOCIAL	559.877.847,28	554.010.014,34
Fundos de Investimento	146.683.067,23	159.362.640,99	Patrimônio de Cobertura do Plano	545.286.259,33	538.907.003,20
Investimentos Imobiliários	10.484.031,64	7.397.870,82	Provisões Matemáticas	575.970.072,99	536.424.468,49
Empréstimos e Financiamentos	4.378.697,74	5.285.440,72	Benefícios Concedidos	345.302.694,14	333.910.191,10
Depos.Jud. Recursais	513.624,90	480.225,45	Benefícios a Conceder	230.667.378,85	202.514.297,39
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-
			Equilíbrio Técnico	(30.683.813,66)	2.482.514,71
			Resultados Realizados	(30.683.813,66)	2.482.514,71
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	2.482.514,71
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(30.683.813,66)	-
			Fundos	14.591.587,95	15.103.011,14
			Fundos Administrativos	12.769.185,24	13.175.849,72
			Fundos dos Investimentos	1.822.402,71	1.927.161,42
TOTAL DO ATIVO	613.221.926,16	580.004.876,32	TOTAL DO PASSIVO	613.221.926,16	580.004.876,32

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. No balanço patrimonial as contas estão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação da Entidade. Estão apresentadas em comparação ao mesmo período do ano anterior em atendimento ao § 1º do artigo 176 da Lei 6.404/76.

Diferentemente da Contabilidade Comercial o Ativo para as Entidades de Previdência Complementar está dividido somente em Disponível – Recursos em moeda corrente depositados em contas bancárias; Realizável – Valores a receber de participantes e patrocinadoras registrados como gestão previdencial; Valores acumulados resultantes das atividades administrativas frente ao custeio administrativo do plano, conhecido como fundo administrativo, também registrado no PGA; e por fim o Investimento – onde se registram todas as aplicações existentes no plano relativamente aos mercados financeiro, de capitais, imóveis e empréstimos a participantes, sem distinção de prazo, ou seja, não está separado entre curto e longo prazo.

Cabe destacar que os investimentos realizados em Títulos Públicos, 66,71% do valor da carteira, são considerados na bibliografia como um investimento livre de risco de crédito. Sua função é trazer segurança ao fluxo de desembolso dos Benefícios Futuros a Pagar.

No Passivo o grupo de conta do Exigível corresponde às obrigações com terceiros, estando segregado em:

i) Operacional

a. Gestão Previdencial:

Compromissos de curto prazo já assumidos pelo plano, tais como: - benefícios a pagar; custeio administrativo a pagar; impostos e taxas a pagar, etc.; Cabe ressaltar que o acréscimo de 108,93% tem como causa fundamental o cancelamento de inscrições por parte dos participantes que deixaram o plano, ou seja, as suas reservas configuram-se como valores a restituir e assim permanecerão até a perda do vínculo empregatício junto à patrocinadora, em cumprimento às normas vigentes. Essa conta é atualizada mensalmente em função do regulamento do plano, ele prevê a incorporação da variação dos índices de inflação (INPC) ao saldo das contribuições vertidas de cada participante.

b. Gestão de Investimentos – Custeio Administrativo

ii) Contingencial

a. Gestão Previdencial:

Valores oriundos de interpretações divergentes do regulamento pelos participantes, as quais geraram ações ajuizadas contra a Entidade;

b. Gestão de Investimentos:

Ações envolvendo demandas jurídicas originadas na gestão dos investimentos, contra a incidência de impostos, as quais aguardam decisão judicial.

No Exigível Operacional na Gestão Previdencial o acréscimo de 108,93% tem como causa fundamental o cancelamento de inscrições por parte dos participantes que, deixaram o plano, ou seja, as suas reservas configuram-se como valores a restituir e assim permanecerão até a perda do vínculo empregatício junto a patrocinadora, em cumprimento às normas vigentes. Essa conta é atualizada mensalmente em função do regulamento do plano, ele prevê a incorporação da variação dos índices de inflação (INPC) ao saldo das contribuições vertidas de cada participante.

O Patrimônio Social está subdividido entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos. O primeiro é o total de recursos existentes no ativo para fazer frente as obrigações atuariais, as quais se dividem em Benefício Concedidos e a Conceder, assim, quando o valor dos ativos é inferior as obrigações calculadas pelo atuário, há a formação de déficit. Objetivamente, então, o déficit é o quantum em R\$ de recursos estão faltando no ativo para permitir o equilíbrio do plano.

Diante disso, forçoso é entender que déficit ou superávit nada mais significa que um indicador a demonstrar a falta ou excesso de recursos frente ao valor presente estimado para ser desembolsado com as obrigações do plano. Mais adiante se entenderá como foi formado os R\$ 30 milhões estampados na demonstração patrimonial. Lembrando, na demonstração patrimonial todos os saldos representam o estoque acumulado, não o que foi formado em determinado período, assim, a sua interpretação está limitada sendo necessária a observação dos demais quadros. Fundos – nele se registram as reservas necessárias para cobrir atividades específicas, assim sendo, nesse plano há o Administrativo e Garantidor de empréstimos. O primeiro é proveniente do que está apurado no PGA, enquanto o segundo servirá para cobrir eventuais perdas da carteira de empréstimos a participantes, principalmente, quando da ocorrência de óbitos de mutuários. Os recursos nele existentes foram constituídos pela taxa de seguro descontadas das concessões e remunerações pelo investimento dos recursos.

A situação do plano evoluiu de Superávit para Déficit na comparação o primeiro semestre do ano anterior e o mesmo período de 2017. Como já identificado anteriormente, ambas as situações demonstram desequilíbrio, é exigem ações para a sua correção. Há regras normatizando como e quando se deve forçosamente levar o assunto às outras esferas da administração, entretanto, existe ações que podem ser necessárias antes de se atingir os limites normativos. Ao longo do exercício, mês a mês, utilizando-se a metodologia denominada recorrência, as provisões matemáticas são calculadas com os parâmetros levantados na avaliação atuarial realizada por ocasião do final do exercício anterior. Também no mês de dezembro de cada exercício é reavaliada a capacidade dos investimentos suportarem os compromissos futuros, bem como, em função da carteira de ativos, ajustar a taxa de juros que servirá a avaliação atuarial, vigendo a partir de janeiro do ano imediatamente seguinte.

A administração da Entidade considera que o resultado do plano está ocorrendo dentro das expectativas, haja vista que eventos como ocorridos em 18/05 são pontos fora da curva, ou seja, de difícil previsibilidade e acontecimento incomum. No acalmar dos mercados a situação retornará aos parâmetros previstos. Essa afirmação se fundamenta quando se observa o resultado do mês de julho/2017, dado a ocorrência de reversão do indicador de equilíbrio.

QUADRO 3. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR VENCIMENTO					
- PLANO BD -					
MENÇÃO DE RATING	DESCRIÇÃO	POSIÇÃO: 30.06.2017 - R\$			
		TOTAL	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
	Dívida Pública Mobiliária Federal	396.743.384		0	396.743.384
sem risco	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	377.537.451		0	377.537.451
sem risco	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-F	19.205.933			19.205.933
	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	6.844.336		6.844.336	
	LETRA FINANCEIRA - LF	6.844.336		6.844.336	
(1)B1	BANCO BDMG S/A	6.844.336		6.844.336	
	Emissão de Companhias Abertas	16.337.023		478.526	15.858.497
	CPR-F	478.526		478.526	
(1)B1	USINAS ITAMARATI	478.526		478.526	
	DEBÊNTURES	15.858.497			15.858.497
(2)BBB	CEMIG - GT (CMTR33)	7.225.879			7.225.879
(3)Ba2.br	RODOVIAS TIETÊ	8.632.619			8.632.619
	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	12.779.704			12.779.704
	CRI	12.779.704			12.779.704
(4)AA+	BRC SECURITIZADORA	2.423.424			2.423.424
(5)AA	INFRASEC SECURITIZADORA	10.356.281			10.356.281
TOTAL GERAL		432.704.448	0	7.322.862	425.381.586

(1) Moody's - "B1", grau altamente especulativo da agência.

(2) Fitch - "BBB", denota uma expectativa de risco de crédito adequada em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país.

(3) Moody's - "Ba2.br", grau especulativo da agência.

(4) Fitch - "AA", denota uma expectativa de risco de inadimplência muito baixa em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país.

(5) LF Rating - "AA", obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS				
- PLANO BD -				
DESCRIÇÃO	POSIÇÃO: 30.06.2017 - R\$			
	TOTAL	SEM VENCIMENTO	VENCIMENTO ATÉ 1 ANO	VENCIMENTO MAIS DE 1 ANO
Direitos Creditórios	7.026.994	-		7.026.994
ÁTICO FIDC - Gestor: ÁTICO	7.026.994	-		7.026.994
Multimercado	221.932	221.932		
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	221.932	221.932		
Ações	95.515.905	95.515.905		
FIA SAGA SF (SAGA)	66.641.925	66.641.925		
FIA MAPFRE SF - Gestor: MAPFRE	28.873.980	28.873.980		
Participações	43.918.237	29.720.705	14.197.532	
ENERGIA PCH JURUENA-Gestor: INFRA ASSET	29.720.705	29.720.705	-	
GERAÇÃO DE ENERGIA - Gestor: ÁTICO	14.197.532	-	14.197.532	
TOTAL GERAL	146.683.067	125.458.542	14.197.532	7.026.994

QUADRO 4. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO		Período Junho/2017	Período Junho/2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	548.050.367,93	504.816.102,62	8,56
	1. Adições	27.337.090,42	56.833.523,08	(51,90)
(+)	Contribuições	19.211.888,58	16.197.710,23	18,61
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.125.201,84	40.582.627,17	(79,98)
(+)	Reversão Líquida de Contingência - Gestão Previdencial	-	53.185,68	(100,00)
	2. Destinações	(30.101.199,02)	(22.742.622,50)	32,36
(-)	Benefícios	(29.225.769,13)	(21.950.707,10)	33,14
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(147.232,79)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(728.197,10)	(791.915,40)	(8,05)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(2.764.108,60)	34.090.900,58	(108,11)
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.133.714,97	25.549.919,47	(83,82)
(+/-)	Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(6.897.823,57)	8.540.981,11	(180,76)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	545.286.259,33	538.907.003,20	1,18
	C) Fundos não previdenciais	14.591.587,95	15.103.011,14	(3,39)
(+/-)	Fundos Administrativos	12.769.185,24	13.175.849,72	(3,09)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.822.402,71	1.927.161,42	(5,44)

O quadro destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios, além de permitir avaliar a evolução dos seus elementos. Assim, a redução de 79,98% no Resultado Positivo dos Investimentos no comparativo com o ano anterior, decorreu do comportamento do mercado, destaca-se por oportuno, no entanto, antecipadamente, os seguintes fatos: - desvalorização da cota do FIP Juruena equivalente a R\$ 15 milhões; - a reclassificação das Debentures da Concessionária da Rodovia Tietê, devido à perda do grau de investimento determinado pela redução da sua nota de risco definida pela Moody's, para marcadas a mercado, equivalente a R\$ 2 milhões; - a recuperação de parte das provisões para perda relativa à CCI da M-Brasil (receitas) no valor de R\$ 3 milhões. Esse conjunto de acontecimentos gerou impacto na formação de variações líquidas negativas nos investimentos de R\$ 14 milhões. Maiores detalhes podem ser obtidos nas avaliações produzidas pela Gerência de Finanças na parte deste relatório que lhes cabe produzir.

QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	Variação (%)
1. Ativos	613.221.926,16	580.004.876,32	5,73
Disponível	36.258,75	54.357,36	(33,30)
Recebível	18.421.798,26	17.995.314,89	2,37
Investimento	594.763.869,15	561.955.204,07	5,84
Títulos Públicos	396.743.384,13	324.050.928,04	22,43
Créditos Privados e Depósitos	35.961.063,51	65.378.098,05	(45,00)
Fundos de Investimento	146.683.067,23	159.362.640,99	(7,96)
Investimentos Imobiliários	10.484.031,64	7.397.870,82	41,72
Empréstimos e Financiamentos	4.378.697,74	5.285.440,72	(17,16)
Depos.Jud. Recursais	513.624,90	480.225,45	6,95
2. Obrigações	53.344.078,88	25.994.861,98	105,21
Operacional	52.430.028,76	25.261.444,10	107,55
Contingencial	914.050,12	733.417,88	24,63
3. Fundos não Previdenciais	14.591.587,95	15.103.011,14	(3,39)
Fundos Administrativos	12.769.185,24	13.175.849,72	(3,09)
Fundos dos Investimentos	1.822.402,71	1.927.161,42	(5,44)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	545.286.259,33	538.907.003,20	1,18
Provisões Matemáticas	575.970.072,99	536.424.488,49	7,37
Superávit/Déficit Técnico	(30.683.813,66)	2.482.514,71	(1.336,00)

Depois de apresentado às mudanças incorridas, o quadro acima identifica o montante formado e qual a destinação dada aos recursos. Com seus dados é possível avaliar o grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões matemáticas (reservas atuariais) em confronto com o ativo líquido. Importante salientar que ao se identificar o valor do déficit (indicador de algum desequilíbrio em desfavor dos participantes), não se está avaliando a parte mais importante, ou seja, a solvência do plano, essa somente será relativamente observada se for somado ao ativo líquido o efeito da precificação dos ativos quando trazidos a valor presente pela taxa de juros atuariais. Na questão dos fundos administrativos há a informação superveniente para indicar a existência de recursos administrativos para suportar as atividades de gestão do plano; o fundo de investimento apresenta a segurança para a liquidação dos contratos de mutuo em caso de óbitos dos participantes mutuários; nenhum dos dois, entretanto, serve a indicar qualquer situação de desequilíbrio do plano.

Chama-se a atenção ao fato de que a carteira de “créditos privados e depósitos” apresentaram redução de 45% do semestre de 2016 para 2017 ante o resgate de títulos privados, sendo que nos seus vencimentos os recursos foram aplicados em títulos públicos. Ocasionalmente o aumento da “*duration*” da carteira de investimento e, estruturando-a para atender tanto quando possível às necessidades do fluxo de passivo do plano.

Quanto aos investimentos relativos à carteira de Empréstimos, sua redução se deveu exclusivamente a conciliação e a nova estrutura contábil do plano de contas, deixando mais claro o valor lançado à provisão para perdas.

É possível identificar também a ocorrência de elevação significativa em obrigações operacionais motivadas pela saída de participantes, os quais ao cancelarem sua inscrição e continuarem na patrocinadora, não podem ter mais suas reservas configuradas nas reservas matemáticas, mas, passa-se a registra-las como valores a devolver como recursos normais operacional do plano. Assim, o participante que se retirou pode identificar que o plano está líquido para devolver suas reservas, uma vez que do ativo líquido, disponível para cobertura do plano, os recursos já não mais constam.

O valor de formação do déficit acumulado do semestre atingiu a cifra de R\$ 6.897.823,57, somado ele ao déficit do exercício de 2016, de R\$ 23.785.990,09, resulta na formação acumulada deficitária de R\$ 30.683.813,66. Para o perfeito entendimento do indicador é preciso recordar que o resultado do exercício de 2016 foi formado pela reavaliação das Provisões Matemáticas, alteradas por mudanças como a redução da taxa de juros atuarial e a eliminação do fator de permanência no plano dos participantes ativos elegíveis à aposentadoria (quando todas as carências foram cumpridas por eles.), dentre outras de menor impacto. Somente essas duas elevaram as Provisões Matemáticas em aproximados R\$ 30 milhões. No entanto, ante a existência de recursos oriundos do ajuste de precificação, o plano no ano de 2016 encerrou equilibrado. O ajuste consiste em, ao se encontrar o valor presente da carteira de NTN's, marcadas a vencimento, utilizando-se para isso a taxa de juros atuariais, subtraí-lo do seu valor contabilizado, a diferença apurada é o valor a se incorporar ao ativo líquido, já descrito anteriormente. No entanto, isso, pela norma, só poderá ser procedido quando do fechamento do exercício, logo, nas demonstrações mensais, onde se utiliza o método de recorrência para a apuração da reserva matemática, o registro é tal como se encontra, já que a diferença não transita nas contas contábeis devido aos critérios determinados pela legislação.

▪ **Ativos**

Receável:

Constituída por apropriações de contribuições previdenciárias a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 1.198 mil;

- b) Participantes – R\$ 1.327 mil;
- c) Contribuições em atraso – R\$ 1 mil;
- d) Sobre 13º Salário – R\$ 1.446 mil;
- e) Adiantamentos – R\$ 1.531 mil.

As apropriações citadas acima foram constituídas no mês de junho/2017 para serem liquidadas no mês de julho/2017, as quais respeitam o regime de competência.

Gestão Administrativa:

O valor apropriado corresponde integralmente à participação do Plano no Fundo Administrativo. O Fundo tem um saldo positivo de R\$ 12.769 mil em junho/2017.

▪ **Obrigações**

Gestão Previdencial:

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 181 mil;
- b) Contribuição para Custeio do PGA – R\$ 102 mil;
- c) Credores Diversos de Benefícios – R\$ 50.321 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de junho/2017, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de julho/2017.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de julho/2017.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 50.321 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

Gestão de Investimentos:

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 34 mil;
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 200 mil;

Merece destaque o valor de R\$ 200 mil que corresponde à apropriação de cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês junho/2017 será liquidado em julho/2017.

Exigível Contingencial:

O valor de R\$ 766 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

QUADRO 6. DETALHAMENTO CARTEIRA DE IMÓVEIS

Valores em R\$

ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA	jun/17	jun/16
1	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3 + 4 + 5)	10.484.031,64	7.397.870,82
2	TERRENOS	4.084.426,00	1.456.480,00
3	CONSTRUÇÃO	6.618.257,55	6.074.418,05
4	(-) DEPRECIÇÃO	-381.998,28	-230.642,64
5	ALUGUEIS A RECEBER	163.346,37	97.615,41

Destaca-se que no mês de junho de 2017, foi processado o ingresso de participação do plano em imóvel adjudicado. O imóvel em comento foi proveniente da primeira reversão de perdas registradas em face dos esforços de execução das garantias da CCI da empresa M-Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda. A participação correspondente a 17,59% do imóvel situado na Rua São Cristóvão nº 950, Rio de Janeiro, teve os lançamentos contábeis gerando a princípio valorização positiva da Carteira de Renda Fixa. Quando então houve a transferência do “Crédito” para a Carteira de Imóveis pela precificação no valor do crédito, entretanto, foi reprecifica a valor de mercado, por decisão da Diretoria de Finanças, gerando variação negativa. A prática adotada se fundamentou no fato de não superavaliar o bem distorcendo os resultados do plano, logo, houve a observação quando ao princípio do conservadorismo e prudência.

QUADRO 7. DETALHAMENTO CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Valores em R\$

ITENS	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS	jun/17	jun/16
1	VALOR DA CARTEIRA (2 + 3)	7.677.855,05	8.028.935,34
2	ADIMPLENTES	4.782.420,94	5.753.899,47
3	INADIMPLENTES	2.895.434,11	2.275.035,87
4	(-) PROVISÃO PARA PERDA	-3.299.157,31	-2.743.494,62
LIQUIDO DA CARTEIRA (1 + 4)		4.378.697,74	5.285.440,72

Nas operações da carteira de empréstimos a participante as provisões para perdas foram tomadas, com acuidade, aos determinantes contidos na SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11, premissa que resulta em uma pequena elevação em comparado com o mesmo período do ano anterior:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- a)** 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- b)** 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- c)** 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- d)** 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Como poderá ser verificado neste relatório, na parte desenvolvida pela Gerência de Finanças, a redução do saldo devedor da carteira, antes de computar a provisão para perda, vem sendo reduzida ante a diminuição de concessão de novos mútuos, portanto, havendo mais recebimentos de prestações e quitações do que novas concessões.

QUADRO 8. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	600.452.740,92	566.829.026,60	5,93
1. Provisões Matemáticas	575.970.072,99	536.424.488,49	7,37
1.1. Benefícios Concedidos	345.302.694,14	333.910.191,10	3,41
Benefício Definido	345.302.694,14	333.910.191,10	3,41
1.2. Benefício a Conceder	230.667.378,85	202.514.297,39	13,90
Benefício Definido	230.667.378,85	202.514.297,39	13,90
2. Equilíbrio Técnico	(30.683.813,66)	2.482.514,71	(1.336,00)
2.1. Resultados Realizados	(30.683.813,66)	2.482.514,71	(1.336,00)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(30.683.813,66)	2.482.514,71	(1.336,00)
3. Fundos	1.822.402,71	1.927.161,42	(5,44)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.822.402,71	1.927.161,42	(5,44)
4. Exigível Operacional	52.430.028,76	25.261.444,10	107,55
4.1. Gestão Previdencial	52.190.662,01	24.980.579,46	108,92
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	239.366,75	280.864,64	(14,78)
5. Exigível Contingencial	914.050,12	733.417,88	24,63
5.1. Gestão Previdencial	147.232,79	-	
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	766.817,33	733.417,88	4,55

Demonstrativo que tem como objetivo evidenciar a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

Merece destaque o item “4.1 Gestão Previdencial” no acréscimo de 108,92%, devido em grande parte, ao incremento do número de participantes ativos que se desligaram do Plano, o que implica o correspondente provisionamento da reserva de poupança resgatável.

No item “5.1 Gestão Previdencial”, foi apropriado R\$ 147 mil referente a um processo judicial de devolução de reserva, liquidada em Julho.

QUADRO 9. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PLANO BD			
DEFINIÇÃO	jun/17	jun/16	%
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 23.785.990,09	- 6.058.466,40	292,6%
1- CONTRIBUIÇÕES	18.483.691,48	15.405.794,83	19,98%
(+) Patrocinadores	7.830.875,29	6.423.160,95	21,92%
(+) Participantes Ativos	8.845.372,95	7.896.309,20	12,02%
(+) Participantes Assistidos	2.535.640,34	1.878.240,08	35,00%
(-) Custeio	- 728.197,10	- 791.915,40	-8,05%
2- DESTINAÇÕES	- 29.225.769,13	- 21.950.707,10	33,14%
(-) Benefícios	- 29.225.769,13	- 21.950.707,10	33,14%
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	- 147.232,79	53.185,68	-376,83%
(+) Ações de Benefícios	- 147.232,79	53.185,68	-376,83%
4- INVESTIMENTOS	8.125.201,84	40.582.627,17	-79,98%
(+) Renda Fixa	29.685.620,81	31.186.600,18	-4,81%
(+) Renda Variável	- 12.217.419,63	10.497.353,15	-216,39%
(+) Imóveis	- 8.443.346,82	- 145.418,21	5706,25%
(+) Empréstimos (*)	322.998,29	455.309,76	-29,06%
(-) Custeio	- 1.222.650,81	- 1.411.217,71	-13,36%
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	4.133.714,97	25.549.919,47	-83,82%
(+) Benefícios Concedidos	1.493.071,20	15.301.050,76	-90,24%
(+) Benefícios a Conceder	2.640.643,77	10.248.868,71	-74,23%
B) RESULTADO SUPERAVITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO		8.540.981,11	
C) RESULTADO DEFICITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	- 6.897.823,57		
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	- 30.683.813,66	2.482.514,71	-1336,00%

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Déficit no exercício.

Nas contribuições tratamos das entradas de novos recursos; destinações é o pagamento dos benefícios; investimentos referem-se ao acréscimo ou decréscimo (receitas e despesas) dos valores aplicados nos segmentos; a formação de reservas é o incremento apurado pelo atuário, que se faz necessário para manter as obrigações com os participantes.

Em 12/2016 o plano fechou deficitário em R\$ 3 milhões devido aos ajustes dos parâmetros da avaliação atuarial, entretanto, o valor dos ativos de investimento à taxa atuarial de 5,26%, permitiu a geração de receitas provenientes do “ajuste de precificação”; assim sendo, no quadro acima, esse “ajuste” não pode ser informado.

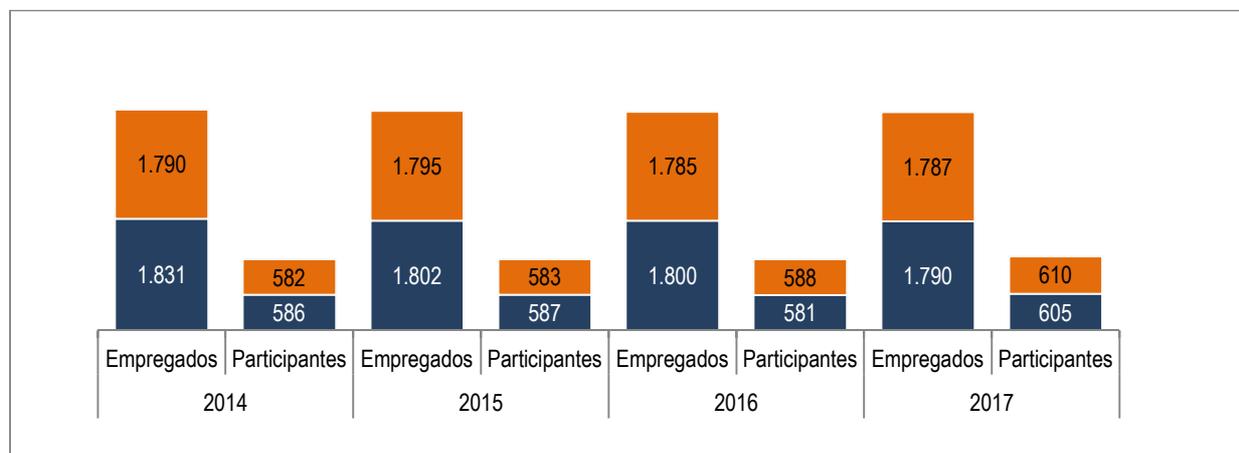
Foram necessários R\$ 29 milhões para pagamento de benefícios e outros R\$ 4 milhões de ajuste nas reservas, então, o plano consumiu no semestre um total de R\$ 31 milhões. Os recursos investidos somaram R\$ 8 milhões e as contribuições R\$ 18 milhões, num total ingressado de R\$ 26 milhões.

Evidente está que no semestre confrontando entradas e saídas, as saídas superaram em R\$ 6 milhões, por isso merece um olhar crítico no resultado dos investimentos ante a constatação de perdas nas aplicações devido ao comportamento do mercado no semestre. No entanto, o ganho e a perda dos segmentos de Renda Fixa e Imóveis (Vide quadro 04.A), em grande monta, são derivados da recuperação das “provisões para perdas”, em investimentos nas CCI’s da M-Brasil a serem devidamente compreendido na parte deste relatório desenvolvido pela Gerencia de Finanças.

3 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

3.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 55. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



Com relação ao 1º trimestre houve 9 pedidos de inscrição no plano e 4 desligamentos a pedido.

GRÁFICO 56. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES

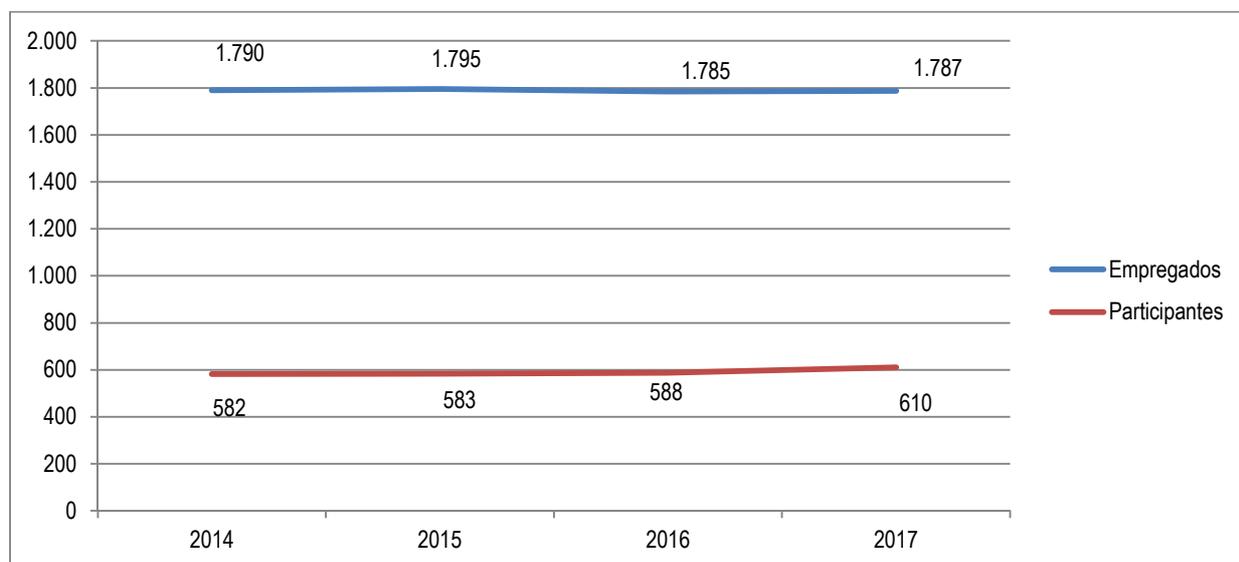
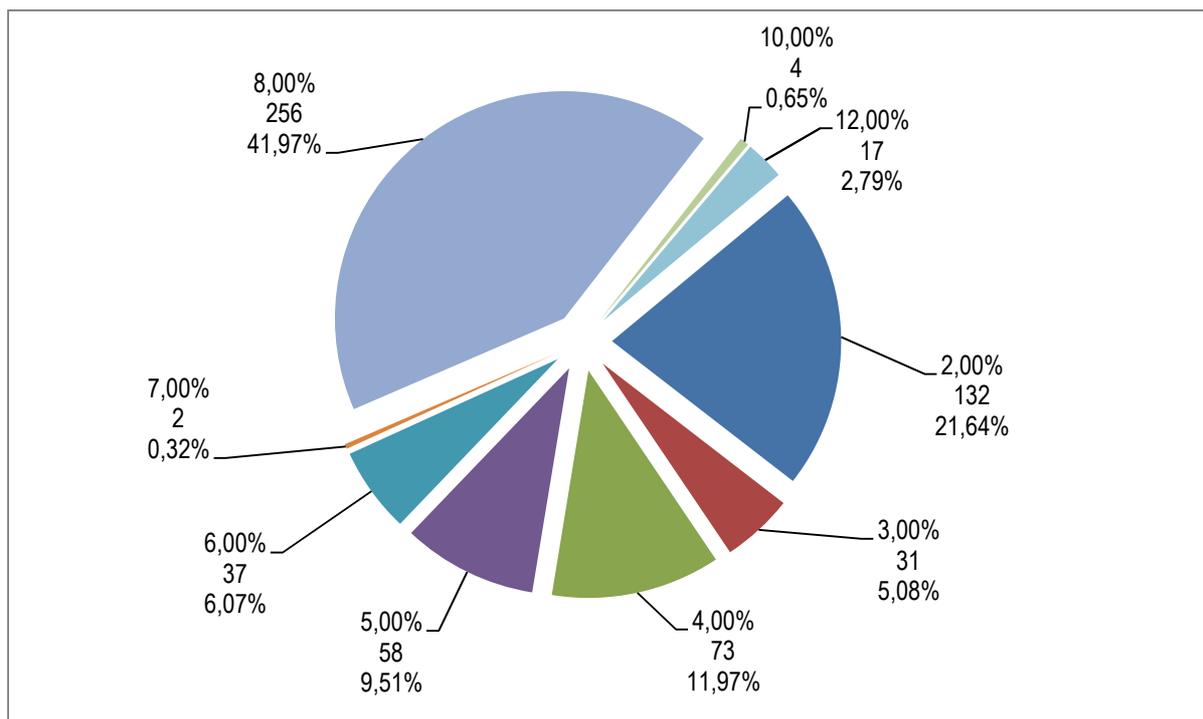
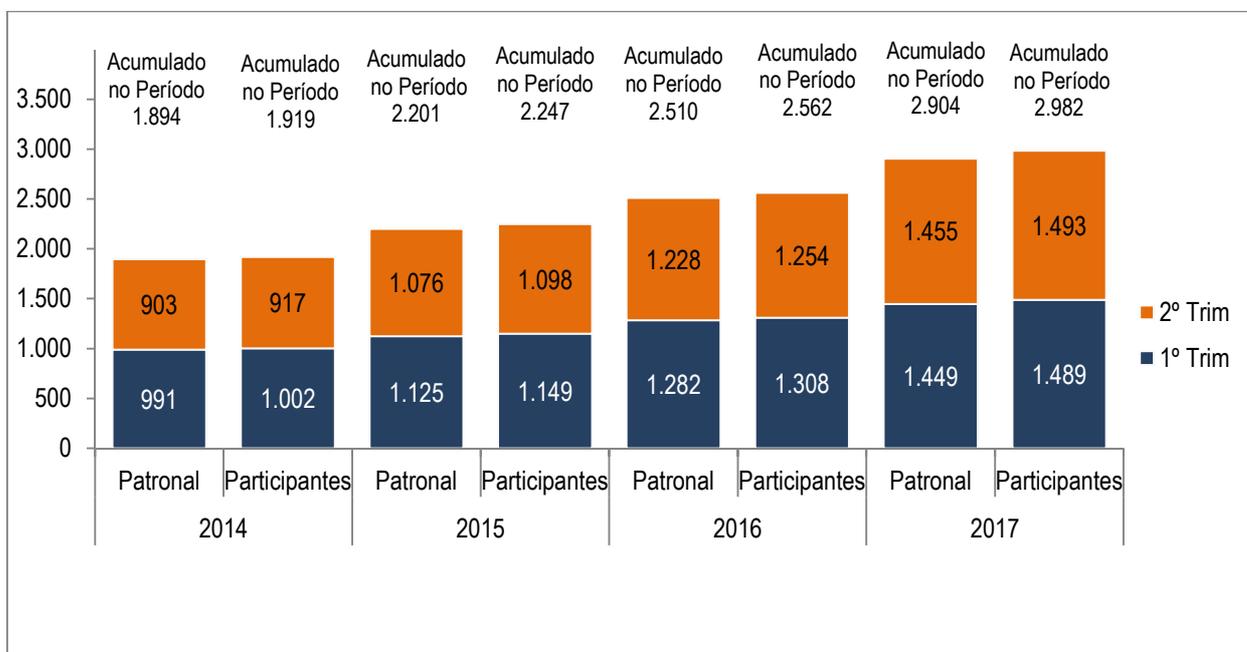


GRÁFICO 57. PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO – CODEPREV X PARTICIPANTES



A contribuição média dos participantes é de 5,68%

GRÁFICO 58. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES X PATRONAIS – EM MIL REAIS



21 participantes do Codeprev contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%.

3.1.1 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS

No 2º trimestre de 2017 houve o pagamento de R\$ 1.652,54, referente ao benefício de Incapacidade para o Trabalho e R\$ 8.369,61 de Resgate de Contribuições.

GRÁFICO 59. ADESÃO

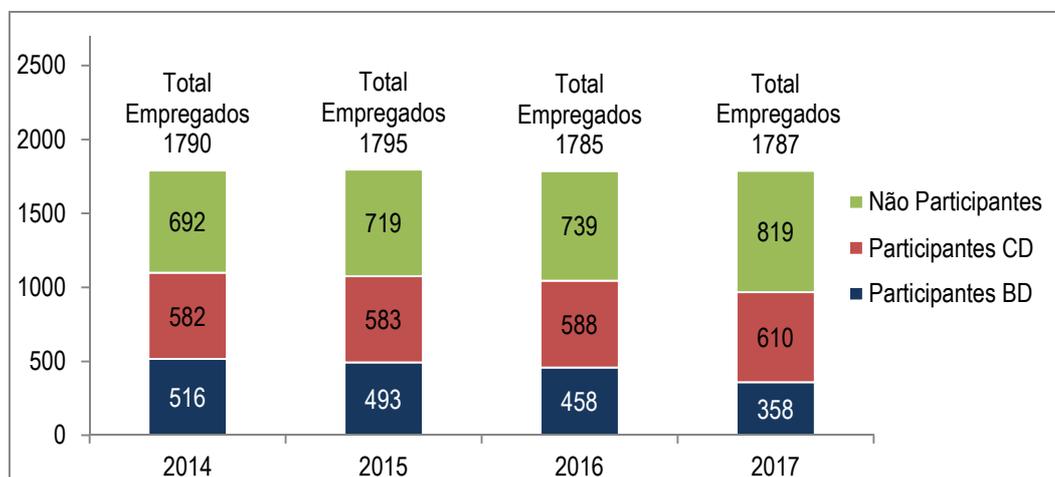
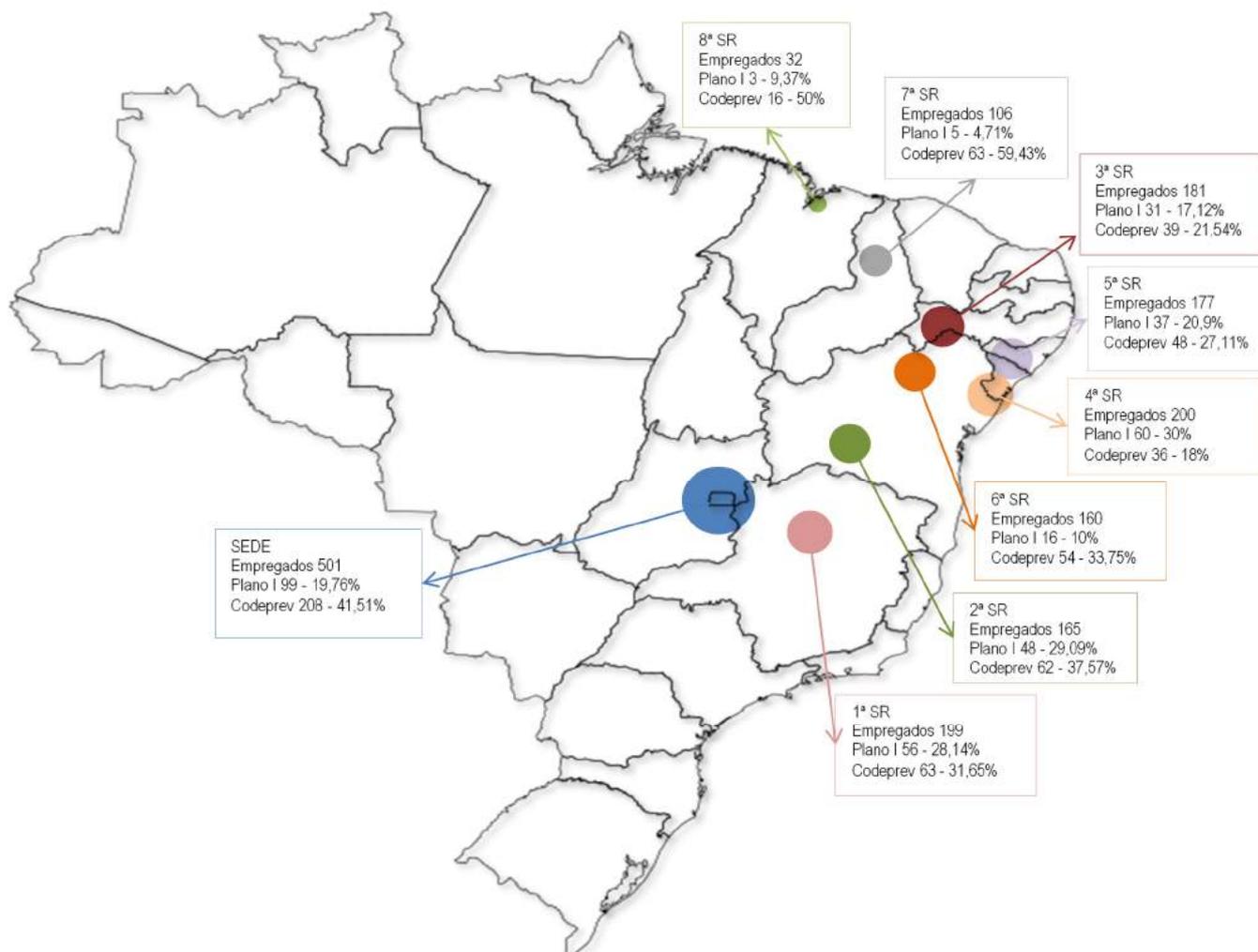


GRÁFICO 60. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE – EM MIL REAIS



3.2 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de **Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, esse último somente com recursos em transito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do 2º Trimestre de 2017, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 30.06.2017 de R\$ 43.940.692,66 contra R\$ 36.781.896,73 em 31.12.2016, registra um crescimento nominal no período de 19,46%. Os ativos encontram-se ainda muito impactado pela entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada nos gráficos e tabela a seguir:

3.2.1 Performance da Indústria de Fundos de Pensão – Planos CD's – 2014 a Junho de 2017

GRÁFICO 61. RENTABILIDADE X META ATUARIAL

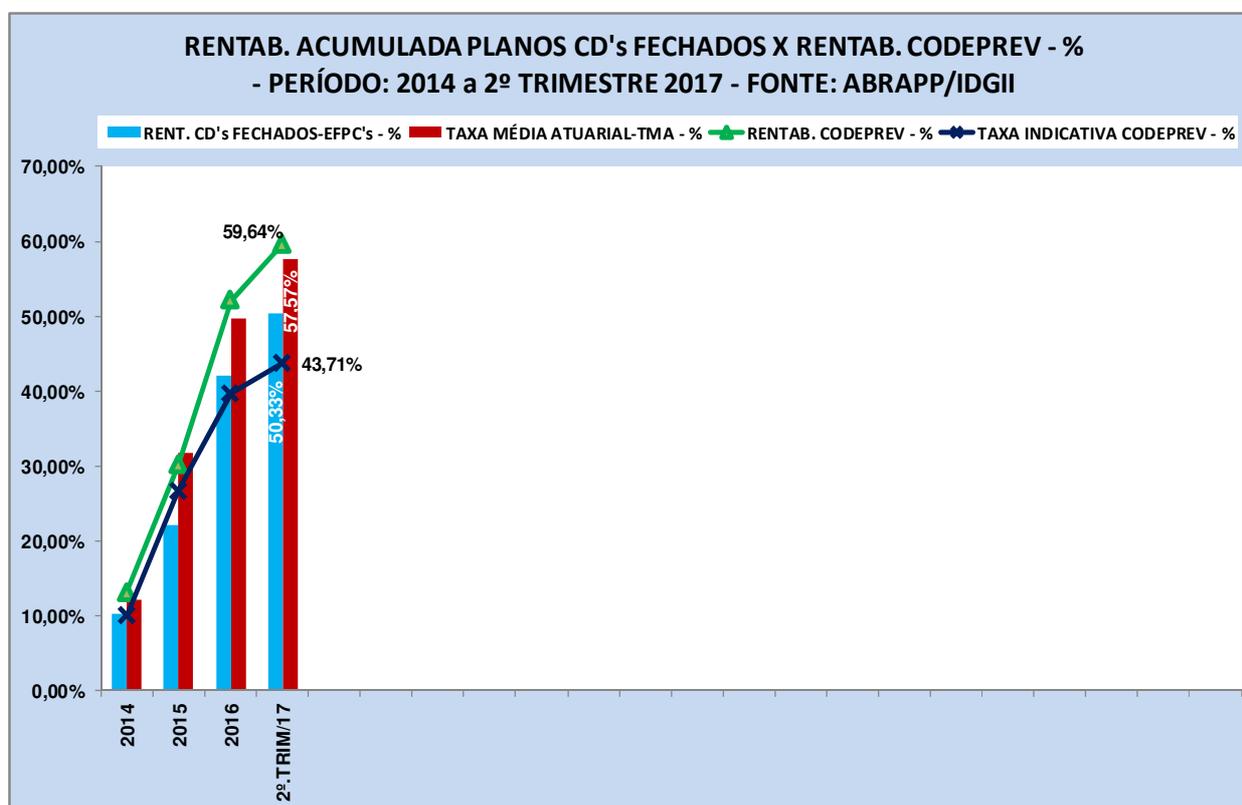
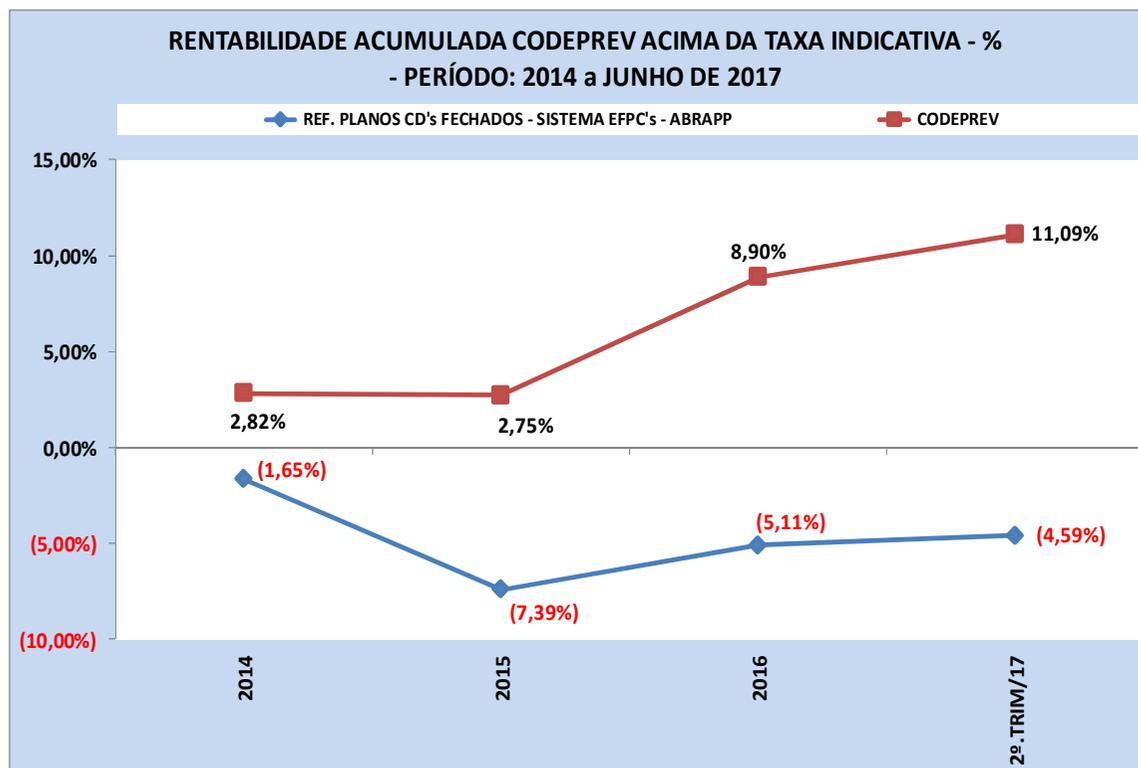


GRÁFICO 62. RENTAB. DOS FUNDOS DE PENSÃO S/ A META ATUARIAL X CODEPREV - PERÍODO: 2014 A JUNHO 2017



O comportamento acumulado permite extrair a conclusão de que apesar das condições conjunturais adversas, registradas no mercado financeiro e de capitais no período de 2014 a junho de 2017, os investimentos obtiveram desempenho real de 11,09%, contra uma taxa real negativa de 4,59% do sistema. Em verdade reflete uma estratégia conservadora de alocação de recursos, sem exposição ao risco de crédito.

Nos últimos três anos e meio os Fundos de Pensão brasileiros, que administram Planos classificados como **Contribuição Definida - CD's** alcançaram uma rentabilidade nominal de 50,33%, contra uma necessidade atuarial média de 57,57% nominal, sendo daí o registro quanto à variação abaixo da meta em 4,59%, contra 11,09% obtido pelo Codeprev, acima da Taxa Indicativa - INPC+3,50% a.a.

3.2.2 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa - 2014 ao 2º Trimestre/2017

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da **Taxa Indicativa (INPC+3,30% a.a.)**. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 2014 ao 2º Trimestre de 2017. Fica evidente que nos últimos três anos e meio de existência do Plano a rentabilidade mantém-se acima da Taxa Indicativa. Os resultados favoráveis observados no período de 2014 a Junho de 2017, inclusive acima do desempenho da “Rentabilidade Média Acima da Meta Atuarial dos Fundos de Pensão” em comparação a Rentabilidade do Codeprev, são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do Comitê de Investimentos.

Assim sendo, pode-se afirmar que, inexistência de problemas no Plano, aliada ao seu baixo tempo de existência, se deve, exclusivamente, às suas condições “Estruturais” robustas. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manterem os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 63. DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA

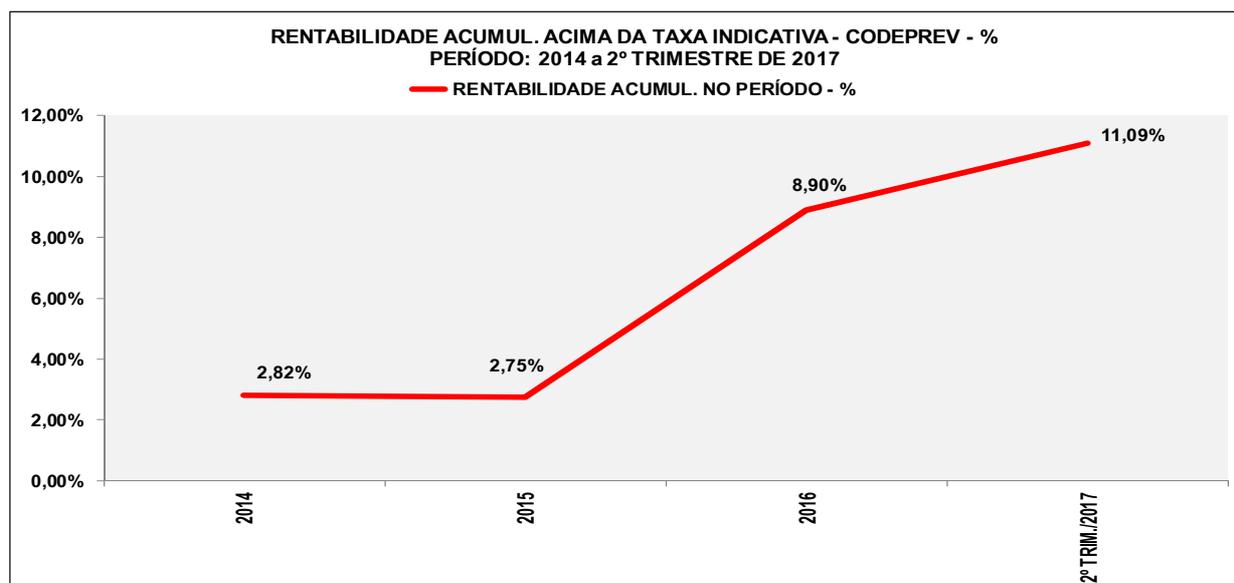


TABELA 24. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE CODEPREV - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO CODEPREV - 2013 a JUNHO DE 2017 -								
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 3,50% a.a. (3)	RENTABILIDADE REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % -	RENTABILIDADE ACIMA DA TAXA INDICATIVA - MÊS - (24) - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUMULADA NO PERÍODO - % - (6)
2013	1.456.461	1,011179	0,00%					
2014	9.410.607	1,143162	13,05%	9,95%	6,42%	3,50%	2,82%	2,82%
2015	20.201.937	1,315641	15,09%	15,17%	3,43%	3,50%	(0,07%)	2,75%
2016	34.288.058	1,538242	16,92%	10,31%	9,70%	3,50%	5,99%	8,90%
2º TRIM./2017	40.728.700	1,586978	4,94%	2,88%	3,77%	1,73%	2,00%	11,09%
ACUMULADA NO PERÍODO.....			59,64%	43,71%	25,29%	12,79%	11,09%	
Obs:TAXA INDICATIVA DO PLANO = INPC + 3,50% a.a.						DESVIO PADRAO	2,52%	

3.2.3 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, encontrava-se no encerramento do 2º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Sendo que em 30.06.2017 o volume total de recursos de R\$ 43.940.692,66 contra R\$ 36.781.896,73 registra um crescimento nominal no período de 19,46. É importante apontar que nesse período ingressaram R\$ 5.885.737,97 em contribuições e, saíram para pagamento de benefícios R\$ 3.344,59 e R\$ 8.369,61 resgate, ou seja, uma saída líquida de apenas R\$ 11.714,20. A saída foi suportada pela geração de rendimento de investimento de R\$ 1.348.424,27. Como se pode perceber, a estrutura financeira do plano assegura a todos os participantes a tranquilidade quanto à manutenção de seus benefícios presentes e futuros.

GRÁFICO 64. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

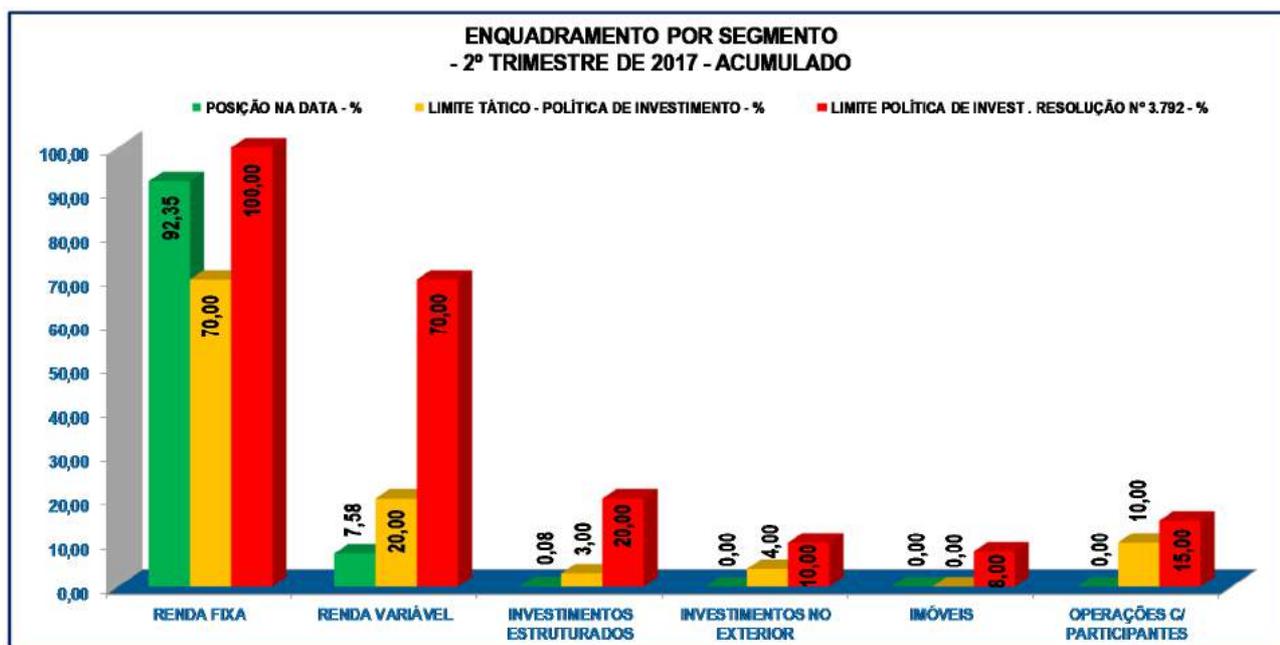


TABELA 25. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2016 x 2017 - PLANO DE BENEFÍCIO II/CD - CODEPREV							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2016		30.06.2017		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE	VALOR	% DE			
	- R\$ -	ALOCAÇÃO	- R\$ -	ALOCAÇÃO			
RENDA FIXA	35.082.575,88	95,38	40.577.902,13	92,35	70,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	1.482.246,10	4,03	3.329.698,41	7,58	20,00	70,00	20,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	217.074,75	0,59	33.092,12	0,08	3,00	20,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	10,00	10,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	15,00	0,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	36.781.896,73	100,00	43.940.692,66	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	1.253,29	↑ 19,46%	23.993,54				
(-) Exigível de Investimentos	-37.888,82		-60.207,86				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	36.745.261,20		43.904.478,34				

Comentários:

As inversões dos recursos conforme tabela acima correspondem às decisões estratégicas e táticas de investimentos. O objetivo da gestão é alcançar rentabilidade compatível com a “**Taxa Indicativa do Plano**” (INPC+3,50%), premissa veiculada no simulador de adesão, considerada como objetivo primário da gestão cotejada na tabela. No entanto, a SÃO FRANCISCO visa obter rentabilidade maior, tendo como referência, aquela indicada na Política de Investimento, que é INPC + 5,26% a.a.

3.2.4 Detalhamento Por Segmento

TABELA 26. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO			abr/17	mai/17	jun/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI e IBrX-50	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	40.577.902,13	100,00%	92,35%	100%	100%	100%	9,41		0,15%	-0,41%	0,43%	0,17%	5,17%	11,90%	-0,48%	1,42%	2,29%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	40.577.902,13	100,00%	92,35%	100,00%	100,00%	100,00%	9,41		0,15%	-0,41%	0,43%	0,17%	5,17%	11,90%	-0,48%	1,42%	2,29%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	39.188.119,92	96,58%	89,18%	-	-	-	9,71	Soberano	0,26%	-0,25%	0,39%	0,40%	4,66%	11,28%	-0,99%	0,91%	1,78%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-F	1.389.782,21	3,42%	3,16%	-	-	-	6,40		-1,05%	-1,32%	1,84%	-0,56%	9,82%	15,17%	9,82%	6,08%	6,95%
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	3.329.698,41	100,00%	7,58%	0%	20%	15%			0,66%	-3,23%	0,56%	-2,05%	2,06%	0,48%	-2,57%	-1,69%	-0,82%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	3.329.698,41	100,00%	7,58%	0,00%	20,00%	15,00%			0,66%	-3,23%	0,56%	-2,05%	2,06%	0,48%	-2,57%	-1,69%	-0,82%
	FUNDOS	3.329.698,41	100,00%	7,58%	-	0,20	0,15			0,66%	-3,23%	0,56%	-2,05%	2,06%	0,48%	-2,57%	-1,69%	-0,82%
	SAGA SF FIA	1.516.181,79	45,54%	3,45%	-	-	-	-		1,93%	-4,35%	0,31%	-2,20%	2,29%	0,70%	-2,34%	-1,46%	-0,59%
	MAPFRE SF FIA	1.813.516,62	54,46%	4,13%	-	-	-	-		-1,45%	-2,49%	0,77%	-3,16%	-4,84%	-4,84%	0,19%	-7,03%	-6,46%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	33.092,12	100,00%	0,08%	0%	20%	20%			0,79%	0,95%	0,79%	2,55%	5,68%	12,99%	0,03%	1,93%	2,80%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	33.092,12	100,00%	0,08%	0,00%	10,00%	10,00%	-		0,79%	0,95%	0,79%	2,55%	5,68%	12,99%	0,03%	1,93%	2,80%
	SAGA SNAKE FIM	33.092,12	100,00%	0,08%	-	-	-	-		0,79%	0,95%	0,79%	2,55%	5,68%	12,99%	0,03%	1,93%	2,80%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		43.940.692,66		100,00%				9,41		0,18%	-0,65%	0,45%	-0,02%	4,94%	11,35%	-0,70%	1,20%	2,07%

3.2.5 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do CODEPREV no 2º trimestre de 2017 foi negativa em 0,02%, contra 4,97% registrada no 1º trimestre de 2017, acumulando no ano um desempenho positivo de 4,94%. Descontada a Taxa Indicativa registrada nos seis primeiros meses do ano - (INPC+3,50 a.a.), que atingiu **2,88%**, o desempenho dos investimentos ficou acima da Taxa Indicativa de 2,06%, motivada pelo desempenho dos **Segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados**, cuja síntese das explicações será exposta adiante, quando do relato dos principais pontos de cada Segmento.

3.2.5.1 Segmento de Renda Fixa

No 2º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 0,17%, contra 4,99% registrada no 1º trimestre, acumulando no ano alta de 5,17%, frente a Taxa Indicativa de 2,88%, superando a meta acumulada em 2,29%. Apesar do ganho elevado no período, não se deve contar com esse mesmo comportamento ao longo dos próximos trimestres. A forte queda das taxas juros no mercado secundário de NTN-B contribuiu para o resultado, uma vez que os preços subiram muito como consequência desse comportamento, entretanto, não parece ser esse o caso para os demais trimestres, dado as dificuldades do Governo central em aprovar junto ao Congresso as reformas Fiscal e Previdenciária.

3.2.5.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (Saga e Mapfre), Fundos Exclusivos onde se encontram também alocados os recursos do Plano BD, registrou no 2º trimestre de 2017 rentabilidade negativa de 2,05%, ante o desempenho negativo da Bolsa de Valores de 2,94% medida pelo Índice IBrX-50 (*Benchmark*). Com este resultado, a Carteira de Renda Variável acumulou no ano alta de 2,06%, contra alta de 4,61% do *Benchmark* no mesmo período, imputando divergência negativa de 2,55%. Apesar da divergência desfavorável ao patrimônio, o mercado de capitais demonstrou no encerramento do primeiro semestre de 2017, fortes sinais de manter-se no canal de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações.

3.2.5.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 2º trimestre de 2017 alta de 2,55%, contra variação positiva de 3,05% no 1º trimestre de 2017. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 5,68%, contra Taxa Indicativa de 2,88% no mesmo período, imputando divergência positiva de 2,80%. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e do custeio do Plano. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

GRÁFICO 65. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

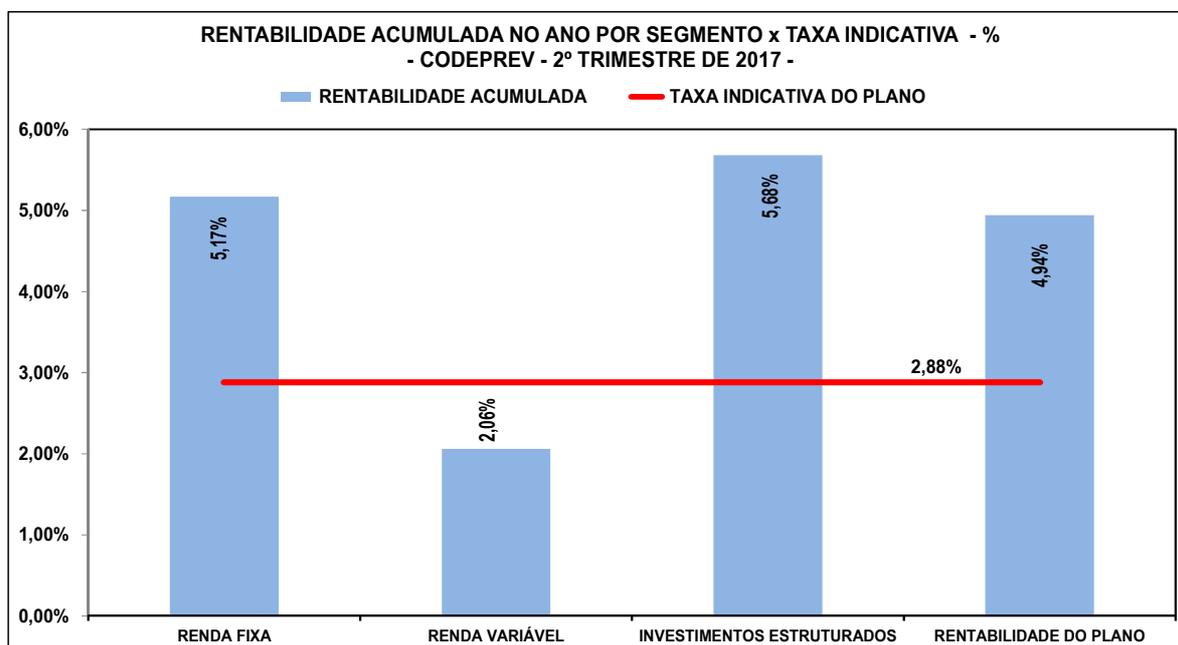


TABELA 27. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO II/CD - CODEPREV - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 2º TRIMESTRE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,43%	0,17%	5,17%	11,90%
RENDA VARIÁVEL	0,56%	(2,05%)	2,06%	0,48%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,79%	2,55%	5,68%	12,99%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,45%	(0,02%)	4,94%	11,35%
TAXA INDICATIVA DO PLANO (*)	(0,01%)	1,00%	2,88%	6,15%
DIVERGÊNCIA S/TAXA INDICATIVA	0,46%	(1,02%)	2,06%	5,20%
(*) - TAXA INDICATIVA DO PLANO : INPC + 3,50% a.a.				

3.2.6 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

III- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou

IV- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidos das taxas “Indicativa” ou “Atuarial”, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

3.2.6.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano. Tratando-se de um Plano CD, não há uma meta atuarial a ser alcançada. Existe a **Taxa Indicativa** pré-estabelecida e aprovada pelo Conselho Deliberativo: INPC + 3,50% a.a.

Não foi verificado no encerramento do 2º trimestre de 2017 no Plano Codeprev, DNP de Segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos, tampouco DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

TABELA 28. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP - CODEPREV

PLANO - CD												REFERÊNCIA : JUNHO/2017			
Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses	
Segmento	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17				jun/17
Renda Fixa	0,07%	-0,30%	1,96%	-0,09%	-0,27%	0,82%	0,67%	1,51%	0,88%	-0,22%	-1,06%	0,44%	4,43%	0,85%	8,96%
Renda Variável	-0,24%	-1,03%	-0,67%	8,00%	-8,49%	-2,53%	3,14%	1,24%	-2,03%	0,29%	-3,88%	0,57%	-5,61%	3,96%	0,00%
Estruturado	0,01%	0,45%	0,58%	0,45%	0,58%	0,55%	0,39%	0,34%	0,44%	0,42%	0,30%	0,80%	5,33%	0,19%	0,61%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PLANO:.....	0,05%	-0,30%	1,82%	0,28%	-0,66%	0,67%	0,77%	1,50%	0,77%	-0,19%	-1,30%	0,46%	3,89%	0,88%	8,22%
Referência:.....	INPC + 3,50% a.a.														
Regra I :	Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos.														
Regra II:.....	DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos 36 meses.														
Obs:.....	No Segmento de RV, para o período de 36 meses não se aplica, dado que não havia recursos alocados nesse período no respectivo ativo.														

3.2.7 Operações Coursadas

A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a **Compra e Venda de NTN's**. As operações de arbitragem no decorrer do 1º e 2º trimestre de 2017 agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021. As operações realizadas no decorrer do ano consistiram em dar continuidade concentração em investimentos de papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

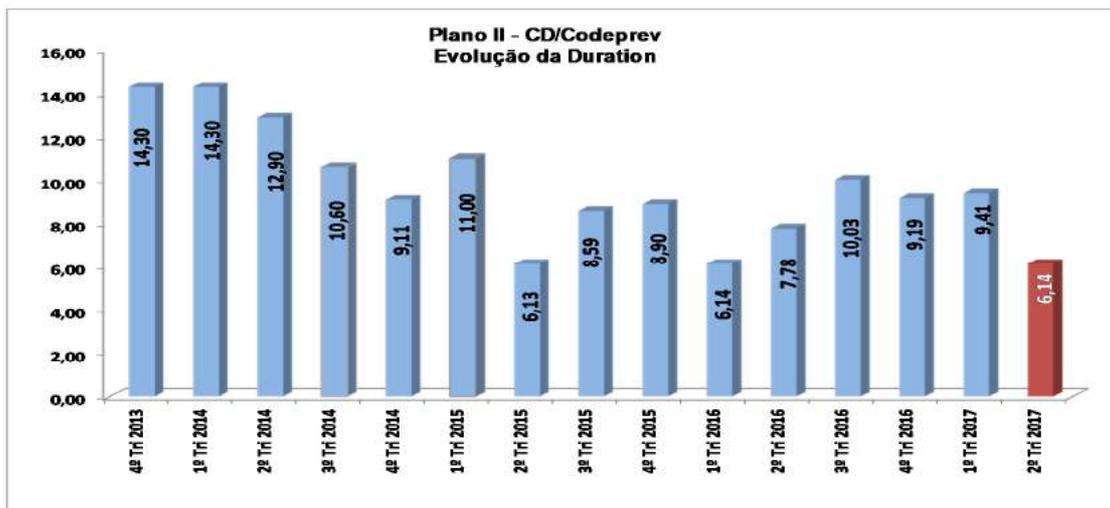
Cumprindo a legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B no decorrer do 1º e 2º Trimestre de 2017, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “**Mercado Secundário de Títulos Públicos**”.

TABELA 29. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2017						
PLANO II - CD / CODEPREV						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/01/2017	NTN-B 2050	5,3854	5,7503	6,0713	5,8000	489.535,96
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	1.666.732,69
26/04/2017	NTN-F 2027	9,7300	10,3200	10,7200	10,3700	930.548,30
22/05/2017	NTN-F 2027	9,4400	11,7400	12,3900	11,6800	827.323,94
TOTAL.....						3.914.140,89
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/01/2017	NTN-B 2026	5,4611	5,7985	6,1598	5,7100	1.751.600,03
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	958.215,15
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	540.979,00
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	1.666.797,49
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	855.702,86
26/04/2017	NTN-B 2045	5,1200	5,4200	5,6500	5,3100	929.721,56
15/05/2017	NTN-B 2035	4,8933	5,0900	5,3921	5,0200	1.500.280,53
22/05/2017	NTN-B 2026	4,8400	6,1700	6,5000	5,7000	826.185,47
02/06/2017	NTN-B 2026	5,4500	5,7400	6,0600	5,6400	867.129,65
TOTAL.....						9.896.611,74

3.2.8 Duration

GRÁFICO 66. EVOLUÇÃO DA DURATION



A evolução da “Duration” do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 2º trimestre de 2017 alcançou 6,14 anos, contra 7,78 anos no mesmo período de 2016. A redução observada deveu-se a realização de operações de arbitragem entre os vencimentos curtos e longos, além de compra líquida dos vencimentos curtos.

3.2.9 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 30. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	178.701,66	317.659,36	56,26%	1.746.706,39	2.334.317,41	74,83%	1.746.706,39	4.728.609,12	36,94%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	178.701,66	317.659,36	56,26%	1.746.706,39	2.334.317,41	74,83%	1.746.706,39	4.728.609,12	36,94%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	178.701,66	317.659,36	56,26%	1.746.706,39	2.334.317,41	74,83%	1.746.706,39	4.728.609,12	36,94%
RENDA VARIÁVEL	18.654,52	19.689,47	94,74%	-32.547,18	112.930,02	É DESPESA	-32.547,18	234.107,67	É DESPESA
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	18.654,52	19.689,47	94,74%	-32.547,18	112.930,02	É DESPESA	-32.547,18	234.107,67	É DESPESA
FUNDOS DE AÇÕES	18.654,52	19.689,47	94,74%	-32.547,18	112.930,02	É DESPESA	-32.547,18	234.107,67	É DESPESA
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	603,40	58.830,47	1,03%	4.017,37	162.193,99	2,48%	4.017,37	701.611,79	0,57%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	603,40	58.830,47	1,03%	4.017,37	162.193,99	2,48%	4.017,37	701.611,79	0,57%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-60.207,86	-82.297,19	73,16%	-369.752,31	-524.206,81	70,54%	-369.752,31	-1.024.143,57	36,10%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	137.751,72	313.882,11	43,89%	1.348.424,27	2.085.234,61	64,67%	1.348.424,27	4.640.185,01	29,06%

(I) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.
 (II) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em Valor Orçado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 2º trimestre de 2017 fechou com Valor Realizado de R\$ 1.348.424,27 contra o Valor Orçado de R\$ 2.085.234,61, alcançando 64,67% do valor orçado até o mês de referência. Contribuiu para este resultado final, a alta dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a alta dos juros das NTN-B's, precificadas a "Mercado", responsáveis por gerarem R\$ 1,746 milhões de receita quando o esperado era de R\$ 2,334 milhões, logo, variação de 74,83% do projetado. O custeio administrativo dos investimentos atingiu R\$ 369 mil contra a expectativa orçamentária de R\$ 524 mil, o que é auspicioso, dado ser o custeio um gasto do investimento, contribuindo por isso mesmo com maior ganho aos cotistas (participantes do plano). No geral o valor realizado deveria estar próximo de 50% do previsto para todo o ano, entretanto, o resultado é de 29,06%, ou seja, o ganho está inferior ao projetado em 20,94%.

3.3 CONTÁBIL
QUADRO 10. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	PASSIVO	Período Junho/2017	Período Junho/2016
DISPONÍVEL	23.993,54	19.462,86	EXIGÍVEL OPERACIONAL	89.694,66	59.278,24
REALIZÁVEL	44.923.591,72	29.781.002,12	Gestão Previdencial	29.486,80	24.700,23
Gestão Previdencial	982.898,55	823.333,16	Investimentos	60.207,86	34.578,01
Investimentos	43.940.693,17	28.957.668,96	PATRIMÔNIO SOCIAL	44.857.890,60	29.741.186,74
Títulos Públicos	40.577.902,13	28.937.277,43	Patrimônio de Cobertura do Plano	40.728.700,23	26.874.030,39
Fundos de Investimento	3.362.791,04	20.391,53	Provisões Matemáticas	40.728.700,23	26.874.030,39
			Benefícios Concedidos	35.729,24	-
			Benefícios a Conceder	40.692.970,99	26.874.030,39
			Fundos	4.129.190,37	2.867.156,35
			Fundos Previdenciais	4.129.190,37	2.867.156,35
TOTAL DO ATIVO	44.947.585,26	29.800.464,98	TOTAL DO PASSIVO	44.947.585,26	29.800.464,98

QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	37.812.013,24	22.374.861,23	68,99
1. Adições	7.234.212,40	7.518.564,50	(3,78)
(+) Contribuições	5.885.788,13	5.072.561,99	16,03
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.348.424,27	2.446.002,51	(44,87)
2. Destinações	(188.335,04)	(152.238,99)	23,71
(-) Benefícios	(11.714,20)	(12,13)	96.472,14
(-) Custeio Administrativo	(176.620,84)	(152.226,86)	16,02
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.045.877,36	7.366.325,51	(4,35)
(+/-) Provisões Matemáticas	6.440.642,60	6.672.093,16	(3,47)
(+/-) Fundos Previdenciais	605.234,76	694.232,35	(12,82)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	44.857.890,60	29.741.186,74	50,83

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios, bem como possibilita avaliar a evolução desses elementos e do próprio ativo líquido. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas.

Observando o quadro acima, destaca-se a redução de 44,87% no Resultado Positivo dos Investimentos no comparativo com o ano anterior, decorrido pela atual conjuntura econômica do país nesse primeiro semestre de 2017, fato detalhado no relatório de investimentos. E ainda um acréscimo de mais de 96% no pagamento de benefícios, fato ocorrido visto que no mesmo período do ano anterior não constava nenhum participante na folha de benefício, no entanto, no mês de Agosto de 2016 ingressou o pagamento de 1 (um) auxílio por incapacidade de trabalho permanecendo até o mês atual.

QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	Varição (%)
1. Ativos	44.947.585,26	29.800.464,98	50,83
Disponível	23.993,54	19.462,86	23,28
Recebível	982.898,55	823.333,16	19,38
Investimento	43.940.693,17	28.957.668,96	51,74
Títulos Públicos	40.577.902,13	28.937.277,43	40,23
Fundos de Investimento	3.362.791,04	20.391,53	16.391,12
2. Obrigações	89.694,66	59.278,24	51,31
Operacional	89.694,66	59.278,24	51,31
5. Ativo Líquido (1-2)	44.857.890,60	29.741.186,74	50,83
Provisões Matemáticas	40.728.700,23	26.874.030,39	51,55
Fundos Previdenciais	4.129.190,37	2.867.156,35	44,02

▪ **Ativos**

Recebível:

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 485 mil;
- b) Participantes – R\$ 496 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de junho/2017 para serem liquidadas no mês de julho/2017, as quais respeitam o regime de competência.

Gestão de Investimentos:

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B, representando 92% dos investimentos do plano.

▪ **Obrigações e Ativo líquido**

Nas obrigações o exigível operacional teve um aumento de 51%, fato motivado principalmente pela mudança no percentual de custeio dos investimentos do plano.

Já no patrimônio social o aumento de 50% acompanha o percentual de elevação do acúmulo de recursos para pagamentos de benefícios.

QUADRO 13. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	44.947.585,26	29.800.464,98	50,83
1. Provisões Matemáticas	40.728.700,23	26.874.030,39	51,55
1.1. Benefício Concedidos	35.729,24	-	-
Contribuição Definida	35.729,24	-	-
Saldo de Contas dos Assistidos	35.729,24	-	-
1.2. Benefício a Conceder	40.692.970,99	26.874.030,39	51,42
Contribuição Definida	40.692.970,99	26.874.030,39	51,42
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	20.123.604,45	13.270.026,36	51,65
Saldo de Contas - parcela participantes	20.569.366,54	13.604.004,03	51,20
2. Fundos	4.129.190,37	2.867.156,35	44,02
2.1. Fundos Previdenciais	4.129.190,37	2.867.156,35	44,02
3. Exigível Operacional	89.694,66	59.278,24	51,31
3.1. Gestão Previdencial	29.486,80	24.700,23	19,38
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	60.207,86	34.578,01	74,12

Com o aumento das contribuições, o volume de benefícios a conceder elevou-se em 51%, junto com os fundos, coletivo de risco e não comprometido, que subiram 44%.

QUADRO 14. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CODEPREV			
DEFINIÇÃO	jun/17	jun/16	%
A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.523.955,61	2.172.924,00	62%
1- CONTRIBUIÇÕES	R\$ 5.709.167,29	R\$ 4.920.335,13	16%
(+) Patrocinadores	R\$ 2.903.614,53	R\$ 2.510.331,88	16%
(+) Participantes Ativos	R\$ 2.977.538,75	R\$ 2.559.729,75	16%
(+) Autopatrocinados	R\$ 4.634,85	R\$ 2.500,36	85%
(-) Custeio	-R\$ 176.620,84	-R\$ 152.226,86	16%
2- DESTINAÇÕES	-R\$ 11.714,20	-R\$ 12,13	96472%
(-) Benefícios	-R\$ 11.714,20	-R\$ 12,13	96472%
2- INVESTIMENTOS	R\$ 1.348.424,27	R\$ 2.446.002,51	-45%
(+) Renda Fixa	R\$ 1.746.706,39	R\$ 2.673.138,76	-35%
(+) Renda Variável	-R\$ 28.529,81	R\$ 13.421,93	-313%
(-) Custeio	-R\$ 369.752,31	-R\$ 240.558,18	54%
3- FORMAÇÕES DE RESERVAS	R\$ 6.440.642,60	R\$ 6.672.093,16	-3%
(+) Benefícios a Conceder	R\$ 6.442.098,92	R\$ 6.672.093,16	-3%
(+) Benefícios Concedidos	-R\$ 1.456,32	R\$ -	100%
B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2-3)	605.234,76	694.232,35	-13%
C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)	4.129.190,37	2.867.156,35	44%

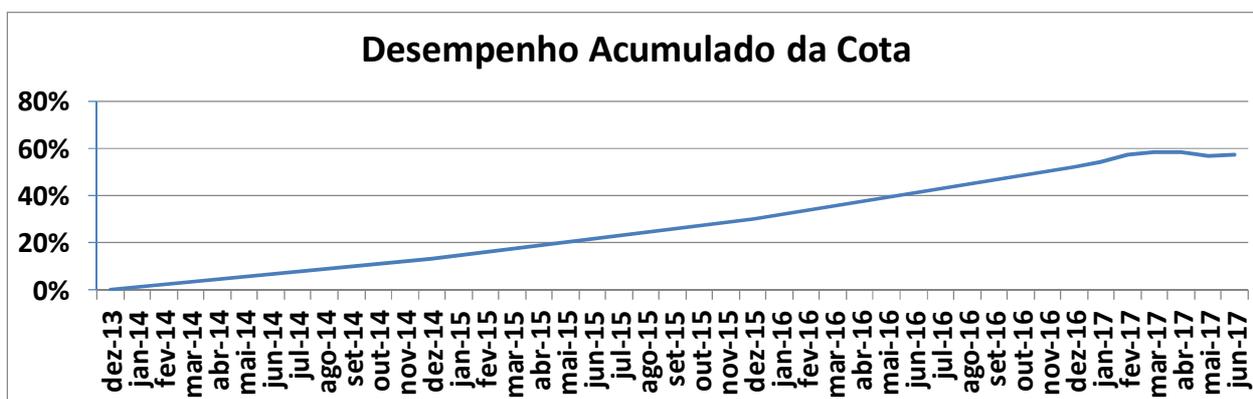
No quadro acima se destaca na letra A o aumento da constituição do ano de 2016 em 62%, nos Investimentos houve decréscimo do seguimento de Renda Fixa em 35% e a diminuição da variação do seguimento de Renda Variável em 313%.

Destaca-se nas Destinações, o pagamento de benefícios e a abertura da conta de Benefícios Concedidos que variou 96.472% na formação das reservas.

TABELA 31. EVOLUÇÃO DA COTA

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
dez/16	1,54	1,11	52,12%
jan/17	1,56	1,37	54,21%
fev/17	1,59	1,86	57,08%
mar/17	1,60	0,76	58,28%
abr/17	1,60	-0,005	58,27%
mai/17	1,59	-0,84	56,94%
jun/17	1,59	0,31	57,44%

GRÁFICO 67. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



A cota no período de dezembro de 2013 a junho de 2017 apresentou uma variação positiva de 57,44%, esse indicador reflete uma estratégia acertada nos ativos adquiridos.

4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

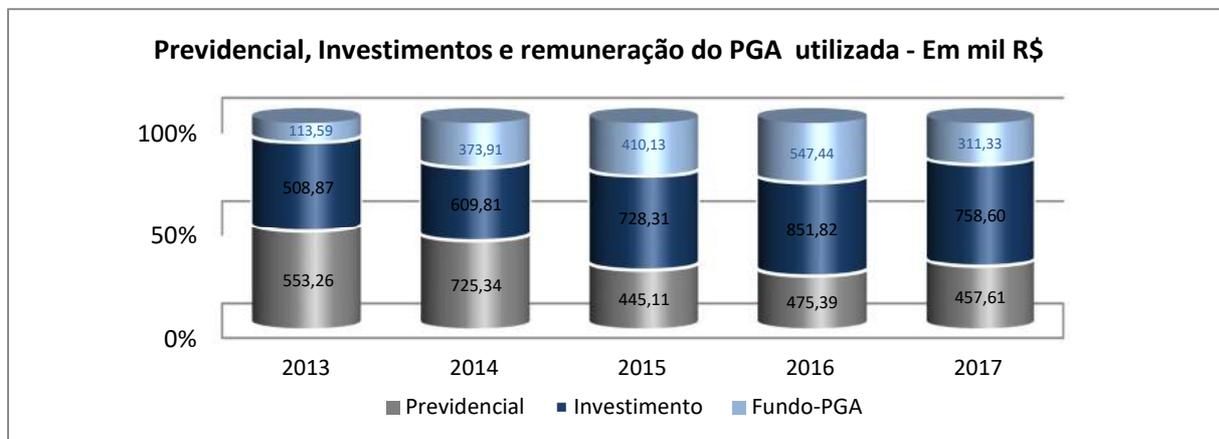
4.1 ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

GRÁFICO 68. RECURSOS RECEBIDOS



GRÁFICO 69. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de Empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos Planos, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos.

GRÁFICO 70. DESPESAS REALIZADAS

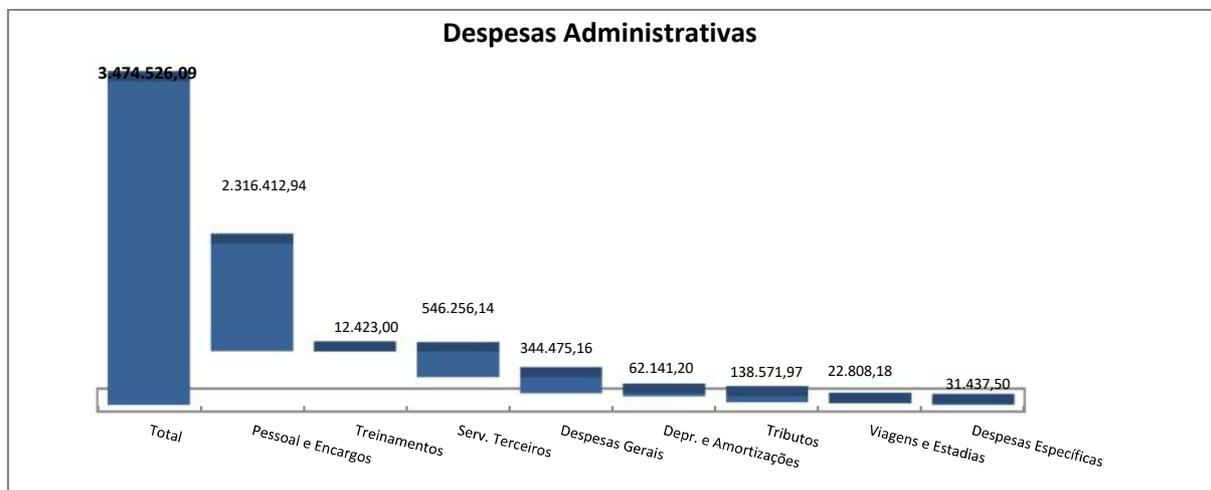
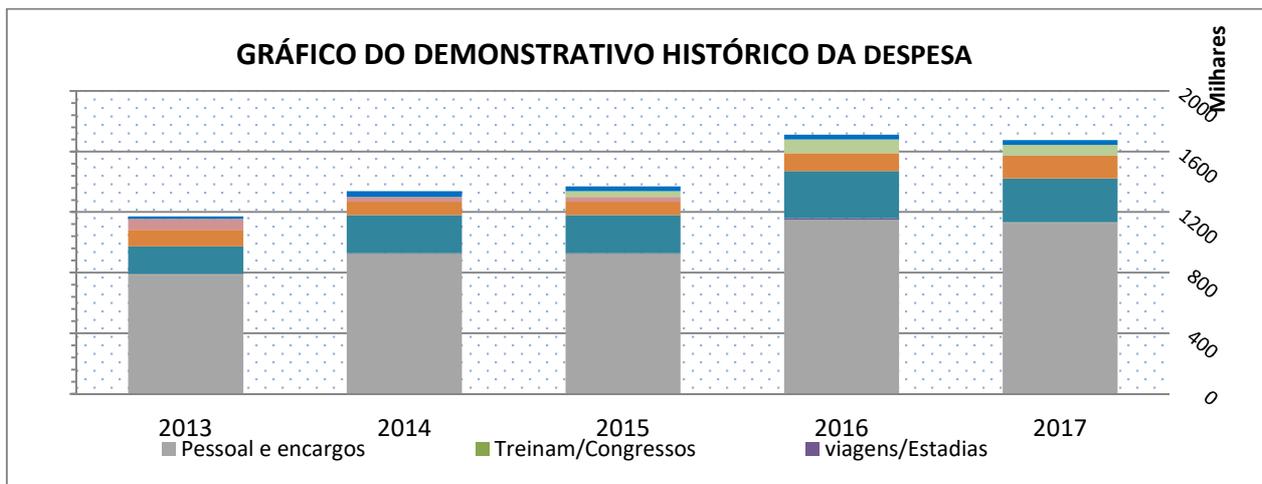


GRÁFICO 71. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA



QUADRO 15. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	920.013,09	30,88	1.577.207,97	52,94	482.147,50	16,18	2.979.368,56	100
Despesa	1.897.318,12	54,61	1.577.207,97	45,39			3.474.526,09	100
Diferença	-977.305,03	(28,13)	0,00	(0,00)	482.147,50		-495.157,53	(16,62)

A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo não cobriram todos os gastos, revertendo parte do fundo para a cobertura total das despesas. As intercorrências no mercado financeiro resultaram no baixo rendimento das aplicações financeiras, se constituíram em um dos principais fatores para utilização dos rendimentos e de recursos do principal fundo.

O IDG II – Indicadores de Desempenho de Gestão

Abrimos esse parágrafo para mostrar os resultados do IDG II, são indicadores relevantes na avaliação do desempenho das entidades do segmento de previdência complementar fechada.

Essa ferramenta disponibilizada pela Abrapp se constitui em um sistema de informações comparativas que permite a análise da posição de cada entidade no mercado de fundos de pensão.

Neste trimestre apresentamos os últimos resultados coletados entre as entidades filiadas a Abrapp, com dados atualizados até o mês junho/2017, mas divulgados em julho de 2017. Eles permitem comparar o desempenho da São Francisco com outras entidades e proporciona uma visão geral do comportamento das fundações por região ou de acordo com seu porte.

Os parâmetros usados para geração dos gráficos comparativos levaram em consideração a localização geográfica, porte financeiro e previdenciário das entidades e força de trabalho que compõem a base de dados do IDG II. Desta forma a base formada para comparação deste trimestre foi o resultado obtido pelos filtros: 1 - Entidades com porte financeiro entre R\$ 500 milhões e 2 bilhões de Reais; 2 – Mercado selecionado: Região Centro Norte; 3 – Número de Participantes e Assistidos 4- N° de empregados da entidade.

GRÁFICO 72. INDICADORES DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO

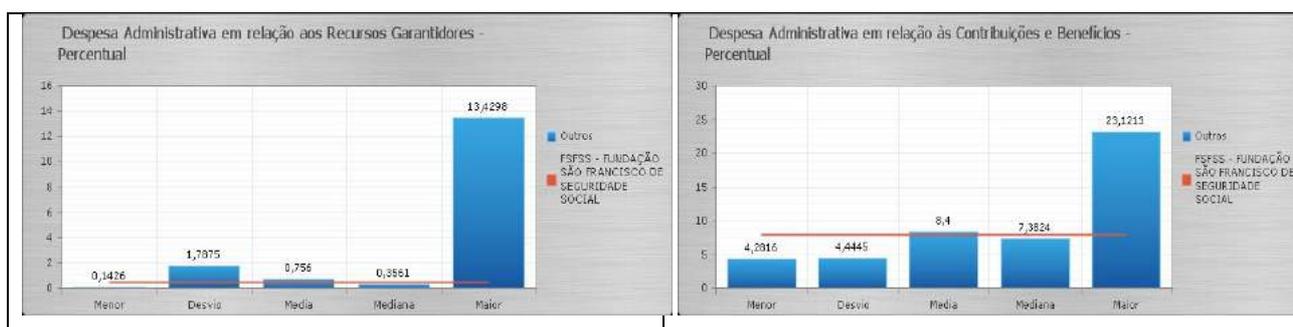
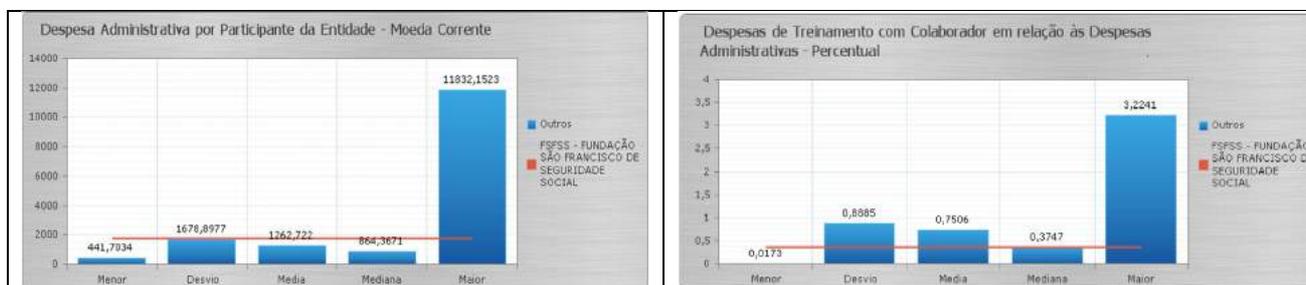


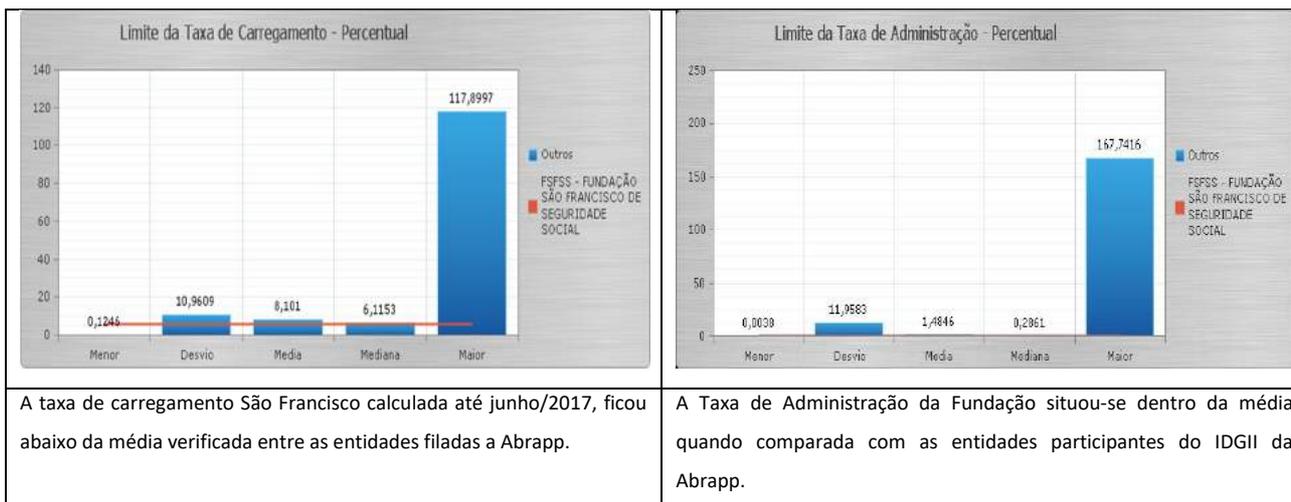
Gráfico compara a despesa administrativa da São Francisco entre 58 entidades com até 3000 participantes e assistidos. Nesse comparativo a despesa se estabeleceu dentro da média do grupo analisado.

Neste gráfico, os filtros usados para sua elaboração foram: Total de participantes e assistidos e Patrimônio entre 500 mi e 2 bilhões. O resultado mostra a Despesa Administrativa situada abaixo da média.



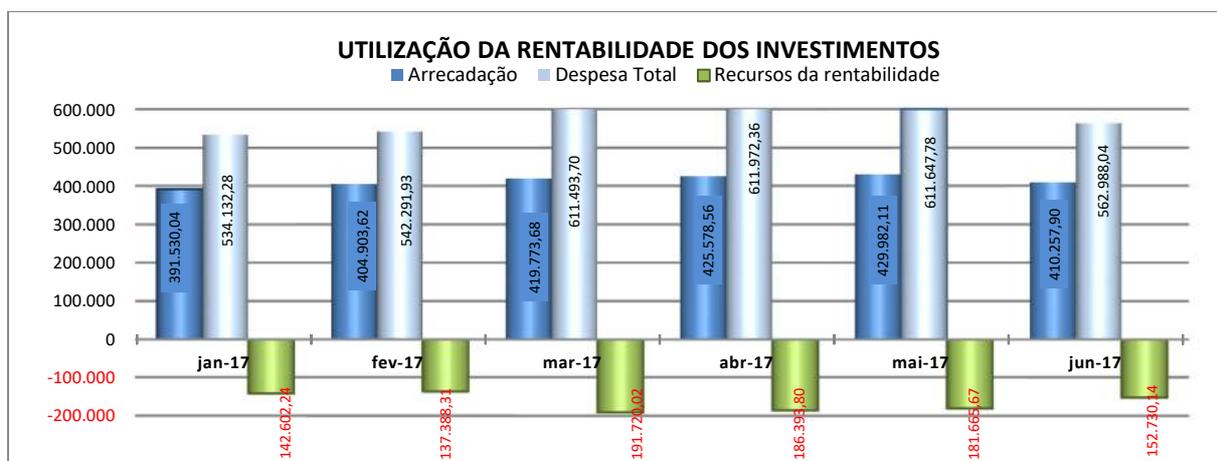
A despesa administrativa por participante ficou acima da média comparada com 48 entidades participantes da base do IDGII.

Esta análise demonstra a situação da Fundação, comparada com as entidades filiadas a Abrapp que tenham quadro de empregados com até 25 colaboradores.



As análises ilustradas acima demonstram que a despesa administrativa da São Francisco se mantém confortável quando comparada com as entidades que compõem a base do IDG II. Embora o gráfico da Despesa administrativa por Participante, demonstre que a Fundação se situou acima da média nesse particular, cujo motivo se deve ao menor número de participantes e assistidos, os demais indicadores mostram que o desempenho da Fundação se manteve em boa situação, nessa comparação geral do 1º semestre de 2017.

GRÁFICO 73. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS



Conforme demonstrado no gráfico, houve necessidade de utilização de recursos provenientes dos rendimentos das aplicações para fazer face à cobertura do total dos gastos. Esses valores estão representados pelas colunas situadas abaixo do eixo zero.

No segundo trimestre de 2017, o total dos gastos administrativos foi executado dentro das estimativas orçamentárias. Contudo, registramos três alterações relevantes, a saber: o reajuste contratual de 34,25% aplicado pela administradora do plano de saúde dos empregados, produzindo um aumento de R\$ 13.745,00; despesas não programadas relativas ao pagamento do processo de Reserva de Poupança que tramitou na 1ª Vara cível de Taguatinga, no valor de R\$ 16.266,64 e o aumento verificado na conta Manutenção das Atividades, que oscila em função da demanda de serviços, que fechou o semestre com saldo de R\$ 38.019,15 acima do estimado no orçamento.

QUADRO 16. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 45.207.117	9%	R\$ 4.068.640,49
Montante dos recursos garantidores	R\$ 661.270.581	1%	R\$ 6.612.705,81
		TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE	
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite			5,49
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)		2.482.025,91	0,38

O limite para o custeio administrativo, previsto na Resolução CGPC/Nº 29/2009, corresponde a 9% do somatório das despesas e receitas previdenciárias (taxa de carregamento) ou 1% do ativo total (taxa de administração).

Assim, no segundo trimestre de 2017, como demonstrado no quadro acima, o custeio atendeu a ambos os limites.

QUADRO 17. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	2.349.449,06	66,75	2.316.412,94	66,67	33.036,12	1,43
DIRIGENTES	726.975,30	20,65	643.760,75	18,53	83.214,55	12,93
PESSOAL PRÓPRIO	1.622.473,76	46,09	1.672.652,19	48,14	(50.178,43)	-3,00
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	14.532,13	0,41	12.423,00	0,36	2.109,13	16,98
VIAGENS E ESTADIAS	30.452,64	0,87	22.808,18	0,66	7.644,46	33,52
SERVIÇOS DE TERCEIROS	560.054,04	15,91	546.256,14	15,72	13.797,90	2,53
DESPESAS GERAIS	313.518,32	8,91	344.475,16	9,91	(30.956,84)	-8,99
TAFIC - PLANO I	30.000,00		30.000,00	0,86	-	0,00
TAFIC - PLANO II	1.437,50	0,04	1.437,50	0,04	-	0,00
TRIBUTOS	165.957,83	4,71	138.571,97	3,99	27.385,86	19,76
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	54.594,78	1,55	62.141,20	1,79	(7.546,42)	-12,14
T O T A L	3.519.996,30	99	3.474.526,09	100	45.470,21	1,29

A execução orçamentária demonstrada no quadro acima mostra que nos meses de janeiro a junho, 1º e 2º trimestres acumulados, o total da despesa situou-se abaixo da previsão orçamentária em 1,29%. As contas orçamentárias que tiveram alterações relevantes e contribuíram nesse resultado estão explanadas no parágrafo que esclarece a utilização dos recursos oriundos dos rendimentos das aplicações do PGA, ilustradas no Gráfico 5-Participação Do Rendimento Dos Investimentos.

Concluimos que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa, encerrando o trimestre abaixo dos valores orçados.

4.2 INVESTIMENTO

4.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

TABELA 32. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INÍCIO (RESOLUÇÃO 3.760)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTERA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE			LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	VALOR DA EMISSÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO			abr/17	mai/17	jun/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																	S/CDR	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDIA FIXA	10.934.230,22	100,00%	97,97%		100%	100%	100%	15,71		0,27%	0,56%	0,65%	1,49%	4,25%	12,27%	-1,40%	0,50%	1,37%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	10.934.230,22	100,00%	97,97%		100,00%	100,00%	100,00%	15,71		0,27%	0,56%	0,65%	1,49%	4,25%	12,27%	-1,40%	0,50%	1,37%
	NOTAS DO TESOUREIRO NACIONAL - NTN-B	9.621.998,26	88,00%	86,22%		-	-	-	15,71	Soberano	0,62%	0,85%	0,49%	1,97%	4,75%	12,80%	-0,90%	1,00%	1,87%
	NOTAS DO TESOUREIRO NACIONAL - NTN-F	1.312.231,96	12,00%	11,76%		-	-	-	-		-1,15%	-1,52%	1,84%	-0,86%	-0,86%	-0,86%	-3,42%	-2,29%	-1,87%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	227.026,94	100,00%	2,03%		0%	20%	20%	-		0,79%	0,95%	0,76%	2,52%	5,65%	12,89%	0,00%	1,90%	2,77%
IV	Fundo de Investimento Multimercado	227.026,94	100,00%	2,03%		0,00%	10,00%	10,00%	-		0,79%	0,95%	0,76%	2,52%	5,65%	12,89%	0,00%	1,90%	2,77%
	SAGA SNAKE RIM	227.026,94	100,00%	2,03%		-	-	-	-		0,79%	0,95%	0,76%	2,52%	5,65%	12,89%	0,00%	1,90%	2,77%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		11.161.257,16		100,00%					15,71		0,30%	0,57%	0,65%	1,53%	4,31%	12,39%	-1,33%	0,57%	1,44%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa de Referência do Plano” (INPC+5,26%), assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos “**Segmentos de Renda Fixa**” e “**Investimentos Estruturados**”, encontrando-se no encerramento do 2º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 2º Trimestre 2017 o valor total de R\$ 11.161.257,16 contra R\$ 11.607.950,69 em dezembro de 2016, registrando uma queda no período de 3,85%.

GRÁFICO 74. ENQUADRAMENTO LEGAL

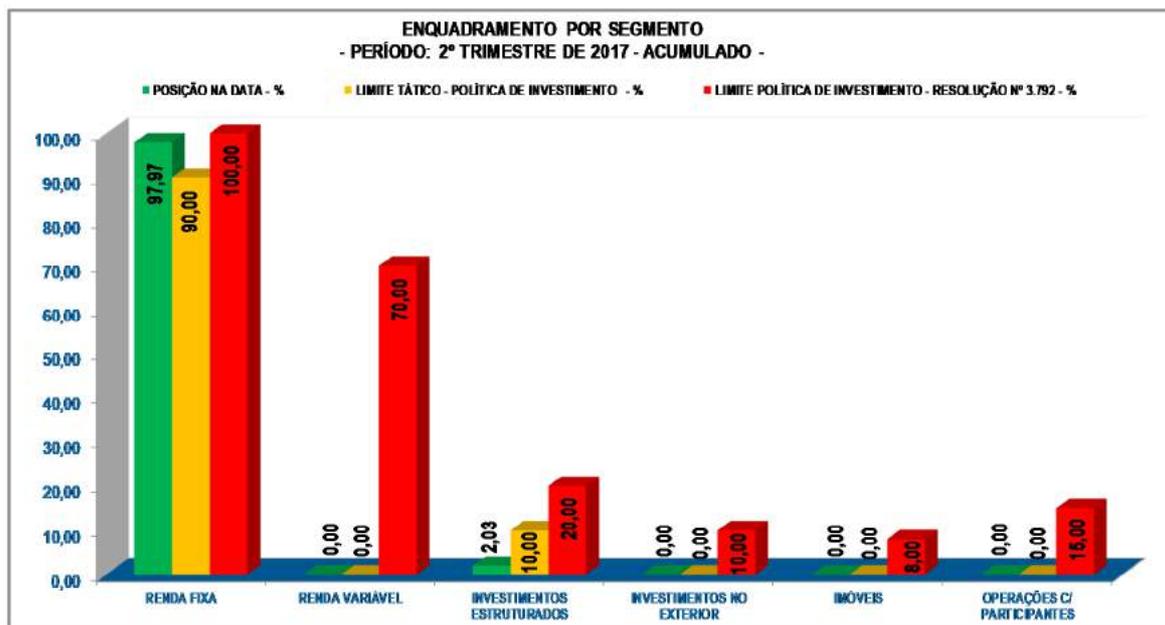


TABELA 33. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2016 x 2017 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2016		30.06.2017		LIMITE TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	10.768.176,62	92,77	10.934.230,22	97,97	90,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	839.774,07	7,23	227.026,94	2,03	10,00	20,00	10,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.607.950,69	100,00	11.161.257,16	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	14.200,79	-3,85%	12.314,95				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		0,00				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.622.151,48		11.173.572,11				

Comentários:

Destaca-se por oportuno que a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais - NTN/B, com 97,97% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados, este último, com 2,03% dos ativos de investimentos alocados em Fundo Multimercado, cuja finalidade é tão somente dar liquidez para pagamento das Despesas Administrativas. Dessa forma, é desprezível o desempenho obtido por esse veículo.

4.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do **Plano de Gestão Administrativa - PGA**, relativa ao 2º trimestre de 2017 foi de 1,53%, acumulando no ano 4,31%. Descontada a **Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 5,26% a.a.)**, que acumulou no ano **3,75%**, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 0,56%.

4.2.2.1 Segmento de Renda Fixa

No 2º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 1,49%, contra 2,72% registrada no 1º trimestre, acumulando no ano alta de 4,25%, frente a Taxa de Referência de 3,75%, superando a Taxa de Referência acumulada em 0,50%. Apesar do ganho elevado no período, não se deve contar com esse mesmo comportamento ao longo dos próximos trimestres, dado as dificuldades do Governo central em aprovar junto ao Congresso as reformas Fiscal e Previdenciária, com reflexos no comportamento das taxas de juros futuro.

4.2.2.2 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 2º trimestre de 2017 alta de 2,52%, contra variação positiva de 3,05% no 1º trimestre de 2017. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 5,65%, contra Taxa de Referência de 3,75% no mesmo período, imputando divergência positiva de 1,90%. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento das despesas administrativas do Plano.

GRÁFICO 75. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

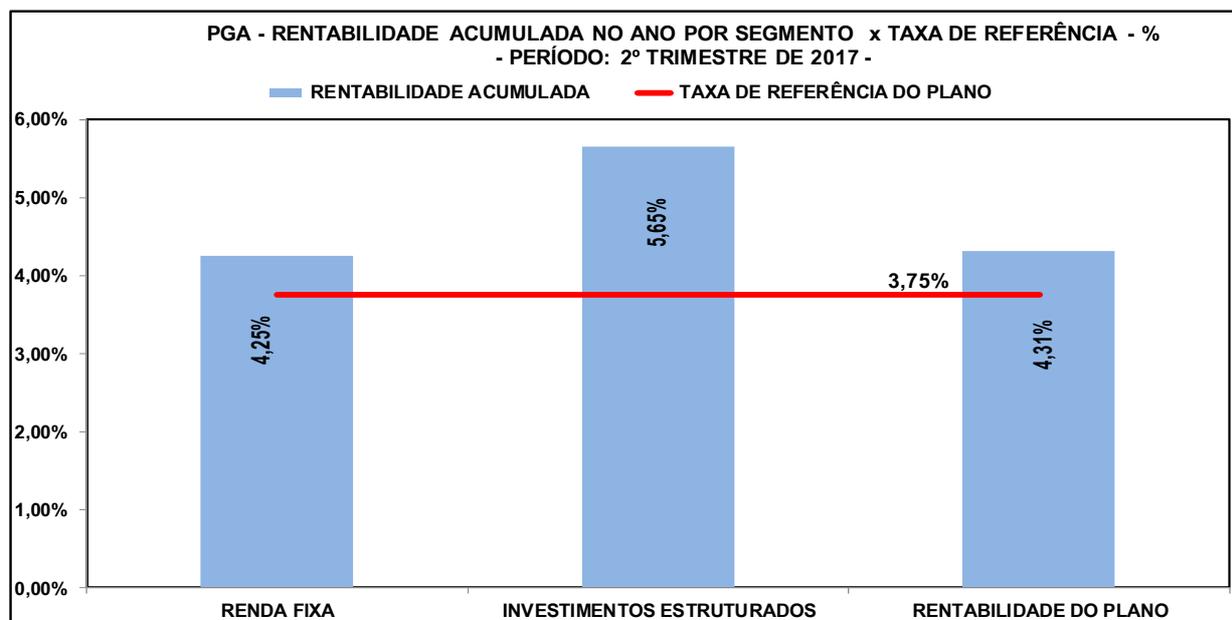


TABELA 34. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 2º TRIMESTRE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,65%	1,49%	4,25%	12,27%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,76%	2,52%	5,65%	12,89%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,65%	1,53%	4,31%	12,39%
TAXA DE REFERÊNCIA	0,13%	1,43%	3,75%	8,07%
DIVERGÊNCIAS/TAXA DE REFERÊNCIA	0,52%	0,10%	0,56%	4,32%
(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,26% a.a.				

4.2.3 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

V- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou

VI- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

4.2.3.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano. Tratando-se do Plano de Gestão Administrativa - PGA, não há uma meta atuarial a ser alcançada. Existe a **Taxa de Referência** pré-estabelecida e aprovada pelo Conselho Deliberativo: INPC + 5,26% a.a.

Foi verificado no encerramento do 2º trimestre de 2017 no Plano de Gestão Administrativa - PGA, DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses no **Segmento de Investimentos Estruturados**.

TABELA 35. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PGA - Programa de Gestão Administrativa													Referência: JUNHO/2017		
Divergência Não Planeja nos últimos 12 meses													Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
Segmento	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17			
Renda Fixa	-0,16%	0,37%	2,82%	-0,05%	0,19%	0,20%	0,10%	0,16%	0,17%	-0,24%	-0,23%	0,52%	3,87%	0,82%	5,13%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturados	-0,05%	0,45%	0,58%	0,45%	0,58%	0,55%	0,25%	0,20%	0,30%	0,28%	0,16%	0,63%	4,40%	0,21%	-0,12%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Plano.....	-0,16%	0,38%	2,81%	-0,05%	0,22%	0,22%	0,11%	0,16%	0,18%	-0,21%	-0,22%	0,52%	3,98%	0,81%	5,07%
Referência:.....	INPC + 5,26% a.a.														
Regra I:	Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos;														
Regra II:	O Segmento Estruturado apresentou DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.														

4.2.3.2 Justificativa Segmento de Investimentos Estruturados

Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake FIM:

Detentor de 2,03% dos valores investidos no Segmento, constitui-se assim como o menor responsável pela geração de retorno para o Plano. Os ativos de investimentos alocados em um Fundo Multimercado, o foco é tão somente dar liquidez ao Plano para pagamento das Despesas Administrativas.

- **Estratégia:**

Voltado exclusivamente para a liquidez e considerado adequado para os objetivos do Plano, não há ação imediata a ser tomada. As alocações serão mantidas e estão devidamente ajustadas à Política de Investimento e o desempenho obtido por esse veículo é desprezível.

4.2.4 Operações Coursadas

TABELA 36. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2017						
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
04/04/2017	NTN-B 2019	4,6000	4,9400	5,2400	5,0000	1.338.457,76
TOTAL.....						1.338.457,76
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/04/2017	NTN-F 2027	9,8000	9,3500	9,9800	10,3400	1.337.100,70
TOTAL.....						1.337.100,70

4.2.5 Duration

GRÁFICO 76. EVOLUÇÃO DA DURATION





FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

No encerramento do 2º trimestre de 2017 o “Duration” alcançou 13,10 anos, contra 15,71 anos registrados no 1º trimestre. A redução ocorrida no período foi motivada pelo vencimento final de títulos públicos existentes na carteira e alocação em títulos mais curtos, motivada pela expectativa na queda da Taxa Selic. No decorrer do período considerado a Autoridade Monetária projetou um caminho para a inflação à meta de 4,50% em 2017 e 2018, com reduções gradativas da Taxa Básica de Juros - Selic. Em se tratando do PGA prendeu-se exclusivamente ao Fluxo de Custeio dos Planos, mantendo os ativos marcados a mercado, para garantir a liquidez do plano.

4.2.6 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 37. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	70.270,49	113.630,58	61,84%	453.894,63	669.798,18	67,77%	453.894,63	1.357.509,39	33,44%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	70.270,49	113.630,58	61,84%	453.894,63	669.798,18	67,77%	453.894,63	1.357.509,39	33,44%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	70.270,49	113.630,58	61,84%	453.894,63	669.798,18	67,77%	453.894,63	1.357.509,39	33,44%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.685,19	10.547,95	15,98%	28.252,87	64.934,83	43,51%	28.252,87	125.033,50	22,60%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	1.685,19	10.547,95	15,98%	28.252,87	64.934,83	43,51%	28.252,87	125.033,50	22,60%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	71.955,68	124.178,53	57,95%	482.147,50	734.733,01	65,62%	482.147,50	1.482.542,89	32,52%
(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.									
(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.									

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em “Valor Orçado” aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como “Valor Realizado”. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 2º trimestre de 2017 fechou com valor realizado de R\$ 482.147,50 - contra o “Valor Orçado” de R\$ 734.733,01 - menor em 34,38%.

4.3 CONTÁBIL

4.3.1 Enquadramento

QUADRO 18. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	PASSIVO	Período Junho/2017	Período Junho/2016
DISPONÍVEL	12.314,95	12.105,55	EXIGÍVEL OPERACIONAL	691.640,13	680.373,21
REALIZÁVEL	15.443.935,47	15.463.985,30	Gestão Administrativa	691.640,13	680.373,21
Gestão Administrativa	4.282.678,31	3.982.081,22			
Investimentos	11.161.257,16	11.481.904,08	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.057.017,42	4.774.495,91
Títulos Públicos	10.934.230,22	11.334.853,67	Gestão Administrativa	5.057.017,42	4.774.495,91
Fundos de Investimento	227.026,94	147.050,41			
PERMANENTE	3.061.592,37	3.154.627,99	PATRIMÔNIO SOCIAL	12.769.185,24	13.175.849,72
Imobilizado	3.041.297,63	3.125.738,89	FUNDOS	12.769.185,24	13.175.849,72
Diferido	20.294,74	28.889,10	Fundos Administrativos	12.769.185,24	13.175.849,72
TOTAL DO ATIVO	18.517.842,79	18.630.718,84	TOTAL DO PASSIVO	18.517.842,79	18.630.718,84

A Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social e tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática.

▪ **Realizável**

Gestão Administrativa:

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 131 mil;
- b) Adiantamento a Empregados/Empréstimos Férias/Férias – R\$ 128 mil;
- c) Custeio p/ gastos com administração dos Investimentos – R\$ 260 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.689 mil.

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de junho/2017, as quais serão liquidadas no mês de julho.

A letra “b” refere-se à provisão de empréstimo férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são pagos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda do Plano de Benefícios a ser realizado no mês de julho/2017, item 2.2 letra “c”.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS, IR e Ações Trabalhistas depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 461 mil e R\$ 3.171 mil, respectivamente.

Gestão de Investimentos:

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos em 97% em Títulos Públicos e o restante em Fundos de Investimentos Multimercado. No demonstrativo acima, destaca-se também a redução de recursos nesses fundos que representam 3%.

▪ **Exigível Operacional**

Gestão Administrativa:

- a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros – R\$ 641 mil;
- b) Retenções a Recolher (valores retidos de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 26 mil;
- c) Provisão de Férias/INSS/FGTS – R\$ 370 mil.

Os valores correspondem às apropriações na competência relativamente ao mês de junho/2017, as quais serão liquidadas em julho/2017.

▪ **Exigível Contingencial**

Gestão Administrativa:

- a) Provisão de PIS – R\$ 461 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 3.171 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil.

Os valores especificados nas letras “a”, “b”, “c” e “d”, correspondem a depósitos judiciais registrados no item 1.1. - Gestão Administrativa letra “d”.

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA BD

DESCRIÇÃO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.264.342,77	13.067.492,82	1,51
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.432.995,41	3.162.271,53	(23,06)
1.1. Receitas	2.432.995,41	3.162.271,53	(23,06)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	728.197,10	815.710,79	(10,73)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.207.455,66	1.392.236,22	(13,27)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	15.195,15	18.981,50	(19,95)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	482.147,50	935.343,02	(48,45)
2. Despesas Administrativas	2.928.152,94	3.053.914,63	(4,12)
2.1. Administração Previdencial	1.563.237,05	1.568.889,05	(0,36)
Pessoal e encargos	1.146.922,17	1.057.248,02	8,48
Treinamentos/congressos e seminários	3.350,50	4.847,50	(30,88)
Viagens e estadias	10.698,69	13.161,37	(18,71)
Serviços de terceiros	207.105,14	228.118,86	(9,21)
Despesas gerais	121.868,46	147.487,10	(17,37)
Depreciações e amortizações	22.349,40	29.005,01	(22,95)
Tributos	50.942,69	89.021,19	(42,77)
2.2. Administração dos Investimentos	1.364.915,89	1.485.025,58	(8,09)
Pessoal e encargos	836.788,39	949.162,03	(11,84)
Treinamentos/congressos e seminários	6.489,35	3.802,54	70,66
Viagens e estadias	5.788,35	9.256,23	(37,47)
Serviços de terceiros	248.373,48	263.702,66	(5,81)
Despesas gerais	152.155,98	133.639,57	13,86
Depreciações e amortizações	23.536,38	28.667,48	(17,90)
Tributos	61.783,96	66.795,07	(7,50)
Despesas Específicas - TAFIC	30.000,00	30.000,00	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(495.157,53)	108.356,90	(556,97)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(495.157,53)	108.356,90	(556,97)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	12.769.185,24	13.175.849,72	(3,09)

QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CODEPREV

DESCRIÇÃO	Período Junho/2017	Período Junho/2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	546.373,15	368.989,64	48,07
1.1. Receitas	546.373,15	368.989,64	48,07
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	176.620,84	128.431,47	37,52
Custeio Administrativo dos Investimentos	369.752,31	240.558,17	53,71
2. Despesas Administrativas	546.373,15	368.989,64	48,07
2.1. Administração Previdencial	334.081,07	291.447,64	14,63
Pessoal e encargos	198.174,16	215.927,05	(8,22)
Treinamentos/congressos e seminários	1.324,50	1.352,50	(2,07)
Viagens e estadias	5.114,36	2.375,77	115,27
Serviços de terceiros	69.808,67	57.689,74	21,01
Despesas gerais	35.710,75	8.773,30	307,04
Depreciações e amortizações	8.377,19	1.058,15	691,68
Tributos	14.133,94	3.333,63	323,98
Despesas Específicas - TAFIC	1.437,50	937,50	53,33
2.2. Administração dos Investimentos	212.292,08	77.542,00	173,78
Pessoal e encargos	134.528,22	47.868,18	181,04
Treinamentos/congressos e seminários	1.258,65	309,46	306,72
Viagens e estadias	1.206,78	732,56	64,73
Serviços de terceiros	20.968,85	16.259,11	28,97
Despesas gerais	34.739,97	5.162,91	572,88
Depreciações e amortizações	7.878,23	830,27	848,88
Tributos	11.711,38	6.379,51	83,58
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	-	-	-
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	-	-	-

QUADRO 21. PROVISÃO PARA PERDA

Valores em R\$

ITENS	DATA	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	VALOR PROVISIONADO JUNHO/2017	VALOR PROVISIONADO JUNHO/2016
1	30/06/2011	CDB's / PÓS-FIXADOS	BANCO MORADA S/A	59.348,38	59.348,38
TOTAL				59.348	59.348

QUADRO 22. IMÓVEL DE USO PRÓPRIO

Valores em R\$ mil

ITENS	DESCRIÇÃO DO BEM	jun/17	jun/16
1	SBN QUADRA 02 - BLOCO "H" - EDIFÍCIO CENTRAL BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF - 10 (DEZ) SALAS.	2.962.736,62	3.017.155,32
TOTAL		2.962.736,62	3.017.155,32

A redução no valor do imóvel de uso próprio se dá devido à depreciação que é a desvalorização de determinados bens que integram o Ativo Imobilizado, por desgaste decorrente do uso durante certo período, obsolescência ou ainda por ação da natureza. A observância dessa depreciação está disposta na letra "a" do item 22 da MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro 2009, e que essa Entidade adota a Reavaliação de sua carteira de imóveis a cada 3 (três) anos.

22. No registro contábil das depreciações, a EFPC deve observar as seguintes regras:

a) os planos que optem pela realização da reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em conta redutora analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Deduções/Variações Negativas"; em caso de reavaliação anual dos investimentos imobiliários fica dispensado o registro da depreciação. (Nova redação dada pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 21, DE 23/03/2015).